



Cíntia Nascimento de Oliveira Conceição

**“PIONEIROS DA TELEDUCAÇÃO NA
GUANABARA: a televisão educativa na
perspectiva das experiências pioneiras de
teleducação e formação de professores e
profissionais do Instituto de Educação do
Estado da Guanabara e da Fundação
Centro Brasileiro de Televisão Educativa
(1960 - 1975).”**

Tese de Doutorado

Tese ao Programa de Pós-Graduação em Educação
da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do
título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a Patrícia Coelho da Costa

Rio de janeiro

Abril de 2016



Cíntia Nascimento de Oliveira Conceição

**“PIONEIROS DA TELEDUCAÇÃO NA
GUANABARA: a televisão educativa na
perspectiva das experiências pioneiras de
teleducção e formação de professores e
profissionais do Instituto de Educação do
Estado da Guanabara e da Fundação
Centro Brasileiro de Televisão Educativa
(1960 - 1975).”**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Patrícia Coelho da Costa

Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof.^a Ana Waleska Pollo Campos Mendonça

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof.^a Isabel Alice Oswald Monteiro Lelis

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. Igor Pinto Sacramento

FIOCRUZ

Prof. Lincoln de Araujo Santos

UERJ

Prof.^a Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro
de Teologia e Ciências Humanas
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 06 de Abril de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Cíntia Nascimento de Oliveira Conceição

Graduou-se em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. É Mestre em Educação pela mesma universidade e trabalha como jornalista e professora.

Ficha Catalográfica

Conceição, Cíntia Nascimento de Oliveira

Pioneiros da teleducação na Guanabara: a televisão educativa na perspectiva das experiências pioneiras de teleducação e formação de professores e profissionais do Instituto de Educação do Estado da Guanabara e da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (1960 - 1975) / Cíntia Nascimento de Oliveira Conceição ; orientadora: Patrícia Coelho da Costa. – 2016.
196 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2016.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Televisão educativa. 3. Teleducação. 4. Formação de professores. 5. Telenovela. 6. Telenovela João da Silva. I. Costa, Patrícia Coelho da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

À minha querida mãe, Gilda.

Agradecimentos

A Deus, pela força.

À minha mãe Gilda pelo apoio, confiança, paciência e amor. Ao meu irmão Sandro, pelo carinho e apoio.

À minha família e aos meus amigos, em especial Tia Carminha, Tio Jorge e Madrinha Odaleia (*in memoriam*), sempre preocupados com a minha formação.

À minha orientadora Prof.^a Patrícia Coelho da Costa pela generosidade, carinho, confiança e atenção.

Aos colegas do grupo de Pesquisa Educação, História e Mídia pela amizade e troca de experiências acadêmicas: Roberta Pitta, Lilia Lima, Thais Lima, Vanessa Weber, Marcelly Dias, Ramon Melo, Fernanda Vendas, Tatiane Diorio.

Aos amigos Luciana Borges Patroclo e Fernando Santos, parceiros na jornada com *João da Silva*, com a Teleducção e nos meus passos na História da Educação. À Roberta Pitta, Adailda Gomes, Kaé Colvero pela amizade, parceria e risadas.

Aos professores que participaram da minha banca examinadora: Prof.^a Ana Waleska Pollo Campos Mendonça, Prof.^a Isabel Alice Oswald Monteiro Lelis, Prof. Igor Pinto Sacramento e Prof. Lincoln de Araujo Santos

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Agradeço pelos ensinamentos que me tornaram uma pessoa e uma profissional melhor. Um agradecimento especial à Prof.^a Rosália Duarte, minha orientadora no Mestrado.

Aos funcionários do Departamento de Educação da PUC-Rio, pelo profissionalismo, atenção e carinho, especialmente: Nancy, Marnie, Janaína, e Eduardo.

À CAPES, ao CNPq e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A Camila Amado pelo carinho e atenção. Muito obrigada por me confiar os arquivos de seu pai, Gilson Amado, para a realização desse trabalho.

A Vânia Maria Landin Previdente, filha de Lourival Marques, que disponibilizou para a pesquisa o acervo pessoal de sua família.

À equipe do Centro de Memória Institucional do Instituto de Educação – CEMI que me recebeu com atenção e carinho. E ao ator Nelson Xavier.

Resumo

Conceição, Cíntia Nascimento de Oliveira; Costa, Patrícia Coelho da. **“PIONEIROS DA TELEDUCAÇÃO NA GUANABARA: a televisão educativa na perspectiva das experiências pioneiras de teleducção e formação de professores e profissionais do Instituto de Educação do Estado da Guanabara e da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (1960 - 1975).”** Rio de Janeiro, 2016. 196 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O trabalho tem como tema a introdução da televisão educativa no Estado da Guanabara, destacando as experiências pioneiras dos cursos de formação para a preparação para a televisão educativa oferecidos para docentes e profissionais técnicos interessados em radiodifusão instrutiva e educacional. O período analisado compreende os anos entre 1960 e 1975, momento em que houve um crescimento significativo de vagas escolares na rede pública de ensino do Estado da Guanabara por causa da política educacional do governo de Carlos Lacerda que ampliou o número de escolas e determinou o funcionamento das mesmas em três turnos diurnos e o turno noturno. O aumento ao incentivo a escolarização era parte também de um projeto internacional, capitaneado pela UNESCO de erradicação do analfabetismo e fortalecimento da ideologia industrial capitalista que precisava de mão de obra qualificada para manter os padrões de desenvolvimento estimulados para época. Assim, a necessidade de professores também aumentou. A programação da televisão educativa deveria estar a serviço da educação formal e não formal das audiências, e também para a qualificação e formação de professores. Vários cursos foram oferecidos em circuito fechado e aberto de televisão educativa. No período pesquisado, houve a inauguração do Centro Brasileiro de Televisão Educativa, que junto ao Instituto de Educação investiram na formação de pessoal para a criação e definição de um modelo de teleducção que atendesse as necessidades da população local. Entre as iniciativas, destacamos a telenovela educativa *João da Silva*, exibida nos anos de 1970, que foi o primeiro curso supletivo usado no formato de telenovela direcionada ao ensino primário, com certificação aos alunos/telespectadores que se submetiam a processo de avaliação para

conclusão referente às quatro séries do 1º grau. A metodologia de pesquisa utilizada consiste na análise de conteúdo de documentos oficiais do Instituto de Educação, jornais da época, entrevista, análise do arquivo pessoal das famílias de Gilson Amado e Lourival Marques. Trabalhamos a partir dos pressupostos de história e teoria social cuja base filosófica se apoia na ideia de que a realidade é social e culturalmente construída.

Palavras-Chave

Televisão educativa; teleducação; formação de professores; telenovela; João da Silva.

Abstract

Conceição, Cíntia Nascimento de Oliveira; Costa, Patrícia Coelho da (Advisor).
“TELEDUCATION PIONEERS IN GUANABARA: the educational television in view of the pioneering experiences of tele-education and training of teachers and professionals from the Guanabara State Institute of Education and the Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa. (1960-1975).”
Rio de Janeiro, 2016. 196 p. Doctoral Thesis – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The work's theme is about the introduction of educational television in Guanabara State, standing out the pioneering experiences of training courses to prepare for the educational television to teaching staff and to technical professionals interested in instructional and educational broadcasting. The time frame analyzed between 1960 and 1975, represent a moment in which there was an increase of school places in the local public school system because of the educational policy implemented during the government of Carlos Lacerda that enlarged the number of schools and established the four-shift system in schools. The incentive to schooling was also part of an international project, led by UNESCO for the eradication of illiteracy and strengthening of industrial capitalist ideology that needed a qualified workforce to maintain the patterns of development stimulated to season. The programming of educational television should be at the service of formal and non-formal education of hearings, and also for the qualification and training of teachers. Several courses were offered in open and closed loop of educational television. At the same period was inaugurated the Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, alongside the Guanabara State Institute of Education, invested in training of personnel for the creation and definition of a model tele-education that met the needs of the local population. Among the initiatives, we emphasis on the educational telenovela *João da Silva*, displayed in the 1970s, which was the first course of youth and adult education that used the format of the telenovela directed to primary education, with certification students/viewers that if they subjected the assessment process to conclusion regarding the four series of the 1st degree. The research methodology consists in the content analysis of official documents of the Institute of Education, newspapers, interviews, review of the personal file of the

families of Gilson Amado and Lourival Marques. We work on the assumptions of history and social theory whose philosophical basis if supports the idea that the reality is socially and culturally constructed

Keywords

Educational television; tele-education; teacher training; telenovela; João da Silva.

Sumário

1 Apresentação	12
1.1. Os arquivos da pesquisa	18
2 Cenários da Televisão Educativa no Estado da Guanabara	20
2.1. Regulamentação da radiodifusão e a educação: legislação da teleducação	24
2.2. O Diálogo com a UNESCO	31
2.3. Alfabetização de adultos no Brasil e os veículos de comunicação	36
2.4. Os pioneiros da TV Educativa no Estado da Guanabara	41
2.5. <i>Artigo 99</i> - um programa educativo e popular	52
2.6. Movimentos em prol da TV Educativa no Estado da Guanabara	55
2.7. A criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – FCBTVE	57
2.8. A política educacional no Estado da Guanabara	62
2.9. A Fusão e a Política Educacional	73
3 TV Educativa: as primeiras idéias	76
3.1. Modelos de TV Educativa	77
3.2. Intelectuais e Comunicadores	81
3.3. Tude de Souza – TV Educativa em prol da Alta Cultura	84
3.4. Gilson Amado – TV Educativa em prol de uma Educação sem Paredes	91
3.5. Alfredina de Paiva e Souza – TV Educativa em prol da formação de professores/ formação técnica	97
3.6. Controle pedagógico	103
3.7. As contribuições dos intelectuais para a concepção do audiovisual educativo no Brasil	105
4 Aprendendo a fazer televisão educativa no Estado da Guanabara	108
4.1. Um curso para professores no Estado da Guanabara	108
4.2. Circuito Fechado de TV Educativa do Instituto de Educação da Guanabara	112

4.3. As atividades do Circuito Fechado de TV Educativa do Instituto de Educação do Estado da Guanabara	114
4.4. Televisão: entre o Modelo Comercial e o Educativo	121
4.5. Experiências em Circuito Aberto: A TV do Instituto de Educação do Estado da Guanabara	133
4.6. Transição da Televisão Educativa do Instituto de Educação do Estado da Guanabara.	137
4.7. FCBTVE e o treinamento de pessoal televisão educativa: professores e técnicos	140
4.8. O Telecentro da FCBTVE	145
4.9. Parceria com a Alemanha	147
4.10. Televisão Educativa no Estado da Guanabara como Projeto de Teleducação	149
5 O Programa Piloto	151
5.1. A criação do projeto João Silva	152
5.2. João da Silva: entre a telenovela e o curso supletivo	158
5.3. <i>João da Silva</i> e o Ensino Formal	163
5.4. O Ensino de Jovens e Adultos na Televisão – Estratégias Pedagógicas	169
5.5. Telenovela em tempos de ditadura civil-militar	172
5.6. O Lugar do Entretenimento	175
5.7. João da Silva em Imagens – O capítulo 5	180
6 Algumas considerações ...	184
7 Referências bibliográficas	189

A imagem de uma “história” que sufoca e mata as vivazes memórias particulares e locais irá exercer uma sedução enorme, vai combinar-se de forma variada a um difuso e persistente clima de polêmica anticientífica e disso irá alimentar-se. O que poderia ser mais agradável (e mais “progressista”) do que fazer-se interprete de todos aqueles dos quais a “história” é incapaz de se lembrar porque não quis se lembrar?
(Paolo Rossi)

1

Apresentação

Sempre gostei de televisão e o interesse aumentou na graduação, no curso de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. As aulas de teoria da comunicação despertaram em mim a vontade de estudar temas relacionados com TV. E o pequeno livro *Best-Seller: A Literatura de Mercado*, de Muniz Sodré, me mostrou o caminho da educação pela telenovela, gênero narrativo de maior consumo no nosso país. As reflexões de Sodré identificam a teledramaturgia, produzida no Brasil, como um produto de massa que foi capaz de sintetizar a experiência do livro, do cinema, do teatro e do rádio. A telenovela se configurou como um *Best-seller*, cujo roteiro tinha uma audiência diária de milhares de brasileiros. Muitos desses compatriotas eram analfabetos e conheceram a magia da literatura mediada pela teledramaturgia, um formato que reunia variados tipos de efeitos visuais e sonoros, dramas, releituras de clássicos da literatura nacional, informações úteis para o cotidiano do telespectador. Em um país com altos índices de analfabetismo e de pouca tradição em leitura, a televisão criou um produto com capacidade de abarcar diferentes assuntos e influenciar no comportamento das pessoas.

Ao ingressar no curso de mestrado em educação da mesma universidade, retomei os estudos sobre televisão pesquisando os modos de aprendizagem de professores com o veículo. Sob o título “*O que os professores acham que aprendem com a televisão*” levantei questões sobre a centralidade da televisão no cotidiano, questionando o tipo de programação que eles consideravam relevantes; o tipo de programas que de fato consumiam pela TV; e também saber quais eram as principais fontes de informação e conhecimento dos professores entrevistados. A pesquisa revelou que os professores, apesar de valorizarem e de incentivarem os alunos, tinham pouco acesso a bens culturais considerados de alta cultura (teatro, exposições, artes plásticas, museus, cinema, etc.) e parte do que consumiam dessa categoria era pela televisão, ou seja, a alta cultura que chegava a esse grupo era mediada pela linguagem televisiva.

Neste cenário, outros questionamentos surgiram e um deles foi o papel da TV educativa no Brasil. Na pesquisa citada, a maioria dos professores atribuiu conceitos de excelência da programação, mas ao mesmo tempo não demonstraram ser audiências de programas educativos (não conheciam a programação) e também achavam que a linguagem da TVE não era atrativa. Assim, resolvi investigar a televisão educativa na perspectiva do formato ou da linguagem televisiva mais popular no Brasil, que é a telenovela. Todos os docentes que participaram da pesquisa sabiam o que estava acontecendo nas telenovelas, quais eram os assuntos discutidos; mesmo não se declarando audiências desses produtos. Decidi, então, pesquisar a telenovela *João da Silva*, que foi produzida para conjugar uma linguagem educativa e didática ao formato televisivo, que tem um compromisso com a comunicação de massa e também com entretenimento. Conheci essa telenovela, buscando em diferentes arquivos temas relacionados à educação e TV.

João da Silva é recorrentemente citado em textos sobre a trajetória do Ensino a Distância no Brasil, como um projeto de teleeducação que ocorreu nos anos de 1970, sem contextualizar os impactos ocorridos na época. No artigo *Educação à distância no Brasil: lições da história*, Terezinha Saraiva (1996) apresenta um panorama das experiências em EAD no país e inclui esta telenovela. Antonio Hohlfeldt (2009) cita *João da Silva* ao discutir a democratização da educação na época e faz críticas sobre a produção dizendo que ela não cumpriu seus objetivos, contudo não problematiza a questão. No início dos anos 1960 já existiam projetos de educação televisiva como os cursos de alfabetização da Fundação João Batista do Amaral, os cursos do Artigo 99 e o Serte – Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão que produzia e transmitia 10 horas semanais de aulas em emissoras de São Paulo.

Ao pesquisarmos sobre *João da Silva*, nas publicações acadêmicas disponíveis, percebemos que muito pouco se produziu sobre essa telenovela educativa. Liana Milanez (2007), no livro *TVE Brasil: cenas de uma história*, aborda o pioneirismo da produção e o lista como uma das principais iniciativas de teleeducação da época, que ficou no ar no período de 8 anos e representou uma tentativa de unir entretenimento e educação para adultos. Contudo, a maioria das pesquisas sobre a história da TV educativa no Brasil está restrita aos aspectos das políticas de concessão e da legislação das emissoras, como observamos nos

estudos Federico (1982); Saraiva (1986); Mattos (1990), autores que analisaram a história da televisão.

Meu trabalho tem como tema a implantação da televisão educativa no Brasil e o ponto de partida foi a telenovela *João da Silva*. É uma pesquisa inédita que busca analisar a produção de conteúdos educativos para a televisão no período de 1960 a 1975. Contudo, durante o processo da pesquisa, diante dos documentos encontrados, meu trabalho seguiu investigando os impactos da produção dessa telenovela no Estado da Guanabara, e os suportes pedagógicos criados para a implementar a televisão educativa no Estado. O conjunto de material pesquisado delimitou a minha investigação, focando-a no pioneirismo das atividades com e sobre televisão do Instituto de Educação do Estado da Guanabara e da Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa.

João da Silva, exibida nos anos de 1970, recebeu o Prêmio Japão Nihon Hôso Kyokai (NHK), em 1973, direcionado aos melhores programas da teleducação do mundo. *João da Silva* foi o primeiro curso supletivo usado no formato de telenovela¹ direcionada ao ensino primário, iniciando um modelo de teleducação cujos alicerces estavam ancorados na educação formal com certificação aos alunos/telespectadores que se submetiam a processo de avaliação para conclusão referente às quatro séries do 1º grau. Ainda hoje, o formato televisivo de *João da Silva* é replicado e atualizado em programas de teleducação apoiados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O projeto da telenovela *João da Silva* nasceu, em 1969, pelas mãos dos escritores Lourival Marques e Helena Ferraz, além dos professores Manoel Jairo Bezerra, Jamil- El-Jaick, Marion Vilas Boas Sá Rego, Maurício Cardoso e Roberto Zarembo Bezerra. O pioneirismo consistiu em utilizar o formato de telenovela para um projeto de educação formal na alfabetização de jovens e adultos. Foi um artifício para unir entretenimento e educação no mesmo produto, além de ser também uma proposta de aproximação do conteúdo educativo formal ao formato das TVs comerciais.

¹ Estamos considerando telenovela como o nome genérico atribuído à narrativa ficcional televisiva no Brasil, independente de seu formato tradicional. Assim, minissérie, caso especial e algumas modalidades de telecurso serão tratados a partir de seus aspectos referentes à teledramaturgia.

Durante a pesquisa constatei que existem poucos registros sobre a telenovela *João da Silva*. Nesse percurso me deparei com a falta de arquivos audiovisuais referentes a esse período, cujas gravações eram feitas em quadplex², um tipo de mídia que não é mais produzida. No país existem apenas duas máquinas de projeção de fitas quadplex: uma, de propriedade da TVE do Rio de Janeiro, está danificada há anos e sem recursos para a restauração, e outra de posse de uma rede privada. Outro problema encontrado foi a dificuldade de localizar as fitas, muitas danificadas pela ação do tempo ou perdidas no imenso depósito da TVE. Não podemos deixar de registrar que seria praticamente impossível encontrar a obra completa, porque era hábito reaproveitar as fitas para diminuir o custo de produção e muito do patrimônio audiovisual educativo brasileiro se perdeu.

Nesta etapa do estudo, identifiquei alguns sujeitos que orientaram a busca por arquivos pessoais: Gilson Amado e Lourival Marques. No arquivo de Gilson Amado, preservado por sua filha Camila Amado, encontrei documentos, recortes de jornais e cartas que contam um pouco da trajetória do intelectual na construção da TVE. A partir desses documentos descobri os esforços dos pioneiros da televisão educativa com a qualificação da equipe técnica que comporia os quadros profissionais das emissoras. Os dados obtidos no arquivo nos levaram ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro que foi o primeiro a atuar com audiovisual educativo na formação de profissionais para trabalhar em emissoras de televisão com programação educativa. A formação de professores para o uso de audiovisual assumiu parte importante na pesquisa pela quantidade de documentos encontrados, detalhando o processo adotado para se construir uma didática televisiva para a programação educativa. Houve um grande movimento em prol da

² *Quadraplex* foi o primeiro formato de videotape a usado em televisão comercial, criado pela empresa norte-americana AMPEX em 1956. Essa fita de videotape ficou conhecida no Brasil como duas polegadas. Para gravar ou reproduzir as imagens organizadas eletromagneticamente, se utilizava um conjunto em forma cilíndrica de 04 cabeças, dispostas a 90 graus. As cabeças giravam a 240 rotações por segundo. Este formato recebeu o nome de *Quadraplex* devido a disposição das cabeças em forma de quadrante. Cada estojo de rolo pesava aproximadamente 6 quilos, dificultando armazenamento e arquivamento das fitas. O *Quadraplex* deixou de ser utilizado gradativamente no Brasil nos anos de 1970.

formação de profissionais para a televisão, destacando a presença de professores durante todo o processo de criação da televisão educativa no Estado da Guanabara.

Seguindo com o estudo no Centro de Memória Institucional do Instituto de Educação - CEMI, consegui informações sobre a família de Lourival Marques, e a filha dele me apresentou alguns documentos sobre o trabalho desenvolvido pelo pai, principalmente no período em que foi roteirista principal da telenovela *João da Silva*. Lá pude fotografar cartas, relatórios, reportagens de jornais e a sinopse distribuída aos atores e diretores para explicar o conteúdo do roteiro da telenovela.

Nesta fase da pesquisa, recolhemos para análise cerca de duzentas páginas de documentos entre reportagens, artigos, fotos, relatórios, fragmentos de documentos oficiais e cartas nos arquivos pessoais de Gilson Amado e Lourival Marques. Também coletamos reportagens e entrevistas nos Jornais O Globo, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Brasil e na Revista do Rádio. Reunindo o material encontrado nos arquivos pessoais de Camila Amado e Vânia Maria Landin Previdente, filha de Lourival Marques, meu objetivo de pesquisa se concentrou nas atividades pioneiras de teleeducação no Estado da Guanabara destacando os cursos de formação de professores e profissionais técnicos para a televisão educativa. Cursos promovidos inicialmente pelo Instituto de Educação do Estado da Guanabara e mais tarde pela Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa. Vários profissionais, que participaram dessa experiência de formação, atuaram também na construção do perfil de televisão educativa da Guanabara. Entre eles, vamos destacar o trabalho desenvolvido pela professora do Instituto de Educação do Estado da Guanabara, Alfredina de Paiva e Souza, pioneira na produção de programas supletivos para a televisão no do Estado, e coordenadora de vários cursos de formação para a televisão educativa, no período pesquisado.

No primeiro capítulo vamos analisar a história da televisão educativa destacando as primeiras iniciativas realizadas no Estado da Guanabara e a atuação e apropriação deste meio de comunicação por educadores da época. A criação da Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa ocupará lugar de destaque, como primeira iniciativa de criação de uma instituição capacitada para integrar as atividades educacionais formais ou não formais com televisão. Os pressupostos

educativos propostos pela UNESCO também serão discutidos. Tais orientações da UNESCO foram formadoras da filosofia aplicada à televisão educativa no Brasil.

O recorte do segundo capítulo será analisar o pensamento pedagógico de intelectuais e educadores brasileiros que se dedicaram a criação do canal educativo no Estado da Guanabara, entre as décadas de 1950 e 1960. A história dos intelectuais ou das idéias foi recuperada nos últimos anos em diferentes pesquisas históricas que dialogam com o campo da chamada *História Cultural*. Desta forma, investigar a trajetória dos intelectuais nos dá pistas do entendimento sobre temas importantes em um determinado período. Os intelectuais são definidos como produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores políticos de participação expressiva nos locais de produção e divulgação de conhecimento (SIRINELLI, 1996). O objetivo é encontrar, no material pesquisado, traços do pensamento educacional da época, bem como a concepção de TV educativa das personalidades pesquisadas. Analisaremos a associação entre as propostas de telensino da BBC de Londres e da UNESCO e os modelos de televisão educativa apresentados pelos intelectuais brasileiros, frisando as implicações políticas para a consolidação da TV educativa no Brasil. Desta forma, discutiremos também as modalidades de Circuito Fechado e Circuito Aberto nos anos iniciais da TV educativa no país. Vamos iniciar o capítulo explorando o trabalho desenvolvido por Fernando Tude de Souza na tentativa de criar o primeiro canal educativo do Brasil ainda nos anos de 1950. Depois analisaremos o pensamento de Gilson Amado, que influenciou a programação educativa nos anos 1960. Por fim, vamos estudar a trajetória de Alfredina de Paiva e Souza. Nosso objetivo de pesquisa não será traçar a história de vida desse grupo de pessoas, mas identificar o pensamento pedagógico que influenciou as atividades do grupo com a radiodifusão educativa. Nesta etapa da pesquisa priorizaremos o material encontrado em jornais e revistas da época, bem como artigos publicados em revistas científicas do período. As dificuldades encontradas para a elaboração deste capítulo residem na fragmentação do material pesquisado.

O eixo principal do terceiro capítulo serão as produções audiovisuais educativas no Estado da Guanabara, vamos analisar a criação e manutenção de alguns projetos ou equipamentos que surgiram para dar suporte à televisão educativa. A FCBTVE estava na esfera no MEC e por isso limitada a uma série de atribuições específicas, previstas no decreto oficial que lhe deu origem pela lei nº

5.198, de 3 de janeiro de 1967. Entre as demandas da Fundação estavam o apoio para a implantação de um circuito fechado no Instituto de Educação do Estado da Guanabara; a instalação de circuito fechado da própria FCBTVE com equipamentos de alto padrão técnico; e a realização de cursos de treinamento de docentes e técnicos para a TV educativa. As instalações técnicas e equipamentos da FCBTVE foram resultados de parcerias com instituições estrangeiras que impuseram algumas condições que garantissem o projeto de TV educativa, indicando que uso educativo da televisão não era apenas uma demanda de aceleração do ensino ou de erradicação do analfabetismo. Também vamos explorar os cursos do Instituto de Educação da Guanabara, no sentido de compreender qual era o modelo de formação para televisão educativa que eles queriam imprimir no professorado da época.

O capítulo quatro tem o objetivo investigar o acervo coletado sobre a telenovela *João da Silva* com a proposta de compreender - lá em diferentes aspectos da memória. Também verificaremos as estratégias pedagógicas da telenovela, que inovou com uma linguagem televisiva híbrida que apostava na teledidática como estratégia. Vamos destacar a linguagem pedagógica da telenovela e as dificuldades na definição de um modelo de produção para a teleducação no Estado da Guanabara, explorando a diferença de olhar entre professores e profissionais de televisão sobre o audiovisual educativo. Nesse capítulo pesquisaremos o ensino de jovens e adultos na televisão, identificando os grupos de estudantes que se encaixavam nos perfis das políticas públicas em educação que buscavam o apoio dos meios de comunicação.

1.1. Os arquivos da pesquisa

Ao longo da pesquisa trabalhamos com diferentes tipos de arquivos, como os arquivos pessoais de Gilson Amado e Lourival Marques, aos cuidados das famílias de ambos. Nesses arquivos encontramos fragmentos de documentos oficiais e não oficiais, fotos, recortes de revistas, cartas e relatórios. No arquivo da família de Gilson Amado tivemos acesso a um montante de mais de 150 páginas de documentos. A pesquisa no arquivo de Lourival Marques foi mais seletiva e o

foco foi a documentação relacionada a telenovela *João da Silva*. O desafio diante desse material foi a fragmentação. A maioria dos documentos, como relatórios, estava incompleta. Os arquivos pessoais foram fontes importantes para essa pesquisa, servindo como complemento para a análise cruzada com informações em arquivos de natureza pública. Estamos considerando, nessa pesquisa, arquivos de natureza pública, o material recolhido em jornais e revistas.

Durante o processo de pesquisas utilizamos documentos dos seguintes arquivos: Hemeroteca Digital Brasileira³ para a consulta de periódicos veiculados durante os anos de 1960 até 1975. Pesquisamos nos arquivos digitalizados do Jornal O Globo e disponibilizados para assinantes, também recorremos a recortes de jornais e revistas preservados nos arquivos pessoais. As palavras chave para pesquisa nos arquivos digitais foram selecionadas durante todo o processo da pesquisa. Cada informação, por menor que fosse, era tratada como um fragmento importante para observação dessa experiência educativa tão pouco lembrada. Um dos argumentos de análise, do estudo que estamos apresentando, é o apagamento da memória dessa experiência televisiva. Ao longo da pesquisa, entrevistamos o protagonista da telenovela *João da Silva*, o ator Nelson Xavier. As lembranças dele estão focadas no período da ditadura civil-militar.

Outro acervo importante para a pesquisa, foi o disponibilizado no Centro de Memória Institucional do Instituto de Educação – CEMI⁴, organizado pela professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos. Entre os documentos pesquisados, está o anuário das atividades do Instituto de Educação em 1968, mostrando a perspectiva da instituição sobre a televisão educativa no período.

³ <http://memoria.bn.br/>

⁴ <http://cemiiserj.blogspot.com.br/>

A primeira emissora de televisão brasileira foi a TV Tupi, inaugurada no dia 18 de setembro de 1950, em São Paulo, como parte integrante dos Diários Associados⁵, grupo de empresas de comunicação dirigido por Assis Chateaubriand. A TV Tupi também foi pioneira na América Latina, situando o Brasil como um dos primeiros países a ter uma emissora de televisão. Antes, apenas Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Holanda possuíam programação televisiva. A televisão chegou ao Brasil no período em que o rádio era o veículo de comunicação mais popular do país, com abrangência quase nacional, alcançando famílias nos centros urbanos e nas áreas rurais. Diferente do rádio, que inicialmente pautou a programação com base na cultura e na educação, a TV nasce com propósitos comerciais, com o objetivo de ampliar o comércio de bens e de serviços pela via da informação de notícias do cotidiano e do entretenimento. Segundo Jambeiro (2002), o rádio influenciou o padrão da TV brasileira porque os meios de comunicação de massa no Brasil sempre foram controlados e operados por interesses privados, o Estado apenas regulamentava os serviços. Os custos de manutenção eram oriundos da venda de anúncios ou mantidos por patrocinadores, contudo, jamais se distanciaram do governo. Percebemos que as despesas para manutenção representaram um obstáculo para criação de uma TV pública nos moldes da BBC inglesa ou da PBS norte-americana que são financiadas com o dinheiro do contribuinte e sua programação não é cerceada pelo governo. As emissoras de TV brasileiras eram completamente dependentes do mercado publicitário e, portanto precisavam de audiências cativas para sua programação.

Nos anos iniciais, as emissoras de TV, para alcançar popularidade, se apropriaram da linguagem radiofônica. Neste momento, vários técnicos, diretores,

⁵ Os Diários Associados era formados por várias empresas de comunicação, formando um conglomerado jornalístico bastante influente. No período em que a TV foi inaugurada o grupo era detinha o controle de veículos de comunicação como o jornal *O Jornal* (RJ), a revista *O Cruzeiro*, o jornal *Última Hora*, o jornal *Diário da Noite* (SP), o estúdio de cinema *Tupã* e as rádios *Tupi*, *Difusora* e *Record*.

roteiristas e artistas do rádio passaram a integrar o elenco dos programas de televisão. As atividades estavam atreladas ao sistema empresarial, apesar do amadorismo e das improvisações dos profissionais da época. *Dois características são marcantes na programação inicial da TV brasileira: a herança radiofônica e a subordinação total dos programas aos interesses e estratégias dos patrocinadores* (Priolli, 1985, p.23). Porém, apesar da dependência comercial, desde o início a TV foi concebida a partir da legislação de radiodifusão da época e, portanto era uma concessão pública autorizada pelo governo federal.

Outro aspecto relevante nesse período inicial da TV foi o reduzido número de aparelhos o país porque eram importados e custavam pouco menos que um automóvel. A programação era exibida ao vivo. Uma das características mais acentuadas na época era o amadorismo das produções, refletido na confecção de cenários, na sonorização dos programas e na atuação de atores ainda em período de adaptação com a linguagem de estúdio de TV. A intenção era apresentar sempre algo inovador e grandioso para os primeiros telespectadores da época. Por ter um público formado pelas classes economicamente privilegiadas, a TV se propunha a apresentar adaptações grandiosas de Shakespeare, Dostoiévski, Ibsen e Tolstói. A programação não era contínua e durante muitas horas a TV ficava fora do ar.

A chegada do videotape, nos anos 1960, mudou o cenário audiovisual brasileiro, principalmente no que se referia aos custos e ao planejamento das produções televisivas. Foi o período em que o modo de fazer televisão se tornou mais profissional e a compreensão sobre o público televisivo também mudou, já não era mais possível ignorar as diferenças entre as audiências do rádio, do cinema e do teatro. A TV começou a investir em produções mais alinhadas às suas características e menos amadoras. A rotina das famílias telespectadoras passou a influenciar a grade de programação e o “como fazer televisão”. A família se tornou o alvo dos produtores e das propagandas porque ela representava a maioria dos telespectadores, compondo um lugar social possível de discutir temas variados que poderiam oscilar entre os desejos e as frustrações dos indivíduos no cotidiano.

Este período também foi marcado por muitas transformações na sociedade brasileira. Em 1964, a ditadura civil-militar se instaurou no país e utilizou os meios de comunicação de massa para impor novas ideologias e práticas culturais e

sociais. Após a decretação do Ato Institucional n.5, em 1968, a ditadura civil-militar intensificou o uso dos meios de comunicação de massa para divulgar sua ideologia nacionalista e desenvolvimentista, e também para censurar os conteúdos transmitidos.

O perfil comercial e popular da televisão impedia maior aproximação com temas engajados difundidos a partir de teorias da sociologia, da política e da filosofia. A expressão da intelectualidade do período estudado era legitimada, sobretudo no cinema. Nos anos 1960, o cinema brasileiro representava o ideário político das esquerdas, e essa tendência podia ser observada também no teatro, na música e nas artes plásticas. O engajamento político dos grupos de artistas no cenário educativo se destacou no movimento popular, sobretudo no teatro. Havia a defesa de que o papel político das artes estava na conscientização da população sobre cidadania, como forma de superação da condição de subdesenvolvimento econômico. A retomada de valores e tradições populares era usada didaticamente para discutir a situação de alienação política dos grupos de baixa renda, sobretudo nas áreas rurais. Houve um movimento de valorização do produto cultural nacional e da cultura popular.

Contudo, com a instauração da ditadura civil-militar o movimento nacionalista desenvolvido com apoio popular mudou de rumo. Antes o nacionalismo era usado como fonte de inspiração para a valorização popular, com a ditadura civil-militar o nacionalismo passou a ser usado como forma de manter a soberania nacional a partir da construção de uma imagem positiva do Brasil. Não havia espaço para a discussão da situação e participação política do brasileiro. O objetivo era produzir uma propaganda positiva do país destacando o potencial econômico e industrial. Assim, as políticas educacionais foram adaptadas para atender a esse objetivo e a televisão foi um veículo a serviço deste ideal. O principal instrumento utilizado para esse fim foi a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), criada em 1967, com sede no Rio de Janeiro. O objetivo era produzir e distribuir material audiovisual educativo destinado às emissoras de todo país. Houve aumento nas vendas de aparelhos de televisão por causa da isenção de taxas de importação e política de crédito facilitado, criando, desta forma, um cenário propício para o desenvolvimento da TV como veículo de massa de grande alcance comercial. (Jambeiro, 2002; Mattos 2002). O produto principal era a telenovela, narrativa com grande poder de penetração no cotidiano

da população e potencial comercial de produtos e serviços que ditavam o comportamento e o consumo do telespectador. Segundo Ridenti (2005):

A ditadura, entretanto, tinha ambigüidades: com a mão direita punia duramente os opositores que julgava mais ameaçadores – até mesmo artistas e intelectuais –, e com a outra atribuía um lugar dentro da ordem não só aos que docilmente se dispunham a colaborar, mas também a intelectuais e artistas de oposição. Concomitante à censura e à repressão política, ficaria evidente na década de 1970 a existência de um projeto modernizador em comunicação e cultura, atuando diretamente por meio do Estado ou incentivando o desenvolvimento capitalista privado. (p.98)

Ridenti (2007) explica que toda a América Latina, compreendendo o final dos anos de 1950 até os anos de 1970, foi acometida por movimentos revolucionários que visavam renovação política e social a partir de diferentes perspectivas ideológicas. Desta forma, artistas e intelectuais se dividiram entre desenvolver sua ocupação específica ou participar do processo de transformação política e social.

Florescia um sentimento de brasilidade ao mesmo tempo romântico e revolucionário. Buscava-se, no passado, uma cultura popular cujas raízes dariam sustentação a uma nação moderna, que acabasse com o subdesenvolvimento e as desigualdades. Combatia-se o latifúndio; propunha-se a reforma agrária; o “povo brasileiro” era glorificado e conclamado a realizar sua revolução, afinada com as lutas dos pobres da América Latina e do Terceiro Mundo. (...) Na sociedade brasileira, solidificava-se uma indústria cultural, acompanhada da institucionalização de campos específicos, intelectuais e artísticos, num ambiente político e cultural conturbado em escala nacional e internacional. (Ridenti, 2007, p.186/187)

A ânsia por modernização criou nesse período um movimento de políticas liberais que não eram democráticas por causa da ditadura civil-militar, mas que promoveram o crescimento industrial em seus diferentes aspectos e eram apoiadas por políticas criadas por órgãos internacionais como a UNESCO. Sob a ditadura civil-militar a sociedade brasileira viveu o milagre econômico e consequentemente teve acesso a um ideal de bem estar social e de qualidade de vida baseado no consumo de produtos e serviços. Esse modelo de

desenvolvimento econômico buscava a concentração de renda e por isso favoreceu as classes altas e médias da sociedade ampliando o poder aquisitivo das mesmas.

Em uma década de TV no Brasil, o número de aparelhos cresceu significativamente, indicando o grau da popularidade do veículo. Em 1951, existiam apenas 3,5 mil aparelhos de TV e em 1964 o número era de 1,66 milhão. Em 1958 a televisão absorvia apenas 8% do mercado publicitário, em 1964 o percentual chegava a 24%. (Napolitano, 2010). A popularidade e a opção por uma programação que agradasse ao público geraram críticas que apontavam a má influência da TV para a formação cultural dos brasileiros. Contudo, a concepção de televisão corruptora⁶ das tradições familiares deu lugar a um pensamento que atribuiu a ela uma função reflexa, ou seja, a programação era familiar, com temas e produtos que se encaixavam nas aspirações sociais, políticas e culturais da época pela população. Na televisão os rostos deveriam ser sempre próximos, amigáveis. O objetivo era manter a proximidade dos personagens e dos acontecimentos em um discurso capaz de familiarizar o conteúdo exibido de modo simples, claro e com economia narrativa (Barbero, 2008). As pessoas se identificavam com a narrativa televisiva, se sentiam representadas nas telas da TV.

As possibilidades da narrativa televisiva atraíram diferentes grupos. A familiaridade da televisão, construída no espaço da família, transforma o domicílio em uma unidade sociocultural que concentra diferentes tipos de necessidades que podem ser de consumo e também de suporte emocional (Fuenzalida, 2002). Os conteúdos da programação da televisão podem ser considerados como resultado das demandas e aspirações da sociedade, ou seja, refletem ou deveriam refletir parte dos desejos de suas audiências. Desta forma, controlar a programação é também regulamentar gostos, hábitos e consumo. Tamanho alcance ideológico expôs a televisão a um campo de disputas polarizado de diferentes maneiras: comercial e pública; educativa e cultural; e comercial e educativa. No período pesquisado, o caráter ideológico da televisão era observado, sobretudo pela participação do governo militar interferindo, censurando a programação em nome da moral e do nacionalismo; por outro lado, o viés

⁶ Nos anos iniciais da televisão a linguagem do rádio foi fundamental para a programação. Contudo neste período, a maioria das rádios era comercial e com uma programação voltada quase exclusivamente para atrações populares tidas como de baixa qualidade intelectual e moral.

educativo conclamava os profissionais da docência a se posicionarem sobre o conteúdo educativo, em nome da preservação da família e da infância; e por fim, a indústria do entretenimento oferecendo diversão e qualidade técnica.

2.1.

Regulamentação da radiodifusão e a educação: legislação da teleeducação

O potencial educativo de transmissão de informação da radiodifusão sempre foi reconhecido pelo governo brasileiro, que desde o início se protegeu criando uma legislação que garantisse a autoridade do Estado sobre as atividades educativas veiculadas nos meios de comunicação de massa como rádio e televisão. No decreto a seguir, temos uma amostra do anseio de controle do governo sobre todo tipo de radiocomunicação em território nacional, indicando que seria o responsável pela orientação educacional da rede de radiodifusão nacional, e também pela fiscalização da mesma.

Decreto nº 20.047, de 27 de Maio de 1931

Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe conferem os artigos 1º e 4º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Art. 1º Os serviços de radiocomunicação no território, nas águas territoriais e no espaço aéreo nacionais são de exclusiva competência da União.

Art. 2º Para os efeitos deste decreto, constituem serviços da radiocomunicação, a radiotelegrafia, a radiotelefonia, a radiofotografia, a radiotelevisão, e quaisquer outras utilizações de radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, sinais, imagens ou sons de qualquer natureza por meio de ondas hertzianas.

Art. 12. O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional.

§ 1º O Governo da União promoverá a unificação dos serviços de radiodifusão, no sentido de constituir uma rede nacional que atenda aos objetivos de tais serviços.

§ 2º As estações da rede nacional de radiodifusão poderão ser instaladas e trafegadas, mediante concessão, por sociedades civís ou empresas brasileiras idôneas, ou pela própria União, obedecendo a todas as exigências educacionais e técnicas que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

§ 3º A orientação educacional das estações da rede nacional de radiodifusão caberá ao Ministério da Educação e Saúde Pública e a sua fiscalização técnica competirá ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Um ano depois, 1932, o decreto 21.111 estabelece que rádio e televisão⁷, bem como todo modo de uso de radioeletricidade para transmissão ou recepção de textos, sons e imagens deveriam ser considerados serviços de radiocomunicação. Para tanto, determinou o significado de cada serviço em documento oficial.

CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES

Art. 3º No presente regulamento os termos abaixo significam:

Radiocomunicação, transmissão ou recepção sem fio de escritos, signos, sinais, imagens ou sons de qualquer natureza, por meio de ondas hertzianas;

Radiotelegrafia, radiocomunicação de textos por meio de sinais convencionais;

Radiotelefonia, radiocomunicação por meio de palavras ou sons;

Radiotelefotografia, radiocomunicação de imagens inanimadas (fotografias, desenhos, planos, manuscritos, fac-similes, etc.);

Radiotelevisão, radiocomunicação de imagens animadas;

Radiodifusão, radiocomunicação de sons ou imagens destinadas a ser livremente recebida pelo público;

Estação, conjunto de aparelhos (transmissor, receptor ou transmissor-receptor) destinado a efetuar uma radiocomunicação;

Estação ele radiodifusão, estação instalada para a radiocomunicação de sons ou imagens destinada a ser livremente recebida pelo público;

Estação experimental: a) estação que tenha por finalidade o progresso técnico ou científico das radiocomunicações; b) estação utilizada por um amador, isto é, por pessoa devidamente autorizada, que se dedique à técnica radioelétrica com fim pessoal exclusivo e sem interesse comercial;

A definição das atividades estabeleceu o alcance do Estado nas ações relativas à radiodifusão, incluindo possibilidades de uso da radioeletricidade que ainda não existiam no Brasil. A idéia de radiocomunicação de imagens animadas estava na lista de atividades que deveriam ser controladas pelo governo, desde a década de 30, muito antes de a televisão chegar ao Brasil, nos anos de 1950. Tais decretos serviam para garantir a que a radiodifusão deveria servir prioritariamente

⁷ Em 1932 não existia televisão no Brasil, mas a legislação já definia as regras para a sua utilização, ao determinar que todo modo de uso de radioeletricidade para transmissão e recepção de sons e imagens faziam parte do sistema de radiodifusão.

ao interesse público. A preocupação com o uso educacional da radiodifusão pode ser considerada como um fator de legitimidade do monitoramento e fiscalização das atividades por órgãos oficiais do governo.

A relação da radiodifusão com a educação começa nos anos de 1920, quando a radiofonia no Brasil esteve no centro de um debate que visava definir os parâmetros educacionais que deveriam ser adotados pelas emissoras. Alguns fundadores da Rádio Sociedade, em abril de 1923, foram também os precursores da televisão educativa no país e mais tarde estiveram à frente da primeira rádio do sistema educacional: Rádio Escola Municipal, inaugurada oficialmente em janeiro de 1934, com o prefixo PRD5, e com ideais pedagógicos proclamados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Outros projetos com viés educativo surgiram nos anos seguintes como: o Instituto Rádio Técnico Monitor, em São Paulo, instituição privada que oferecia cursos profissionalizantes em 1939; o programa radiofônico Universidade do Ar, da Rádio Nacional direcionado a formação de professores nos anos de 1940; a Universidade do Ar do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC) cujo propósito era o treinamento de comerciantes e empregados em técnicas comerciais; a criação do Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA, em 1957 com onze emissoras transmitindo cursos básicos gravados em discos LP (long-play) e eram distribuídos em rede nacional; e a criação do Movimento Nacional de Educação de Base (MEB), em 1961, patrocinado pelo governo federal e liderado pela igreja católica vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Apesar de tantos programas e projetos de educação via radiodifusão no país, somente em novembro 1960, com o decreto 49.259 foi instituída a Campanha Nacional de Radiodifusão Educativa (C.N.R.E.), a cargo do Serviço de Radiodifusão Educativa (S.R.E.) e diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Educação e Cultura. O objetivo era promover a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo; informar e esclarecer, quanto à política de educação do país; orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino; incrementar o intercâmbio de programas culturais com outras emissoras do país e do estrangeiro; estimular a educação musical do povo em suas diferentes formas de manifestação; promover e patrocinar a gravação de

obras musicais e literárias de autores brasileiros, destinadas à documentação e divulgação.

Também ficou definido o modo de custeio das produções educativas com a criação de um fundo especial previsto no orçamento da União. Neste momento a responsabilidade pela produção e divulgação da programação educativa passava a ser de responsabilidade do governo. Antes, o decreto 21.111, que abordava a finalidade educacional nas emissoras, dependia de verbas publicitárias arrecadas pelas próprias emissoras, no caso da TV, eram todas comerciais. Mas pelo período em questão, abrangia também o rádio que para sobreviver adaptou seus programas de exclusividade educativa ao modelo comercial (Federico,1982).

A partir destes decretos, a televisão começou a se configurar como um veículo de comunicação popular indo ao encontro da política econômica desenvolvimentista gerada no governo de Juscelino Kubitschek (1956 -1961) que impulsionou a industrialização do Brasil, e conseqüentemente acelerou o processo de urbanização do país e aumentou o consumo de industrializados. A televisão é dependente da cultura, da política, da economia e da tecnologia, e por isso além de entreter e instruir também favorece o modelo capitalista de produção. Ela funciona como veículo de produção de bens de consumo, bens culturais e simbólicos que são propagados nas campanhas publicitárias exibidas ao longo da programação (Mattos, 1990). Conforme explicitado no decreto, de 1960, 49.259 que criou a CNRE, informar e esclarecer, quanto à política de educação do país era objetivo do governo, bem como orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino. Desta forma, a televisão foi uma aliada do governo na propagação da ideologia política praticada no período.

A pesquisa sinaliza que desde o início, sustentada em ideais comerciais, as emissoras de televisão construíram sedes nas capitais e investiram em uma programação direcionada para os telespectadores dos centros urbanos. Tais medidas facilitavam o contato com possíveis anunciantes, mesmo no período inicial quando o público ainda era muito restrito. Neste período houve uma grande campanha nacional para que as pessoas comprassem aparelhos de televisão. Por não atingir um grande público não atraia muitos anunciantes, apenas agências estrangeiras se interessavam porque conheciam o potencial comercial da TV em seus países. Em 1951 iniciou-se a fabricação de televisores da marca *Invictus* no Brasil. A indústria funcionava em São Paulo, era de propriedade do imigrante

russo Bernardo Kocubej, que antes fabricava apenas aparelhos de rádio. Em poucos anos a TV cresceu no Brasil e estabeleceu modelos de consumo de bens e serviços que criaram um novo panorama para o desenvolvimento econômico e social.



Ilustração 1 - propaganda dos televisores Invictus ano de 1959
<http://economia.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/tv-revolucionaria/>

Segundo Konder o clima que iniciou os de 1950 não era de grandes expectativas em relação ao novo, porém ao longo da década a situação mudou. Em 1954, Getúlio Vargas se suicidou e no ano seguinte Juscelino Kubitschek foi eleito presidente com o lema “cinquenta anos em cinco”. As tensões sociais relacionadas às desigualdades emergiram, as primeiras ligas camponesas se formaram, aumentos significativos no salário mínimo dos trabalhadores foram concedidos, o consumo aumentou, o rádio e a televisão estavam no auge e os meios conservadores estavam insatisfeitos com a política econômica. Os intelectuais e também os historiadores brasileiros divergiam sobre a corrente ideológica e filosófica que caracterizaria os anos de 1950. Entre as possíveis

interpretações do período está a corrente nacional-desenvolvimentista que serviu de apoio ideológico aos intelectuais do período, sobretudo pela experiência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O programa que a instituição se propunha era o de contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das massas populares. Não havia, entretanto, nenhum consenso no que se refere e como deveria ser essa ideologia ou como ela deveria se identificar com o povo.

Na primeira publicação feita pelo ISEB já apareciam com nitidez as tendências diversas. Em introdução aos problemas do Brasil, de 1956, confrontavam-se teóricos que representavam opções muito diferentes para quem desejava pensar “o presente como história”. De um lado, os que preconizavam a participação ampliada, a mobilização das massas, o uso do Estado para conter excessivas desigualdades econômico-sociais; do outro, os que defendiam a dinâmica inerente à sociedade capitalista, à economia de mercado, sem se impressionarem com preocupações sociais que lhes pareciam demagógicas. (...) O que se pretende no presente trabalho é registrar no quadro inicial das atividades do ISEB a presença de uma avaliação da atualidade brasileira que deixava transparecer uma concepção da história afinada com a apologia do capitalismo. (Konder, 1998 p.363)

Apesar da falta de consenso relatada por Konder (1998), o compromisso com a ideologia capitalista estava em confronto com o nacionalismo revigorado, sobretudo pela necessidade de buscar estratégias para combater o subdesenvolvimento econômico e social do Brasil. A ânsia por mão de obra qualificada para compor os quadros de funcionários das indústrias que chegavam ao país e também a movimentação dos grupos marginalizados em busca de direitos e inclusão nesse cenário socioeconômico definiram o pensamento da política educacional do período. Está política corroborava com os pressupostos de órgãos internacionais que cobravam a ampliação do uso educacional do rádio e da televisão para alfabetizar jovens e adultos, imprimindo ações supostamente inclusivas em nome de um padrão de desenvolvimento internacional. Luiz Antonio Cunha (1975) explica que o panorama político educacional da época apresentava indícios de uma política de contenção para níveis mais elevados de escolarização e renda – com a reforma universitária de 1968 – e uma política de liberação para os grupos com menos escolarização e de baixa renda. A televisão educativa foi um recurso utilizado por esta política de liberação para alfabetização

de adolescentes e adultos. Para o autor as funções econômicas atribuídas ao programa de alfabetização das massas “*são a modernização dos hábitos de consumo, a ampliação do mercado consumidor através da suposta elevação dos salários dos alfabetizados e o aumento do lucro das empresas através de um esperado incremento da produtividade*” (p.287).

A exploração do potencial educativo da televisão contou com aliados importantes na esfera internacional, como a UNESCO que liderou uma campanha em prol do ensino a distancia via rádio e televisão nos países em desenvolvimento. Para isso, organizou vários congressos internacionais para discutir o tema junto a especialistas em comunicação de massa, pedagogos, políticos, acadêmicos e artistas.

2.2. O Diálogo com a UNESCO

A presença da UNESCO no debate sobre um modelo de erradicação do analfabetismo e do aumento da escolaridade nos países em desenvolvimento fortaleceu iniciativas de teleducação em vários países, incluindo o Brasil. O livro *Comunicação de Massa e Desenvolvimento – O papel da informação nos países em desenvolvimento*, de Wilbur Schramm, financiado pela UNESCO e publicado em 1964, serviu de referência para políticos, intelectuais e educadores refletirem sobre os impactos sociais, culturais e econômicos de políticas educacionais que incentivassem o uso televisão na educação. A primeira edição brasileira foi publicada em 1970 e traduzida por Muniz Sodré e Roberto Lent. O livro trouxe uma introdução que apontava algumas diretrizes do pensamento da instituição internacional sobre o uso dos veículos de comunicação de massa, e foi considerado como parte de um esforço das Nações Unidas em prol do uso da imprensa, do rádio, do cinema e da televisão com finalidades favoráveis ao desenvolvimento social.

Alguns experimentos com rádio educativo e mesmo com TV foram tentados nos anos 50, mas somente nos anos 60 o Brasil começou a tratar com este enfoque mais sistematicamente. Dois fatores parecem ter contribuído para

isto: primeiro, houve uma ofensiva internacional, liderada pela Unesco, pressionando pelo uso da TV para atender necessidades educacionais nos países em desenvolvimento; e, segundo, como resultado do processo acelerado de industrialização, o país necessitava de rapidamente preparar mão de obra apropriada. No Rio de Janeiro, de 1962 a 1964, a TV Rio transmitiu 262 horas de aula para 5.000 estudantes, organizados em 105 salas de aula. (Jambeiro 2002, p.120)

O prefácio do livro foi escrito por Alberto Dines que apresentou uma perspectiva positiva dos meios de comunicação. *No lugar de profetizar que o desenvolvimento tecnológico criará veículos cada vez mais perfeitos tecnicamente, simplificando a mensagem até minimizá-la, Schamm preocupa-se, em vez disso, com a TV educativa, com jornais comunitários* (p.19). Dines afirmava que este livro se dedicava a explorar o máximo o potencial que a comunicação pode oferecer para o desenvolvimento de um país que está socialmente motivado para o progresso. Segundo ele, poucos percebiam a dimensão da mudança que a educação poderia ter se aliasse aos recursos audiovisuais dos meios de comunicação para apressar o processo didático em diferentes níveis de escolarização, da alfabetização à pós-graduação.

A proposta da UNESCO parte da constatação de que veículos de comunicação eram fundamentais para o desenvolvimento econômico e social porque grande parte da população dos países em desenvolvimento era analfabeta e, portanto com pouco acesso ao conhecimento e a educação formal. O fluxo de informação nesses países era escasso devido a diferentes fatores como falta de acesso aos equipamentos/aparelhos, falta de equipe especializada, falta de recursos governamentais. Esse cenário perpetuava as diferenças e dificultava as transformações necessárias para incluir tais países na lógica da economia e do bem estar social estimulada pelos órgãos internacionais, que definiam o investimento em comunicação nos países em desenvolvimento como estratégico “*na modernização da agricultura, na obtenção de trabalhadores saudáveis, alfabetizados e qualificados para a indústria, e na obtenção de sua participação efetiva na construção da nação*” (Schramm, 1970, p.377).

O investimento na ampliação do alcance e do consumo dos veículos de comunicação de massa deveria atuar junto à educação porque o homem educado deve adquirir o hábito de buscar informações nas bibliotecas, nos jornais, no rádio, nas revistas e na televisão por toda a vida, e se tornará também fonte de

informação para os outros ao seu redor. Desta forma a alfabetização estimularia o fluxo de informação e conseqüentemente melhoraria a economia e o desenvolvimento local. Percebemos, então, esforços para ampliação de um mercado consumidor de bens culturais que para ter êxito dependiam de consumidores preparados (alfabetizados) para usufruir de modelo de vida cuja qualidade já era definida a partir de parâmetros internacionais.

Qualquer comissão de planejamento da Terra está ciente da importância do investimento na educação e na alfabetização. Estamos mais preocupados aqui, não primariamente com a necessidade de desenvolvê-los, mas, mais do que isso, com a necessidade de desenvolvê-los e utilizá-los cooperativamente com os veículos de massa. O mesmo se aplica ao desenvolvimento das estradas e do transporte, serviços postais, telefone, telégrafo, rês de telecomunicação para transmitir mensagens eletrônicas e recursos de eletricidade para tornar possível a utilização de receptores radiofônicos, projetores cinematográficos e maquinaria gráfica. Isso não é apenas parte do sistema arterial de comunicação; faz parte também do sistema arterial do comércio e da indústria, e a maior parte das comissões de planejamento está ciente da sua utilidade. (Schramm, 1970, p. 380)

O livro de Schramm (1970) se constitui como um documento importante para compreender a visão de cooperação entre educação e comunicação de massa a partir da perspectiva apoiada pela UNESCO. Esse autor também foi referência para especialistas em educação no Brasil. O artigo de Schramm, também de 1970, traduzido para os leitores da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos apresentou questões sobre a televisão como veículo de aprendizagem a partir de uma experiência que ocorreu em Samoa, com resultados iniciais considerados bastante satisfatórios para o governo, para os professores e para os alunos. Na ocasião, o governo local persuadiu o congresso a destinar verbas não apenas para a expansão escolar, mas também para instalar uma televisão educativa com equipamentos de qualidade e capacidade de alcance em toda a região, além de treinamento dos professores para atuar a partir de uma didática específica para televisão. No artigo o autor destaca como fundamental para criação de uma TV educativa, enxergá-la como um veículo que pode contribuir para a resolução de um problema. Ela jamais deveria ser criada sem condições concretas para utilização porque provavelmente seria subutilizada e não impactaria de fato no desenvolvimento social e humano da região.

“A televisão educativa é econômica?” A resposta deve ser franca: - Dados os atuais orçamentos não. Irá sobrecarregar o orçamento se apenas continuarem a usá-la como o vêm fazendo. É na estrutura da mudança que ela é de fato útil, quando um país ou sistema escolar está procurando galgar uma posição mais elevada. O maior mérito da televisão educativa está em permitir nela a redistribuição dos recursos pedagógicos de um sistema escolar, fazendo com que ele distribua e participe de um ensino de bom nível e proporcione boas ilustrações de teorias e métodos. (Schramm, 1970, p.327)

A concepção de TV educativa no Brasil foi elaborada se apropriando de algumas dessas idéias, como podemos ver no artigo de Maria Terezinha Tourinho Saraiva, assessora do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, no setor de Educação.

Na maioria dos países desenvolvidos a TVE é utilizada pelo professor como um recurso a mais para complementar sua aula. Isso deriva do fato de a conquista tecnológica ter sido introduzida após a montagem do sistema educacional que já supria as necessidades do País.

No Brasil, porém, pelas razões expostas, a TVE deverá ter outra participação.

Além da utilizada pelo professor, na sala de aula, como excepcional recurso didático, poderá desempenhar ainda duas funções: complementar a estrutura convencional do ensino e da educação, preenchendo as lacunas não atendidas, devidamente pelos recursos disponíveis, e substituir o ensino formal em algumas áreas.

Várias experiências, em muitos países demonstraram que se pode dar, por televisão, um tipo de educação sistemática de qualidade igual ou superior à educação transmitida por meios convencionais. (Saraiva, 1969, p. 269)

A proposta de desenvolvimento da UNESCO estava alinhada a um projeto de modernização social e cultural que poderia ser “absorvido” por qualquer país considerado subdesenvolvido ou de terceiro mundo nas décadas de 1960 e 1970. A modernização era automaticamente considerada desenvolvimento ignorando os diferentes impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos que poderiam surgir com as mudanças em nome do progresso. A modernização era definida como uma simples mudança do tradicional para o moderno, uma passagem natural e evolutiva rumo ao desenvolvimento. O progresso era compreendido como

sinônimo de desenvolvimento. Os avanços tecnológicos eram sinais de desenvolvimento, que pretendiam aparentar neutralidade diante da suposta “evolução natural” das sociedades civilizadas.

Segundo Mattelart (1994), a sociedade moderna é movida por transformações conscientes, voluntárias e institucionalizadas, criando uma aparente normalidade das ações que passam a exigir a presença do ideal tecnológico em todas as esferas da vida social; *“os valores já não são adscritos pela tradição e aceitos passivamente, mas modelados segundo critérios de eficácia e racionalidade por um indivíduo secularizado, livre para escolher; a sociedade moderna é uma sociedade voltada para o exterior, aberta e cosmopolita (p.174)”*

Nesta perspectiva, a UNESCO assume a defesa de um modo de vida cujos valores culturais e sociais dos diferentes países envolvidos são diluídos em prol da internacionalização das culturas, e os meios de comunicação de massa assumem papel importante na difusão desse novo perfil de cidadão, abrindo-lhes os caminhos do progresso mediado por interesses políticos e econômicos voltados para criar esse novo ambiente cultural, pautado na abertura de novos mercados, de novos consumidores de um bem-estar social criado sob a ideologia do *moderno*.

A “teoria” da modernização surgiu logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, como resultado da avaliação das transferências de capital dos Estados Unidos, o grande vitorioso, para países devastados da Europa Ocidental e da Ásia, para os países da América Latina e para as colônias africanas recém-libertadas. Em alguns países, via-se que o capital era aproveitado para a ordenação da economia à imagem da eficiência norte-americana; em outros, os recursos era aplicados em obras suntuosas (...). A explicação mais comum para essas diferenças estava na educação: uns países tinham a população suficientemente educada para a “sociedade moderna”, enquanto que outros tinham população deseducada capaz apenas de viver na “sociedade tradicional”. (Cunha, 1975, p.18)

A educação pela escolarização, ou pela certificação de conclusão de curso, assume contornos de estratégia para o desenvolvimento humano, social e econômico. Para Schramm, os veículos de massa são agentes de transformação social que influenciam na mudança de comportamento alterando crenças, técnicas e normas sociais. Apesar de reconhecer que a teoria está distante da prática, o

autor segue explicando que o mecanismo de transformação é simples: primeiro o povo deve ser informado que seus costumes atuais não atendem as necessidades do mundo moderno e depois se deve inventar ou adotar um comportamento que se aproxime do ideal de modernidade. A capacidade de informação e propagação da mesma é o passo inicial para o trabalho com a população.

2.3.

Alfabetização de adultos no Brasil e os veículos de comunicação

O governo brasileiro, seguindo as recomendações internacionais, iniciou diferentes programas de alfabetização utilizando veículos de comunicação de massa, incluindo a televisão. A busca por escolarização e uma legislação que aumentava a escolaridade mínima obrigatória acarretou um aumento significativo do número escolas no país obrigando os governos estaduais a buscarem alternativas para atender a demanda crescente de alunos de todas as idades. Alguns órgãos internacionais emergiram como possibilidade de intervenção para essas demandas e foram responsáveis pelo financiamento de programas de alfabetização utilizando o modelo proposto pela UNESCO.

A alfabetização que a UNESCO recomendou em 1958 compreendia a capacidade de ler ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Alguns anos depois, no final da década de 1960, ela apresentou nova definição que agregava valores utilitários à educação. A alfabetização deveria ser funcional, ou seja, o suficiente para inserir o indivíduo adequadamente no seu meio social. O alfabetizado teria que ser capaz de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo eram importantes para o desenvolvimento individual e comunitário.

O qualitativo funcional insere a definição do analfabetismo na perspectiva do relativismo sociocultural. Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais. (Ribeiro, 1997, p.147)

A alfabetização de adultos no Brasil se destacou com movimentos de cultura e educação popular que ocorreram no início dos anos de 1960⁸. A agitação em torno da educação popular deu origem a fluxo expressivo de euforia que culminou na criação de vários grupos como; Movimento de Cultura Popular (MCP), criado no Recife e estendido a várias outras cidades do interior de Pernambuco; Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal; Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com apoio oficial da Presidência da República; Centro Popular de Cultura (CPC) organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE); Centro Dona Olegarinha entre os pioneiros a usar o método Paulo Freire; Programa Nacional de Alfabetização, que iniciou na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. A participação comunitária e o uso dos veículos de comunicação contribuíram para a ampliação das propostas de educação popular propagando uma mensagem política e cidadã com linguagem acessível aos grupos das camadas populares. Após o golpe da ditadura civil-militar, em 1964, houve um enfraquecimento político destes grupos, contudo, o governo não ficou alheio a essas demandas por educação e sancionou lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos.

Parágrafo único. Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após êsses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de tôdas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3º É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acôrdo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

⁸ A década de 1960 politicamente representou o ápice da aceleração do desenvolvimento econômico e industrial.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL de duração indeterminada, com sede e fôro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não fôr possível a transferência da sede e fôro para Brasília.

Art. 5º O MOBRAL será o Órgão executor do Plano de que trata o art. 3º.

A posição do governo estava alinhada a concepção de educação para o desenvolvimento, atendendo a pressões políticas internas e externas que reivindicavam o direito de educação para todos e melhorias no sistema de ensino. Segundo Fávero (2000) o cenário era o seguinte:

Para as populações rurais, propunha-se a “educação de base”, não raro também restrita à alfabetização. Dessa forma, tanto a expansão da rede escolar quanto a gestação de novas modalidades de ensino – quer sob a forma de treinamento, quer sob o rótulo de ensino supletivo – estão intimamente ligadas à expansão do capitalismo, no modelo industrial e dependente. Estão ligadas também à permanente luta pela hegemonia, desenvolvida no interior da sociedade, para que a classe dominante consiga manter a direção dessa sociedade. Tendo em vista as mudanças ocorridas no próprio interior da classe dominante – na passagem de um predomínio quase exclusivamente agrário para a supremacia das frações de classe urbano-industriais –, os governos do período desenvolveram o que se convencionou chamar de “política de massas”, incorporando inicialmente o proletariado urbano, depois o proletariado rural, como frentes de legitimação do poder político. (p. 50)

Desta forma, a influência de órgãos internacionais e a disseminação do uso dos meios de comunicação na educação das “massas” permitiram a criação de um programa de alfabetização funcional que mobilizou profissionais de rádio e televisão e professores na tentativa de criar uma linguagem própria para o estudando brasileiro, mesmo tendo como referência a definição de alfabetização estabelecida pela UNESCO e também o método de ensino que deveria ser utilizado, como pode ser observado em reportagem realizada em 1970.



Ilustração 2 - Reportagem do Jornal Correio da Manhã - 14 e 15/06/70

A recomendação da UNESCO para os instrutores era que eles fossem recrutados no ambiente sócio-profissional do aluno interessado e defendia que a alfabetização funcional não poderia ser confiada exclusivamente aos educadores. “Ela exige estreita colaboração dos ministérios técnicos e dos diversos organismos públicos e privados que se relacionem com os projetos de desenvolvimento escolhidos. Exige principalmente a participação ativa dos setores econômicos interessados” (Correio da Manhã, 15/06/1970). Contudo, neste período, no Brasil o ensino para jovens e adultos pela televisão manteve como figuras centrais educadores e professores na direção ou coordenação. A relação entre educação e veículos de comunicação de massa, desde o rádio, foi estabelecida por grupos de intelectuais, e mesmo com a presença da UNESCO ditando os rumos para a alfabetização funcional, o debate sobre a formação do povo brasileiro permaneceu priorizando valores da alta cultura e mantendo os paradigmas pedagógicos e curriculares praticados na sala de aula convencional. Apesar de adotar metodologia diferente para alunos adultos compreendendo a necessidade de torná-los ativos no processo de aprendizagem e oferecer conteúdos úteis para o cidadão e o trabalhador, a relação direta entre educação e desenvolvimento econômico gerava contradições com a visão humanística de educação. Como vemos em reportagem de 24/09/1969, que também discute as

difficultades econômicas para manter um programa tão abrangente de erradicação do analfabetismo como o proposto pela UNESCO.



Ilustração 3 - Reportagem Correio da Manhã 24/09/69. Relação Brasil x UNESCO

Na reportagem, o professor Paulo de Barreto Carneiro observa que o problema da alfabetização circula nos programas da UNESCO desde 1946 para ilustrar a complexidade do tema. Ele segue criticando a falta de recursos e a estratégia de educação para o desenvolvimento, que só beneficiaria pequenos grupos e não erradicaria o analfabetismo. Para ter êxito, nos moldes indicados pela agência internacional, países em desenvolvimento como o Brasil, teriam que investir em tecnologia de comunicação. E neste momento, a TV era a tecnologia que se apresentava como uma inovação viável e adequada aos conteúdos

pedagógicos, sobretudo pela possibilidade da comunicação audiovisual que permitia atingir o interesse de crianças e adultos. A expectativa de alcance da TV para uso pedagógico era grande porque além dos lares, os televisores poderiam estar em diferentes espaços como igrejas, sindicatos, clubes e empresas. Porém os custos para o “desenvolvimento” via educação eram obstáculos tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista ideológico.

A programação da televisão educativa no Brasil nunca alcançou o nível de organização e planejamento proposto pela UNESCO porque não se integrou completamente a política educacional, apesar do esforço de alguns intelectuais e educadores que vislumbravam avanços significativos nos rumos da educação no país. A programação educativa, na fase inicial, teve a participação de professores, como veremos a seguir, com a presença de docentes do Instituto de Educação da Guanabara na condução de alguns programas, mas grande parte do conteúdo considerado educativo era feito por leigos.

As finalidades educacionais da radiodifusão não se realizavam na prática, principalmente nas emissoras de TV comerciais, porque a intenção principal da TV era conquistar a audiência. Seria ingênuo acreditar que, sozinho, o apelo educacional voltado para a edificação do ser humano poderia alavancar a audiência. A elaboração de um movimento político internacional em prol do desenvolvimento econômico, cultural e social da “humanidade” foi a propaganda que viabilizou o vínculo da TV com a educação. Tal conexão, nas emissoras comerciais, seguiu a lógica de uma educação não formal que investiu em temas culturais com status de educativo. Já os canais públicos assumiram um perfil híbrido com programas de educação formal visando a certificação em parceria com Ministério da Educação e também informal visando a audiência.

2.4.

Os pioneiros da TV Educativa no Estado da Guanabara

A história TV educativa no país pode ser dividida em dois momentos: uma fase considerada pioneira, protagonizada por entusiastas da educação associada aos meios de comunicação e a criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa. A primeira fase é caracterizada pela experimentação e amadorismo de

intelectuais, educadores e profissionais que atuavam como técnicos de rádio e televisão. Neste período houve uma tentativa de se criar a TV educativa no país por iniciativa de Edgard Roquette-Pinto, mas por questões políticas e administrativas o projeto foi cancelado. No Rio de Janeiro a figura de Alfredina de Paiva e Souza, professora do Instituto de Educação da Guanabara, se destacou pela direção de programas educativos na TV Rio. Gilson Amado também foi destaque, na TV Continental, a frente de uma programação que deu origem a idéia do uso dos veículos de comunicação como uma “Universidade sem Paredes” capaz de atuar na alfabetização de adultos, na produção de cursos técnicos e na formação de professores. Nesse momento a programação educativa era veiculada em canais comerciais. O início do segundo momento foi a criação da Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa (FCBTVE), uma empresa mantida com dinheiro público com a finalidade de produzir, distribuir e administrar recursos humanos e financeiros relativos a produção de audiovisuais educativos em todo o país. A FCBTVE inaugura o modelo de concepção de educação na TV a partir do conceito de TV pública. Nesse período alguns programas do governo obtiveram destaque com iniciativas que visavam diminuir os índices de analfabetismo no Brasil e melhorar a qualificação profissional da mão de obra nacional.

A televisão chegou ao Brasil com forte influência do rádio, apesar de atuar como veículo de comunicação com fins comerciais desde o início da sua inauguração no país. Neste período alguns educadores brasileiros já vislumbravam o potencial educativo da televisão, tendo como parâmetro a experiência da rede BBC que se consolidava como veículo estatal e educativo na Europa. Além disso, nos Estados Unidos foi criada a primeira emissora de TV educativa, a WOI-TV do Iowa State College, que começou a funcionar regularmente em fevereiro de 1950, e a Universidade Americana de Washington D.C já produzia vários programas educativos que eram exibidos em emissora comerciais. A televisão educativa já era realidade em alguns países quando houve a primeira tentativa de criar canal educativo no Brasil.

Segundo Milanez (2007), no livro TVE Brasil: cenas de uma história, o educador Edgar Roquette Pinto, o seu discípulo Fernando Tude de Souza, o engenheiro José Oliveira Reis e o general Lauro de Medeiros se uniram para formar a Comissão Técnica de Televisão (CTT) para estudar a implantação de uma TV educativa no país. Em abril de 1952, a CTT apresentou proposta ao

prefeito do Rio de Janeiro, Distrito Federal da Guanabara, José Carlos Vital para a criação de um canal. No mesmo ano o vereador Luiz Pinheiro Paes Leme incluiu no orçamento da Prefeitura do Distrito Federal (PDF) emenda que destinava 15 milhões de cruzeiros para a criação de uma TV educativa no Rio de Janeiro. As informações apresentadas por Milanez (2007) foram retiradas de uma entrevista de Tude de Souza⁹, concedida a revista PN, de Publicidade e Negócios, veiculada em dezembro de 1960. A capa exibia a foto do entrevistado com a manchete em tom de denúncia: O escândalo da TV Educativa no Brasil. Em um dos trechos selecionados pela autora, Tude de Souza comenta o trabalho realizado na CTT.

Os trabalhos iniciais da CTT tiveram como objetivo fazer um levantamento completo de tudo que existia no mundo, até então, em matéria de TV. Posteriormente, depois de estudadas as estações existentes em outros países, foram relacionados os principais fabricantes de aparelhamento técnico de televisão em todo mundo (eram apenas 7 ou 8). Para esses, a CTT enviou um resumo de seus estudos, a que deu o nome de “Especificações Preliminares”, juntando ainda detalhes sobre a topografia do Rio de Janeiro e pedindo críticas e sugestões. (...) De posse de todas as respostas, e na presença do prefeito João Carlos Vital em solenidade pública realizada no Palácio da Guanabara, foram abertas as propostas e escolhida como vencedora a firma “Allan B. Dumont Laboratories” de Nova Jersey, Estados Unidos. Segundo o contrato assinado entre a PDF e a Dumont, o equipamento técnico da TV Roquete-Pinto ficaria por 473 mil dólares, que com o dólar oficial a Cr\$ 22,00 sairia por 12 milhões e 400mil. Depois de paga uma quantia inicial de 70 mil dólares, a Prefeitura pagaria cerca de 166 mil dólares durante a montagem da estação, sendo que 50% seriam pagos a prazo em vários anos. Esse contrato foi aprovado pelo Tribunal de Contas em apenas 8 dias. (Milanez 2007.p. 21 e 22)

Na articulação entre a CTT e o governo ficou definido que o canal seria operado pela rádio Roquette-Pinto, como consta no decreto presidencial nº 30.832.

⁹ Fernando Tude de Souza trabalhou entre as décadas de 1940 a 1950 como Técnico de Educação do Ministério de Educação e Saúde Pública, foi diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa e delegado que representava o Brasil em conferências para educadores promovidas pela UNESCO. Ele também atuou como diretor do serviço de documentação do Departamento de Educação de Adultos do Distrito Federal.

DECRETO Nº 30.832, DE MAIO DE 1952

Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquette Pinto, uma estação de radiotelevisão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando atribuição que lhe confere o artigo 87.º 1 da Constituição, atendendo ao que solicitou a Prefeitura do Distrito Federal e tendo em vista o disposto no artigo 5.º n.º XII, da mesma Constituição,

DECRETA:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Prefeitura do Distrito Federal, nos termos do artigo 4.º parágrafo 2.º do decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, a título precário, por intermédio da Rádio Emissora Roquette Pinto sem direito de exclusividade, uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo ministro de estado dos negocio da viação e outras públicas. Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta dias), a contar da data da publicação do presente decreto no Diário Oficial, sob pena de ser deste logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1952; 131º da Independência e 64.º da República.

Getúlio Vargas (Coleção de Leis do Brasil - 1952, Página 130 Vol. 4)

Entretanto, a proposta de TV educativa do CTT não teve continuidade. O prefeito João Carlos Vital foi exonerado e substituído pelo coronel Dulcídio Cardoso. Na ocasião, Tude de Souza também foi destituído do cargo de presidente da Rádio Roquette-Pinto. Assim, o projeto de TV que estava quase concretizado foi abandonado. As obras já iniciadas para a construção dos estúdios da TV educativa foram paralisadas e parte dos equipamentos técnicos comprados pelo governo começou a se deteriorar no caos de Nova York. Não houve interesse político em manter o acordo para a inauguração da TV educativa. O não cumprimento do contrato com a empresa americana gerou encargos para o governo e o investimento inicial de 70 mil dólares feito com a PDF perdeu a municipalidade. (Milanez, 2007).

A TV educativa no Estado da Guanabara começou a ser concretizada nos anos iniciais da década de 1960. O Brasil vivia um período de industrialização acelerada e de crescimento populacional nas áreas urbanas. E o Estado da Guanabara vivia o auge do governo de Carlos Lacerda célebre pelas transformações urbanas realizadas no Estado e pela contradição política, principalmente no setor educacional. Foi momento de ascensão para o Estado, que

mesmo tendo perdido o posto de capital, ainda detinha o prestígio e a concentração de investimento na região.

Porém, ao mesmo tempo, problemas como o alto índice de analfabetismo e a falta de mão de obra qualificada para impulsionar a política desenvolvimentista da época, que valorizava a educação formal como via de ascensão social, era um desafio para o governo. Em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a então assessora do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, no setor de Educação, Maria Terezinha Saraiva (1969) ressalta que o objetivo primordial da educação na época era a “formação de uma estrutura de recursos humanos capaz de atender às necessidades econômicas do País e ao aprimoramento do processo de democratização de oportunidade, indispensável a seu aperfeiçoamento político e social” p. 266.

Embora em quase todo mundo a escola seja a base exclusiva para a solução do problema educacional, no Brasil a conjuntura é diferente.

A par do contingente que anualmente bate às portas da escola, há milhões de brasileiros que ultrapassam a idade escolar e que precisam da educação sob imperativos de sobrevivência ou de apelos de ascensão social. Na época em que deveriam estar freqüentando a escola, não conseguiram ingressar por falta de oportunidades educacionais ou porque a escola não apresentava atrativos como centro de preparação para vida. Não tinha valor sócio-econômico.

Com o decorrer dos anos, o Brasil deflagrou o seu processo de desenvolvimento econômico, modificando completamente o panorama de motivações das classes populares, dentro da nova sociedade gerada pelo novo estágio alcançado pelo País. (Saraiva, 1969, p. 266 e 267)

A teoria econômica postulava até a década de 50, ser o crescimento da renda nacional resultado da incorporação de novos contingentes à força de trabalho, da ampliação da área de terras cultivadas, do descobrimento e exploração de jazidas de recursos naturais e do investimento de novos capitais. A partir da observação dos resultados da reconstrução da Alemanha, da Itália, da França e do Japão, os economistas passaram a dar cada vez maior importância aos “recursos humanos” como fatores de produção. Até então, apenas o número de trabalhadores era levado em conta; agora seu nível educacional é considerado relevante para explicar uma boa parte do crescimento da renda. (Cunha, 1975, p.16)

Neste contexto, de valorização da mão de obra qualificada e alfabetizada como meio de melhorar a renda familiar, a procura por cursos de formação escolar aumentou. Milhares de brasileiros precisavam se adequar aos novos padrões de

exigência do mercado de trabalho, que agora valorizava a importância dos recursos humanos para garantir a qualidade de produção das indústrias e dos serviços que emergiam nos centros urbanos do Brasil. No início dos anos de 1960 alguns educadores brasileiros começaram a visualizar a televisão como alternativa para aumentar os níveis de escolaridade do país. O governo não apresentava condições de inseri-los na educação formal pela escola e os veículos de comunicação, destacando a televisão, representavam impacto significativo para multiplicar a oferta de educação formal em diferentes regiões do país. O poder de comunicação e abrangência da televisão¹⁰ – considerando a dimensão continental do Brasil – era visto como um recurso moderno de reformulação dos métodos de ensino.

Entre as primeiras experiências do uso da televisão na educação formal, destacamos o trabalho da *Fundação João Baptista do Amaral* (TV-Rio)¹¹ instituída em 18 de abril de 1961, registrada como pessoas jurídica em 2 de outubro de 1961 e reconhecida pelo MEC em 21 de novembro do mesmo ano. A Fundação foi responsável pela produção de um curso destinado à alfabetização de adultos que ficou no ar até o ano de 1965 sob a direção da professora Alfredina de Paiva e Souza. O nome do programa era *O Futuro Começa Hoje*¹², com narração de Luís Jatobá¹³. Essa foi a primeira experiência em prol de uma TV voltada para a cultura e educação, com apoio de Dom Helder Câmara. Foram 216 programas, para 72 semanas, com três programas por semana. O curso atingiu mais de 5 mil alunos em 105 núcleos de recepção de tele-alunos.

¹⁰ Nos primeiros anos a televisão só funcionava nos locais onde estavam erguidas as antenas de transmissão. Os telespectadores podiam captar som e imagem num raio máximo de 100 quilômetros em torno do transmissor que gerava as imagens. Cada emissora era responsável pela transmissão da sua própria programação.

¹¹ A Fundação João Baptista do Amaral ficou no ar até o ano de 1977.

¹² Fonte: A Noite -28/07/71; Jornal do Brasil -23/09/61; Correio da Manhã -02/09/61. O programa *O Futuro Começa Hoje*, também era conhecido como TV Escola e foi exibido em rede em outros estados: Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Brasília, Guanabara e parte de Goiás. (Diário de Notícias - semana de 06 a 12/08/61)

¹³ Luís Jatobá foi jornalista e locutor – A Hora do Brasil, Repórter Esso e outros.



Ilustração 4- Foto - legenda do Correio da Manhã - 02/08/1961 - Produtor da Tele-Escola



Ilustração 5 - Jornal A Cruz 30/06/1961. Campanha do programa O Futuro Começa Hoje (Tele-escola) na imprensa católica.

A Guanabara Terá em Setembro a Primeira Telescola do Brasil

-EM setembro próximo, antes mesmo de instalada a emissora de televisão do Estado, a Guanabara terá inaugurada sua primeira telescola. A informação foi dada ontem a O GLOBO pelo Sr. Carlos Flexa Ribeiro, secretário de Educação. Para tanto já foi formado um Grupo de Trabalho que está elaborando o plano de implantação da televisão educativa no Rio, e que funcionará nas mesmas bases das Escolas Radiofônicas que a Roquete Pinto transmite diariamente, às 20 horas. O plano prevê programas diários, possivelmente pela TV-Rio, Canal 13, que serão fixados em "vídeo-tape". A hora prevista para as transmissões é das 15 às 17 horas e o "currículo" das telescolas visa à alfabetização, educação de base, higiene doméstica, higiene corporal, saúde e instrução moral e cívica.

★ ★ ★

Ilustração 6 – Jornal O Globo – 06/07/1961

ENSINE UM BRASILEIRO A LER!



INSCREVENDO-O NUMA

TV-ESCOLA

Para você que já sabe ler e conhece o valor da instrução, chegou o momento de, em seu próprio benefício, pensar nos que, ainda, não o sabem. A educação é fator decisivo para o progresso de nossa pátria. Coopere conosco encaminhando novos alunos para o curso primário das TV-ESCOLAS.

MATRICULAS ABERTAS NAS SEGUINTE TV-ESCOLAS

- | | | | |
|---|---|--|---|
| 1 Kibon S/A - Indústrias Alimentícias
Visc. de Niterói MANGUEIRA | 27 Instituto São João Baptista
Rua Silva Rabelo, 65 MÉIER | 52 Curso Santo Antônio de Pádua
H. Fernandes, 859 R. MIRANDA | 78 Penitenciária de Bangu (Lions)
Estr. do Guandu, 1502 BANGU |
| 2 Colégio São José (Externato)
B. de Mesquita, 164 ANDARAÍ | 28 Educandário Rui Barbosa
Gago Cout., 25 LARANJEIRAS | 53 Instituto Irineu Côrtes
Grumata, 397 COSTA BARROS | 79 Colégio São Francisco de Assis
R. Visc. de Pirajá, 351 IPANEMA |
| 3 Colégio São José (Externato)
B. de Mesquita, 164 ANDARAÍ | 29 Calçados Presidente (Lions)
Barão de Ubatuba, 159 TIJUCA | 54 Esc. Assoc. Pais de Família
Morro Corujá JACAREZINHO | 80 Obra da Cruzada São Sebastião
Av. Epitácio Pessoa LAGOA |
| 4 Colégio Santos Anjos
18 de outubro, 95 TIJUCA | 30 Externato Afonso Pena
Uranos, 1146 RAMOS | 55 Obra Salesiana de Santa Rita
Fav. Jacarezinho JACAREZINHO | 81 Obra da Cruzada São Sebastião
R. João Gondare P. DE LUCAS |
| 5 Colégio Comp. Sta. Teresa de Jesus
São Franc. Xavier, 11 TIJUCA | 31 Ginásio Nossa Senhora de Lourdes
8 de dezembro, 328 V. ISABEL | 56 Colégio Francisco de Paula
Val. Magalhães, 30 V. GERAL | 82 Colégio Padre Gaillard
R. Toneleros, 56 COPACABANA |
| 6 Instituto Santa Rosa
Ramalho Ortigo, 30 CENTRO | 32 Colégio Companhia de Maria
Eng. Richard, 107 GRAJAU | 57 Escola Estrela Dalva
Estrada do Portinho, 41 IRAJÁ | 83 Esc. Matriz S. Cosme e S. Damião
Rua Leopoldo, 434 ANDARAÍ |
| 7 Colégio Santa Rosa de Lima
Vol. da Pátria, 110 BOTAFOGO | 33 Instituto Jôia do Brasil
Vicente de Carvalho, 4 solr. | 58 Educandário Santa Catarina
D. Fernandes, 225 TURIJACU | 84 Cia. Bras. Novidades Doceras
R. C. Magalhães, 141 BENFICA |
| 8 Colégio Assunção
Alm. Alexandrino, 591 S. TERESA | 34 Colégio Sagrado Coração de Maria
Toneleros, 56 COPACABANA | 59 Educandário Santo Antônio
Onório de Almeida, 37 IRAJÁ | 85 Colégio Marcelino Dias
Rua Frei Caneca, 126 CENTRO |
| 9 Colégio São Marcelo
Estrada da Gávea, 50 GÁVEA | 35 Ginásio São Jorge
Albaté, 134 BANGU | 60 Rei da Voz
Conde de Bonfim, 330 TIJUCA | 86 Ginásio S. Franc. de Sales
Luiz Zancheta, 134 RIACHUELO |
| 10 Colégio Nossa Senhora da Paz
P. Oliv. Botelho, 24 R. MIRANDA | 36 Colégio Virgem de Lourdes
São Clemente, 438 BOTAFOGO | 61 José Salgueiro, Comércio e Ind.
Prof. Pereira Reis, 119 STO. CRISTO | 87 Ginásio Exército de S.
Rua Maia Lacerda 15 ESTÁCIO |
| 11 Colégio e Esc. Normal S. Dorotéia
R. do Bispo, 191 RIO COMPRIDO | 37 Colégio da Imaculada Conceição
Pr. de Botafogo, 438 BOTAFOGO | 62 Esc. da Ação Soc. Dominicana
Morro Chapéu Mang. LEME | 88 Fab. Café Chocolate "M. OURO"
Rua Marabá, 89 JACARÉ |
| 12 Instr. Nossa Senhora Auxiliadora
Ibipiruna, 108 TIJUCA | 38 Monseñor Félix, 234 IRAJÁ | 63 Tijuca Tênis Clube (Lions)
Conde de Bonfim, 451 TIJUCA | 89 Companhia Hotéis Palace
Atlântica, 1702 COPACABANA |
| 13 Educandário Atenas
P. da Costa, 101 MADUREIRA | 39 Instituto São José
A. Bergamini, 266 E. DENTRO | 64 Educandário Irmã Ângela
Rua Gomersoro, 154 OLARIA | 90 Lion's Clube de Madureira
Av. Edgar Romero, 64 s/102
MADUREIRA |
| 14 Escola Senhor do Bonfim
Aymoré, 152 PENHA | 40 Colégio Regina Coeli
Conde de Bonfim, 1305 TIJUCA | 65 Educandário Guadalupe
R. Sete - Quadra K DEODORO | |
| 15 Escola Jacuquara
Figueiredo Camargo, 851 BANGU | 41 Escola N. Senhora da Piedade
A. Cavalcanti, 2591 ENCANTADO | 66 Escola S. Recr. de Coelho Neto
Castanheira, 122 COELHO NETO | |
| 16 Colégio Brasil América
R. das Palmeiras, 65 BOTAFOGO | 42 Curso Anchieta
R. Araquem, 115 BANGU | 67 Escola Leandro Maciel
Tapari, 102 BENTO RIBEIRO | |
| 17 Colégio Sagrado Coração de Jesus
P. Machado, 22 LARANJEIRAS | 43 Educandário Santa Rita de Cássia
Joaquim de Souza, 199 TURIJACU | 68 Colégio Imaculado Cor. de Maria
Aristides Caire, 141 MÉIER | |
| 18 Colégio São Paulo
Vieira Souto, 22 IPANEMA | 44 Ginásio Itamar Silva
T. dos Santos, 574 M. HERMES | 69 Colégio Santa Marcelina
Estrada do Açude, 250 TIJUCA | |
| 19 Colégio Santa Úrsula
Farani, 75 BOTAFOGO | 45 Colégio Veiga de Almeida
S. Francisco Xavier, 250 TIJUCA | 70 Educandário Angélica
Av. Epitácio Pessoa LAGOA | |
| 20 Escola Lions da Catacumba
Epitácio Pessoa LAGOA | 46 Instituto Senhor do Bonfim
Major Régio, 184 OLARIA | 71 Escola O'Caseo G. Dias (Lions)
Av. Epitácio Pessoa LAGOA | |
| 21 Escola Lions da Catacumba
Epitácio Pessoa LAGOA | 47 Instituto São Judas Tadeu
Rua Goiás, 2342 PIEDADE | 72 IBGE
Av. das Bandeiras P. DE LUCAS | |
| 22 Colégio Brasileiro de Almeida
Barão da Torre, 657 IPANEMA | 48 Escola Cosme e Damião
Penqueira, 381 BONSUCESSO | 73 Ginásio Laranjeiras
Cosme Velho, 44 LARANJEIRAS | |
| 23 Externato José de Alencar
Av. T. de Castro, 224 BONSU. | 49 Educandário Maria Silva
Dr. Hel. Balbi, 127 M. BASTOS | 74 Estação C. Rádio da Marinha
ILHA DO GOVERNADOR | |
| 24 Escola T. de Comércio Santa Cruz
Uranos, 520 BONSUCESSO | 50 Curso N. Senhora da Conceição
Estr. Eng. Nôvo, 623 GUARATIBA | 75 Centro de Armamento da Marinha
NITERÓI | |
| 25 Instituto Coração de Jesus
S. Francisco Xavier, 242 TIJUCA | 51 Externato Pinheiro
Rua Evangelina, 14 OLARIA | 76 Primeiro Est. de Helicópteros de
Emprego Geral da Marinha
Av. Brasil Km. 11 PENHA | |
| 26 Externato São Judas Tadeu
Diogo Vasc., 24 MANGUINHOS | | 77 Escola Caxangá
Francisco Real, 95 BANGU | |

INÍCIO DAS AULAS 29 DE OUTUBRO

TURMA A:
2as., 4as. e 6as.
às 17:00 horas

TURMA B:
3as. e 5as.
às 17:00 horas

SÁBADOS
às 11:30 horas

VAGAS DISPONÍVEIS
GUANABARA 40.000
SÃO PAULO 80.000
Total: ... 120.000

FJBA
TV-CLUBE
TV-ESCOLA



Matriculas e cursos
absolutamente gratuitos
FUNDAÇÃO JOÃO BAPTISTA DO AMARAL
O FUTURO COMEÇA HOJE

Ilustração 7 - Propaganda da Fundação João Baptista do Amaral no jornal Correio da Manhã - 23/10/1962

Na propaganda da Fundação João Baptista do Amaral, veiculada no jornal *Correio da Manhã* de 1962, há uma lista de estabelecimentos que cederam seus espaços para a *TV- Escola*. A maioria é de instituições escolares ligadas à igreja católica, indicando a forte influência do catolicismo em projetos de alfabetização de adultos, como o MEB, criado no ano anterior e assumido por bispos militantes¹⁴ da ação popular, como Dom Helder Câmara. Foi um movimento de educação e de conscientização popular sobre a realidade do país. A alfabetização era tratada como um instrumento político de mudança da realidade, trazendo questões sobre saúde, higiene, cultura, desenvolvimento comunitário e político, sob o controle da ideologia católica. Ao longo de seu funcionamento, o MEB adotou posturas ideológicas diferentes e teve Paulo Freire como referência em alguns momentos. Apesar do apoio do Governo, não desenvolveu um trabalho meramente focado na aceleração dos estudos para a formação de mão de obra. Outras instituições como a indústria de sorvetes Kibon, a Escola de Comércio

¹⁴ Estamos utilizando o termo militante para sinalizar o engajamento político que orientou o processo de educação popular no período da pesquisa. O movimento de educação popular trouxe a necessidade de um debate que apreciasse a concepção política que estava embutida na prática educativa dos grupos populares. Autores como Rogério Luiz de Souza (2013) destacam a influência dos movimentos de esquerda no processo pedagógico da educação popular. “*Queremos, portanto, tratar do processo de “esquerdarização” do catolicismo brasileiro. Alguns exemplos são flagrantes se pensarmos a partir das ideias de engajamento e militância católica, a saber: a “cruzada São Sebastião” de dom Hélder Câmara nos morros do Rio de Janeiro ainda antes da sua reviravolta teológica (1955); a atuação de dom Antônio Fragoso como bispo auxiliar na Diocese de São Luís, Maranhão (1957-1964); o “movimento de educação de base” para erradicar o analfabetismo do Nordeste; a associação dos dirigentes cristãos de empresas, fomentada pelo padre Joseph Lebre; as empresas comunitárias organizadas pelo frei João Batista Pereira dos Santos; a JEC, a JUC, a JOC, a Ação Popular; a presença de militantes católicos nos sindicatos rurais e operários; as experiências das Ligas Camponesas e a vinda para o Brasil (passando antes pelos EUA e Canadá) de padres franceses e belgas (Fredy Kunz) que, silenciados, encontravam um quadro real da miserabilidade pouco visível na Europa. É possível inferir que a confluência de católicos engajados, comunistas e padres europeus (principalmente os de vertente desenvolvimentista, entre eles ex-padres operários) na América Latina e no Brasil em determinados espaços sociais comuns de pobreza permitiu um modo próprio de convivência, de tensões, de negociações e de coexistência.*” p. 18

Santa Cruz, o Hotel Palace de Copacabana, a Marinha do Brasil e Penitenciárias da Guanabara (*Lemos de Brito, Bangu, Instituto Reeduacional, Colônia Agrícola*), também se integraram ao projeto *TV- Escola*.

Em 1962, Gilson Amado ocupou o horário das 22h30min, da TV Continental com programa chamado *Mesas Redondas*, no qual difundiu a idéia da *Universidade de Cultura Popular* cujo objetivo era atender milhares de brasileiros maiores de 16 anos que estavam fora da escola dando-lhes oportunidade de começar ou retornar aos estudos. Amado definia a idéia como “uma universidade sem paredes” porque estaria onde o aluno estivesse. A Universidade de Cultura Popular foi reconhecida como de utilidade pública em 1967, ela produziu cursos de *Artigo 99* e de *Admissão ao Ginásio* em convênio com a Secretaria do Estado da Guanabara, além de cursos de cultura geral. Foram produzidos seis cursos compreendidos como de cultura geral com os seguintes títulos: *Educação Familiar, Aprenda a Cuidar de seu Filho, Escola de Pais, Aprenda a ver Pintura, História da Formação Nacional e História da Liberdade na América*.

A idéia de “universidades sem paredes” surgiu nos anos de 1960 com Marshall McLuhan, ao defender a valorização ou o retorno da valorização de uma aprendizagem pela observação da vida cotidiana a partir de valores e atividades realizadas no dia-a-dia, considerando o impacto dos meios de comunicação de massa ou *mass media* (imprensa, rádio, televisão) no processo de aquisição de conhecimentos. O processo tradicional de educação com professores transmitindo conteúdo em recintos fechados e ancorados em livros clássicos estava perdendo espaço no cotidiano das pessoas, de diferentes faixas-etárias, porque a informação chegava pelo rádio ou pela televisão.

Hoje, em nossas cidades, a maior parte da aprendizagem ocorre fora da sala de aula. A quantidade pura e simples de informações transmitidas pela imprensa, revistas, filmes, rádio e televisão excede, de longe, a quantidade de informações transmitidas pela instrução e textos escolares. Esse desafio destruiu o monopólio do livro como auxiliar de ensino e abriu brechas nas próprias paredes da aula, tão de súbito que ficamos confusos, desconcertados. (McLuhan, 1974, p.17/18)

Na documentação analisada, encontramos alguns escritos de Gilson Amado que apontam a dimensão do pensamento dele sobre educação pela TV considerando o caráter popular da programação televisiva.

A UNIVERSIDADE DE CULTURA POPULAR da T.V. Continental representa um esforço para abrir espaço na T.V. brasileira, para a educação e a cultura, partindo do princípio de que se a T.V. , como se afirma, deve servir ao povo o que o povo reclama, não deve se discriminar a informação cultural, a interpretação universitária e a exposição dos problemas brasileiros através os cursos, os estudos, os debates com os competentes.

Ninguém se iluda: a Cultura não é mais uma espécie de ópera na T.V. ou de música erudita, sem acústica na audiência popular.

A verdade não é essa. Demonstramos em quase dois anos de experiência pioneira na T.V. Continental que os temas técnicos econômicos, políticos, sociais, já encontram ampla ressonância em todas as camadas sociais e em especial no seio do povo que tem fome de conhecimentos, e de participar nos benefícios da Educação e da Cultura. (Trecho escrito por Gilson Amado, no Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1964)¹⁵

O debate sobre educação e televisão, na perspectiva de McLuhan, abre precedentes para a concepção de um novo tipo de sociedade que precisa repensar as estruturas tradicionais de ensino para acompanhar a velocidade das trocas de informações e conhecimentos do mundo moderno. Ao mesmo tempo, a partir da apropriação de Gilson Amado, identificamos também o potencial político e econômico contido na idéia de uma televisão para o povo, ou seja, para as massas. A noção de audiência e consumo estava alinhada a um projeto desenvolvimentista de nação que precisava valorizar o povo oferecendo-lhe instrução com linguagem popular. E ao afirmar que o meio é a mensagem, McLuhan indica uma discussão balizada na linguagem da televisão enquanto meio de comunicação, uma linguagem que não pode deixar de ser popular ou para o povo.

2.5.

Artigo 99 - um programa educativo e popular

¹⁵ Documento compõe o arquivo pessoal de Camila Amado e não há indicação se foi ou não publicado em algum veículo de comunicação ou relatório institucional.

O curso de *Artigo 99* foi transmitido entre 1962 e 1970 em emissoras de todo o país. O curso foi organizado em apostilas com textos didáticos que serviam de apoio para os alunos que deveriam ter no mínimo 16 anos. O curso de Artigo 99 era uma preparação, pela televisão, para os exames de Madureza do Ministério de Educação e Cultura para a certificação de conclusão do ensino primário (1ª a 4ª série). Os exames de Madureza atendiam jovens e adultos que freqüentavam, principalmente, cursos noturnos em regime convencional. Gilson Amado, enxergou no curso de Artigo 99 uma oportunidade para pessoas retornarem aos estudos e realizou campanha na TV Continental direcionada a jovens de 16 a 20 não alfabetizados que dizia que nunca era tarde para estudar. A TV Continental naquele período funcionava quase como um circuito fechado porque o raio de transmissão da emissora era pequeno¹⁶. Porém, a campanha teve êxito. Em 1962, a média de alunos da Guanabara inscritos nos exames de Madureza era de 500 candidatos, pós campanha em 1969 o número de inscritos superava 60 mil pessoas. A campanha incentivou pessoas de diferentes faixa-etária que estavam fora da escola a voltar estudar pela televisão ou em turmas convencionais. Na Guanabara, o número de matrículas em cursos noturnos também aumentou¹⁷.

Os primeiros programas de *Artigo 99* eram realizados ao vivo¹⁸ e os professores envolvidos não recebiam salários, eram voluntários, gravando entre três e cinco aulas por dia. Em 1967, a Shell se interessou em patrocinar o programa e os professores passaram a receber pelas aulas. No ano seguinte a empresa foi para TV Tupi e curso passou a contar com melhores condições de produção na nova emissora. Neste período o curso foi realizado em âmbito nacional, financiado pela Rede Shell de Educação, chegando a 15 estados brasileiros (Pará, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Brasília, Paraná, Estado do Rio de

¹⁶ Nos primeiros anos a televisão só funcionava nos locais onde estavam erguidas as antenas de transmissão. Os telespectadores podiam captar som e imagem num raio máximo de 100 quilômetros em torno do transmissor que gerava as imagens. Cada emissora era responsável pela transmissão da sua própria programação

¹⁷ A política educacional do governo Lacerda, com a construção de escolas em diferentes bairros da Guanabara, também incentivou o retorno às salas de aula.

¹⁸ “As fitas eram todas desmanchadas e não tem mais nenhuma delas. Apesar do Artigo 99 ter funcionado de 1962 a 1970, a Sra. Pode imaginar a frustração de um homen como eu que deu 1000 e tantas aulas de matemática pela televisão não ter nenhum tape, nenhuma aula gravada” (trecho da entrevista com o prof. de matemática Jairo Bezerra, concedida para Y. Leitão, 1973)

Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Guanabara). O curso foi elaborado com 400 aulas de 25 minutos (122 de português, 121 de matemática, 52 de história, 40 de geografia e 65 de ciências) e contava com o apoio de uma coleção de apostilas¹⁹ de 11 volumes. Inicialmente foram impressas 10 mil coleções, mas o volume de cartas recebidas solicitando apostilas indicou que cerca de 350 mil pessoas acompanhavam o curso pela televisão (Leitão, 1973).

ALGO MAIS TAMBÉM NA EDUCAÇÃO

ARTIGO 99
(DA UNIVERSIDADE DE CULTURA POPULAR - DIREÇÃO: GILSON AMADO)
NA RÊDE DE EDUCAÇÃO SHELL / ASSOCIADAS.

É a Televisão a serviço da Educação. Milhares de pessoas em 15 Estados e 1.250 cidades brasileiras, simultaneamente, começarão a fazer o Curso Artigo 99 pela TV, através da maior rede de telecomunicação do país. Colaboração da Shell na suplementação do Ensino Médio. Se você é maior de 16 anos, não fez ou não completou o ginásio, recupere o tempo perdido, fazendo em 10 meses de curso intensivo os 4 anos de ginásio. E ou não é algo mais?

**A PARTIR DE 9 DE NOVEMBRO
ARTIGO 99 PELA TV-TUPI - CANAL 6**
Sábados : das 12:15 às 14:30 hs.
Domingos: das 10:45 às 13:00 hs.

Faça sua inscrição na
UNIVERSIDADE DE CULTURA POPULAR e adquira por
NCr\$ 15,00 uma coleção de 11
livros para acompanhar todo
o curso, nos locais anunciados
em outra página deste jornal.

RÊDE DE EDUCAÇÃO SHELL / ASSOCIADAS.
Rio (TV-Tupi) • Recife (TV-Rádio Clube)
Salvador (TV-Ilhéus) • P. Alegre (TV-Paraná)
Brasília (TV-Brasil) • B. Horizonte (TV-Altavoz)
Curitiba (TV-Paraná) • Vitória (TV-Vitória)
Belém (TV-Marajó) • e Fortaleza (TV-Ceará)

**TAMBÉM NA EDUCAÇÃO
VOCÊ PODE CONFIAR NA SHELL**

Ilustração 8 - Jornal Correio da Manhã 01/11/1968 - Propaganda da Rede Shell - Programa Artigo 99

¹⁹ Em 1962 o objetivo era distribuir gratuitamente as apostilas do curso, mas o dinheiro arrecadado com empresários não foi suficiente. Poucos exemplares foram impressos e não atenderam a demanda. Em 1967, a Shell contribui com as apostilas e elas voltaram a ser distribuídas sem custo. Contudo, no ano seguinte, 1968, as apostilas começaram a ser vendidas e o dinheiro arrecadado era revertido para a produção do Programa Universidade de Cultura Popular.

Gilson Amado, em entrevista concedida à pesquisadora Leitão (1973), falou sobre a recepção dos cursos do *Artigo 99*.

Em 1969, a Universidade de Cultura Popular, após realizar curso de âmbito nacional do Artigo 99, promoveu pesquisa entre os estabelecimentos de ensino da rede oficial do Estado que realizavam exames de Madureza na Guanabara, para verificar os índices de aprovação dos alunos que estudaram comprovadamente pela Televisão e os que realizaram aprendizado em cursos convencionais, especialmente cursos noturnos. O resultado foi surpreendente, pois nas escolas em que se realizaram os referidos exames, os alunos preparados pela TV alcançaram índices de aprovação superiores àqueles obtidos pelos alunos dos cursos regulares, tendo ultrapassado a mais de 65% a média das notas obtidas pelos alunos da Televisão, verificando-se em alguns colégios média superior a 70%.

2.6.

Movimentos em prol da TV Educativa no Estado da Guanabara

As iniciativas da Fundação João Batista do Amaral e os cursos de Artigo 99 foram pioneiras na Guanabara, que por ainda conservar o status de capital conseguiu reunir políticos, educadores, intelectuais e produtores de TV e de Rádio na busca por uma linguagem educativa para televisão. Em São Paulo, o governo criou, em 1963, o Serte – Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão, que produzia e transmitia 10 horas semanais de aulas em emissora ligada ao grupo Diário Associados de Assis Chateaubriand. A programação educativa era composta por cursos de educação de base, 5ª série primária, música, arte e literatura infantil. Os professores podiam ter aulas de matemática moderna, ciências, desenho e ensino do português. (Milanez, 2007, p.34). Em 1967, entrou no ar a programação do primeiro canal universitário brasileiro: a TV Universitária de Pernambuco. Nos anos seguintes outras emissoras universitárias foram criadas, algumas visando à educação à distância e outras interessadas em produzir conteúdos informativos e de cultura geral.

Em documento que compõe o arquivo pessoal de Gilson Amado, há o relato do início das articulações para a criação de uma TV educativa sob forma de fundação, que mais tarde, deu origem a FCBTVE.

Em outubro de 1964, uma comissão oficiosa, constituída de funcionários do MEC, funcionários do CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) e educadores, começou a estudar a elaboração de projeto criando, sob forma de Fundação, um Centro Brasileiro de TV Educativa.

Em 15/7/1965, atendendo à solicitação do presidente do CONTEL, José Cláudio Beltrão Frederico, essa comissão foi oficializada com pequena modificação na sua composição e ampliando o número de participantes. A nova comissão deu prosseguimento, entre outros trabalhos, ao da criação do Centro Brasileiro de TV Educativa, opinando no Ante-Projeto de Lei, apresentado pelo Ministro da Educação Pedro Aleixo, no sentido de assegurar ao MEC o controle da entidade em criação e acompanhou o projeto até a sua comprovação pelo Congresso, quando recebeu eficiente ajuda do então Presidente do CONTEL, Comandante Euclides Quandt de Oliveira.

Essa comissão era constituída pelos seguintes elementos:

Dr. Celso Kelly – Diretor do Departamento Nacional de Educação.

Profa. Letícia Faria – Chefe do Serviço de Áudio-visuais – CBPE no INEP – MEC.

Dr. Gilson Amado – TV Educativa – Universidade sem Paredes – TV Continental, canal 9, Rio.

Dr. Carlos Pasquale – Diretor do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC.

Prof. Lamberto Nobili – Movimento de Educação de Base.

Profa. Marília Antunes Alves – TV Educativa – Secretaria de educação de São Paulo.

Dr. Péricles Madureira de Pinho – Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – INEP – MEC.

General Taunay Drummond Coelho Reis – do CONTEL e Liga de Defesa Nacional.

Profa. Alfredina de Paiva e Souza – TV Educativa – Fundação João Baptista do Amaral.

Prof. Leônidas Sobrinho Porto – Conselho de Educação do Estado da Guanabara

Coronel Hélio Gomes do Amaral – CONTEL.

Prof. Eremildo Viana – Diretor da Rádio Ministério da Educação.

Coronel João Alencar Guimarães Filho – RETEMEC.

Sr. Jorge Oliveira – TV Globo.

Sra. Heloisa Thibau Guimarães.

No mesmo período em que se articulava uma proposta de TV educativa, o governo lançou o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares ou Projeto Saci uma iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em caráter experimental com o objetivo de construir um sistema nacional de teleducação com uso de satélites entre os anos de 1967 e 1974. Os primeiros projetos do Saci foram desenvolvidos no Rio Grande do Norte, um direcionado a

alunos das três primeiras séries iniciais do ensino fundamental e outro direcionado a formação de professores. Essa iniciativa também gerou a implantação do primeiro curso de mestrado em Tecnologia Educacional do país, em Natal, Rio Grande do Norte. O objetivo principal do Projeto Saci era a criação de satélite doméstico com três canais de TV capaz de abranger escolas em todo país com programas de rádio e televisão com fins educativos.

Entretanto faltava uma maior integração entre as políticas públicas de educação para fortalecer o ensino pela televisão. Os sistemas de educação federal e estadual; as redes de escolas municipais e particulares; as estações de TV comerciais e educativas, suas retransmissoras e repetidoras precisavam atuar em conjunto, uma vez que conceber a TV educativa apenas por satélites era oneroso para governo e não proporcionava a mobilização social necessária para diminuir os índices de analfabetismo e melhorar a qualificação profissional.

2.7.

A criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – FCBTVE

O marco institucional da TV Educativa do Brasil em âmbito nacional foi a criação do Centro Brasileiro de TV Educativa, pela lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967, sob forma de fundação²⁰. O nome Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa foi formalizado no primeiro estatuto da entidade com o objetivo de facilitar sua ação jurídica²¹. O Presidente da República, Humberto Castello Branco sancionou a lei nº 5.198 que estabelecia, no artigo 3º, que a finalidade do centro seria a produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado a radiodifusão educativa. A lei ainda autorizou o poder executivo a abrir crédito especial, no valor de um bilhão de cruzeiros, para o Ministério de Educação e

²⁰ Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes. Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-norma-pe.html>

²¹ Em 03/05/1967 a entidade adquiriu personalidade jurídica, com inscrição em cartório do seu primeiro estatuto. A inscrição foi o sob o nº 16972, do livro A-8.

Cultura, que doaria o valor a FCBTVE para a compra de imóveis, títulos, equipamentos técnicos e despesas de instalações. Os equipamentos e materiais educativos importados pela Fundação seriam isentos de impostos de importação e consumo, e também da taxa de despacho aduaneira.

No início, a sede provisória da Fundação funcionava em duas salas comerciais de propriedade de Gilson Amado. Em relatórios que compõe o arquivo pessoal de Gilson Amado, nessa fase inicial parte do trabalho era feito por voluntários, incluindo o próprio presidente Gilson Amado, que além de não receber salários, também não recebia aluguel pelas salas.

“Trabalhavam com o presidente as seguintes pessoas:

Neide Nunes Ferreira de Almeida

Edegard Gomes

Lúcio de Oliveira Guimarães

Manoel Gomes Santiago (falecido)

Manoel Vital da Silva

Manoel Jairo Bezerra

Tuunay Drummond Coelho Reis

Os dois últimos e o presidente não recebiam vencimentos e outros eram pagos pelo Dr. Gilson Amado, que só recebeu seu primeiro pró-labore em janeiro de 1972.

Em 1967, o primeiro auxílio financeiro recebido pela Fundação foi de Cr\$ 40.000.00. A Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa recebeu também uma ajuda do Departamento Nacional de Educação, como parte da qual auxiliou a criação da rede de recepção organizada do curso de alfabetização gravado na TV Globo.

No Art.6º da lei 5.198 de 3/1/1967 constava em crédito de um bilhão de cruzeiros para a Fundação. Essa importância, em fevereiro de 1967, transformou-se em um milhão de cruzeiros novos, que só viria a ser recebido pela FCBTVE em 1968.” (Retirado de relatório que compõe arquivo pessoal de Gilson Amado)

Em 28 de fevereiro de 1967, no decreto lei nº 236, a presidência da república define que a televisão educativa se reservará a divulgação de programas educativos, transmissão de aulas e não terá fins comerciais²².

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio

²² Segundo Milanez (2007), podemos considerar que entre 1967 e 1971, nos chamados anos de chumbo do regime militar, houve um favorecimento para a criação de canais de televisão. Foram autorizadas várias concessões de Televisão Educativa, em diferentes estados.

dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art 14. Sómente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art 15. Dentro das disponibilidades existentes ou que venham a existir, o CONTEL reservará canais de Televisão, em todas as capitais de Estados e Territórios e cidades de população igual ou superior a 100.000 (cem mil) habitantes, destinando-os à televisão educativa.

Art 16. O CONTEL baixará normas determinando a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário, duração e qualidade desses programas.

§ 1º - A duração máxima obrigatória dos programas educacionais será de 5 (cinco) horas semanais.

§ 2º - Os programas educacionais obrigatórios deverão ser transmitidos em horários compreendidos entre as 7 (sete) e as 17 (dezessete) horas.

A FCBTVE tinha como objetivo principal a produção, aquisição e distribuição de material audiovisual educativo para ser transmitido nas emissoras educativas. Também era compreendida como o órgão capaz de integrar a emissoras educativas já existentes, promover pesquisas e intercâmbio com outros países para aprimorar as TVs educativas brasileiras. Dois anos depois de sua criação, a FCBTVE instalou um sistema de circuito fechado de televisão que dispunha de um estúdio de 14m² destinado para o treinamento de pessoal docente, técnicos e de produção, além de funcionar como laboratório experimental para realização de programas educativos. No mesmo ano em que entrou em vigor, o professor Manoel Jairo Bezerra formulou um curso para professores leigos.

A FCBTVE foi o embrião da televisão educativa e iniciou suas atividades sem um planejamento financeiro adequado. Apesar do apoio do governo, o investimento não era capaz de suprir as necessidades de uma emissora de televisão. A imposição da não veiculação de comerciais e propagandas de produtos e serviços, longe de ser uma garantia para a qualidade cultural e

educativa da programação, representou a falta de independência financeira dos canais educativos. A necessidade de uma programação educativa com possibilidade de interferir nos índices de analfabetismo foi compreendida, sobretudo, como uma ação de propaganda da ditadura civil-militar.

A não realização do projeto de TV educativa ainda na década de 1950 pode ser um indicativo que não havia, na ocasião, interesse político em utilizar a TV como meio de democratização do acesso a educação formal. Anos mais tarde, a Emenda Constitucional promulgada em 17 de outubro de 1969, entrando em vigor em 30 de outubro do mesmo ano, trouxe inovações significativas que impulsionaram programas de alfabetização nos diferentes Estados brasileiros. O Congresso, até então, era composto por número fixo proporcional à população de cada Estado, na nova emenda o número de deputados seria proporcional ao número de eleitores por ele inscritos. Os estados com maior colégio eleitoral ocupariam mais vagas no Congresso. Para ser eleitor, o cidadão deveria ser alfabetizado. O professor Celso Kelly que foi Secretário de Educação do Estado da Guanabara e também membro da comissão que formulou a FCBTVE, no livro *Política da Educação*, aborda a importância da alfabetização para participação cidadã plena.

O encaminhamento de um indivíduo ao estágio de cidadão decorre da crescente complexidade da vida que êle leva. A comunidade, à proporção que cresce, chama a si o cidadão: integra-o nos seus grupos, nas suas aspirações, na sua problemática. Para isso a criatura não pode ser de todo destituída: há de possuir um ponto de partida. E presumidamente êsse ponto de partida reside na alfabetização. Dirão alguns que a alfabetização é pouco ou quase nada... Talvez tenham razão, se a tomarem no estrito sentido de escrever ou “desenhar” a assinatura para os fins exclusivos de habilitar-se a votar e de exercer o voto. Porém, esse conceito por demais elementar não merece aceitação. A sociabilidade e as técnicas modernas de trabalhar e viver, da cidade ao campo, exigem do homem novas condições. Hoje, o divisor transcende de pessoas que apenas lêem e pessoas que não lêem: passou a pessoas de discernimento e pessoas sem discernimento, sendo êste conseqüente, ao mesmo tempo, de vivência intensa e de iniciação escolar. (Kelly, 1969, p. 232 e 233)

A necessidade de formar eleitores ou de aumentar o colégio eleitoral fez com que os Estados ampliassem os investimentos em educação. A Emenda Constitucional de 1969 representou um avanço em relação ao da Constituição de

1967²³ porque no artigo 176 estabelecia que a educação, inspirada no espírito da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado. Desta forma, criava-se a necessidade de políticas públicas para erradicar o analfabetismo no país.

A inauguração da FCBTVE representou a possibilidade de uma integração entre projetos de ensino à distância e a televisão. Havia necessidade e interesse em formar profissionais qualificados para atuar com teledidática, ou seja, capazes de operar com uma linguagem audiovisual com objetivos educacionais específicos; e adequada as especificidades do público brasileiro interessado em aprender pela televisão. Os objetivos educacionais poderiam estar alinhados à educação formal com aquisição de certificados ou a educação não formal com conteúdos considerados úteis para o dia-a-dia ou para melhorar a formação cidadã e política.

Apesar da expectativa gerada com a criação da FCBTVE, a programação educativa não obteve o apoio esperado, principalmente das emissoras comerciais, obrigadas por lei, a exibirem conteúdos educativos e culturais na grade de programação. Na prática, o conteúdo visto como cultural obteve mais espaço pela maior facilidade de adequação aos conteúdos de educação não formal. A programação direcionada à educação formal obtinha bons índices de audiência, porém o aparato estrutural composto por material didático, telesalas, registro dos alunos, exame de qualificação para certificação e treinamento de pessoal exigiam investimento maior. A concepção de TV educativa do final dos anos 1960 clamava por uma maior participação de professores na condução da programação educativa, em uma perspectiva que abordava a necessidade do professor assimilar o trabalho dos técnicos e operadores de televisão para depois traduzirem nessa nova linguagem (audiovisual) a mensagem educativa. Já neste período a aula televisada era criticada e vista como um desserviço da TV educativa porque não utilizava os recursos tecnológicos que TV dispunha, não tinha um roteiro elaborado capaz de explorar com qualidade as possibilidades da linguagem audiovisual. Segundo o professor Jose Teixeira de Assunção (1969), em artigo da revista do Inep, a presença de professores na condução de programas educativos era fundamental.

²³ A Constituição de 1967, art.168 se limitava a declarar que a educação é um direito de todos, reproduzindo o mesmo texto das Constituições de 1946, 1934 e a carta magna de 1937.

Que papéis pode ou deve desempenhar o professor na TVE? Ainda não se fez um estudo minucioso a respeito, mas do extremo da não existência de educador qualificado num programa chamado educativo até uma equipe composta toda ela de professores, tanto mais certos estaremos quanto mais próximos desta posição estivermos. (p.279)

Ficava evidente a disputa entre os professores e os profissionais técnicos e operadores das emissoras de televisão pela condução da programação educativa, que ainda buscava uma identidade própria. Contudo, o que se viu nos anos iniciais da TV educativa foi a parceria entre os educadores e os técnicos, nomes como Lourival Marques e Jacy Campos, profissionais de televisão, atuaram junto a professores como Alfredina de Paiva e Sousa, Manuel Jairo Bezerra e Gilson Amado na construção de um perfil de teleducação para a TV brasileira. A fase pioneira é caracterizada pelo amadorismo e pela necessidade de encontrar um caminho viável para a criação de uma televisão educativa em âmbito nacional. Nossa análise prioriza as iniciativas no Rio de Janeiro, que não estavam isoladas no território brasileiro, outras regiões do país já experimentavam a condução de produções educativas em circuito aberto e fechado de televisão. A FCBTVE já nasce com a finalidade de garantir um canal educativo, ou seja, a criação de uma TV estatal controlada pelo governo e direcionada à educação e à cultura exibida em âmbito nacional. A inauguração deste órgão do governo inicia a segunda fase da TV educativa que não é mais amadora. Ela está ancorada na filosofia de entidades internacionais preocupadas em formatos educacionais concentrados na idéia de desenvolvimento social prevista no sistema capitalista.

2.8.

A política educacional no Estado da Guanabara

A transferência da capital federal para Brasília transformou a cidade do Rio de Janeiro – pela lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960 – em Estado da Guanabara, que diferente dos outros estados da federação possuía uma só cidade e um município. As funções estaduais e municipais eram exercidas no âmbito estadual.

A criação da Guanabara proporcionou aos cariocas o direito de escolher o seu governante. Carlos Lacerda²⁴ foi o escolhido para ser o governador.

Conhecido como o *demolidor de presidentes* por causa da oposição dura aos governos de Vargas e JK, Lacerda deveria revelar-se capaz de administrar a Guanabara e reunir as forças políticas locais. A postura de acusador feroz do Governo deveria dar lugar ao um político de ações concretas capaz de atender as expectativas do seu eleitorado. Motta (2001) explica que o investimento inicial do governo de Lacerda para transformar a ex-capital em um estado federado teve como característica administrativa a personalização do governo. A figura central na tomada de decisões foi o então governador Lacerda que se cercou de nomes com pouca influência política para assumir postos de secretários do Estado. Uma das primeiras medidas foi organizar o território do Estado da Guanabara em regiões administrativas com o objetivo de pulverizar o serviço público possibilitando aos moradores atendimento público no seu próprio bairro. Em 1963 existiam 21 regiões administrativas no Estado.

Ao reorganizar a administração pública, Lacerda se dedicou a executar um plano de metas, que previa a ampliação do sistema escolar, melhorias no abastecimento de água e a ordenação do espaço urbano. A adutora do Guandu começou a se construir em 1961 com a finalidade de garantir abastecimento de água para população por mais de 40 anos. A transformação do espaço urbano ficou reconhecida pela remoção de favelas da Zona Sul e a construção de conjuntos habitacionais nos subúrbios e na Zona Oeste. O modelo adotado na Guanabara acatou a tendência mundial de planejamento que previa o incentivo as atividades industriais concentradas nas periferias das grandes cidades onde deveria haver infraestrutura para acolher os trabalhadores, como habitação e

²⁴ Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 1914 na cidade do Rio de Janeiro que na época era o Distrito Federal. Lacerda começou a carreira em 1929 escrevendo artigos para o Diário de Notícias. Em 1932 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e abandonou o curso em 1934 porque preferiu se dedicar a política. Tornou-se militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a repressão ao movimento comunista se intensificou e Lacerda ficou na clandestinidade até 1938, quando foi trabalhar como jornalista. Ele escreveu um artigo que não agradou ao partido comunista e visto como traidor da causa. Em 1947 foi vereador eleito mais votado do Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Em 1949, fundou a Tribuna da Imprensa e transformou esse jornal em tribuna dos seus discursos contra o segundo governo (1950-1954) do presidente Getúlio Vargas. Contudo, em agosto de 1954 foi eleito Deputado Federal. Em 1955, no episódio conhecido como *Novembrada*, uma tentativa de golpe contra o governo, fez com que Lacerda pedisse asilo político e só retornou em outubro de 1956. Em 1958 foi novamente eleito deputado pelo Distrito federal. Em 1960 foi eleito governador da Guanabara.

escolas. O aumento do número de vagas nas escolas públicas ganhou destaque. Havia necessidade de formação de mão de obra alfabetizada para garantir tal proposta de desenvolvimento.

A expansão do número de vagas na rede pública da Guanabara ocorreu de várias maneiras: construção de novas salas escolas que já existiam; construção de novos prédios escolares; criação de classes em cooperação; e a instalação de um sistema de rodízio de folgas semanais para professores com objetivo de aumentar o número de alunos atendidos pela rede. As Classes em Cooperação atendiam alunos da classe de alfabetização, do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental em dois turnos. Funcionavam em espaços cedidos por particulares e instituições, geralmente igrejas católicas, em áreas de baixa renda. O sistema de rodízio era a um revezamento de turmas em relação aos dias de folga da semana. Desta forma, os cinco dias de aula semanais começavam na segunda e terminavam no sábado, com uma ou outra turma ‘de folga’ em um dia. Quando uma turma tinha seu dia de ficar em casa, outra ocupava a sala. Com cinco salas de aula atendiam-se seis turmas em cada turno, gerando um aumento de 20% no número de alunos da escola. O rodízio de turmas pretendia abrir 50 mil vagas em escolas oficiais do governo logo no início da gestão Lacerda. Mas, nem todas as escolas da rede possuíam prédios com no mínimo cinco salas de aula e houve resistência dos professores que reclamaram as perdas pedagógicas com o novo sistema. (Matos, 1985).

Para garantir a ampliação do número de vagas, o governo Lacerda criou a Fundação Otávio Mangabeira (FOM), com o decreto nº 294 de dezembro de 1960, cujo objetivo era ser uma entidade sem fins lucrativos que deveria captar recursos sob forma de doações e contribuições da iniciativa privada para construção de escolas públicas. Também era de responsabilidade da FOM promover editais de concorrência pública para construção das escolas, trabalhar com a fabricação e distribuição de materiais didáticos e cuidar de atividades para melhorar problemas de ensino, promovendo intercâmbio cultural e bolsas de estudo.

Dois tipos de escolas se tornaram símbolo da administração de Lacerda. A FOM investia as doações em escolas pré-fabricadas idealizadas pelo arquiteto Luiz Paulo Conde. A construção era composta por no mínimo cinco salas de aulas, além de salas para atividades administrativas. Nos jornais pesquisados, durante os períodos de 1960 e 1969, as reportagens variavam em relação à

capacidade de alunos, algumas falavam em 200 alunos e outras com 400 alunos atendidos em prédio de cinco salas de aula. Estas escolas pré-fabricadas com estrutura em alumínio foram projetadas para ficarem prontas em 14 dias²⁵, tinham caráter provisório (deveriam funcionar por cinco anos e serem substituídas por prédios de alvenaria) e ficaram conhecidas também como *escolas de papelão* ou *escolas de alumínio*.



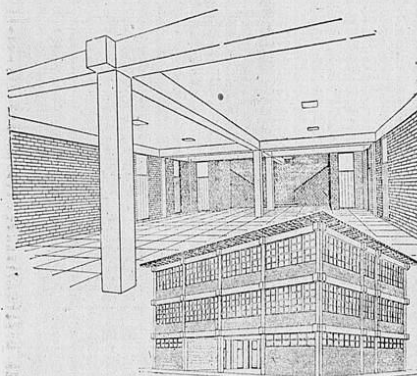
Ilustração 9 - Jornal Correio da Manhã 02/03/1962. Escolas de Alumínio do Estado da Guanabara.

O outro modelo de arquitetônico de escola era de alvenaria com revestimento externo de tijolos aparentes, janelas basculantes, cozinha, refeitório, gabinete médico e dentário e possuíam até quatro pavimentos. O número de salas de aula variava entre quatro e dezesseis e tinham capacidade de atender cerca de 400 alunos por turno. O projeto era do arquiteto Francisco Bolonha.

²⁵ Na prática as escolas pré-fabricadas da FOM ficavam prontas entre 45 e 60 dias. (MATOS, 1985)

BOLONHA E A NOVA ARQUITETURA DAS ESCOLAS

Jayme Maurício

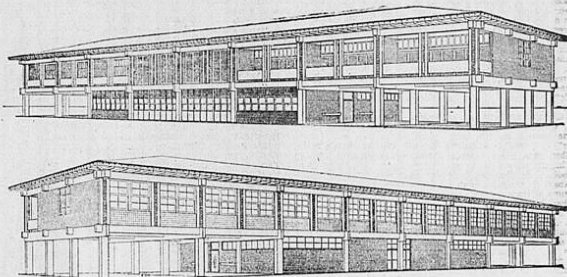


Facenda e detalhe interior da Escola Cicero Pena, na Av. Atlântica, em construção

Os vinte anos de arquitetura de Francisco Bolonha (a partir de 1944), plenos de inquietude, política e realizações em setores variados como residências, maternidades, edifícios de ensino, monumentos, edifícios comerciais, ganharam neste 64 um acento especial na construção de edifícios destinados à educação. Criando por Carlos Fica Ribeiro para chefiar a Divisão de

Construções e Equipamentos Escolares, num momento grandioso dessa vigorosa frente de educação que já inaugurou 140 escolas na Guanabara, Bolonha teve o encargo e a oportunidade de projetar, quase ao mesmo tempo, sete ginásios estaduais e escolas primárias: Lido, Atlântica, Pacheco Leão, Visconde de Albuquerque, Penha, Atari, Piedade. A Escola Joseph Bloch, em Parada de Lajes, funcionou como um prelúdio a toda essa série de escolas em que o jovem arquiteto (42 anos) imprime uma orientação pedagógica através de uma arquitetura que atenda melhor às necessidades da criança e do adolescente, econômica e simples mas também humana e eficaz — a escola que possibilite condições para um certo isolamento e concentração. É uma grande durabilidade.

Os projetos estão em construção e não se pode fiscalizar com mais profundidade, embora alguns já possibilitem uma ideia mais precisa. O programa é realista, sincero: um mínimo de despesas num máximo de rendimento pedagógico e resistência dos materiais. A constância inicial permanece: são projetos sensíveis a modificações posteriores, sem perda da sua organicidade. Parece aberração mas é a nossa consciência profissional dos problemas atuais da arquitetura, das transformações do momento, uma posição atenta para o futuro. Há uma sensível diferença entre o arquiteto que projetou o Jardim de Infância de Vitória, em 1932, e o autor das escolas atuais. Bolonha, antes do caso dos elementos plásticos, um emocional extremamente sensível ao lado "artístico", hoje encara de frente as necessidades e perigos de estandardização numa arquitetura de escolas públicas, de fundas consequências sociais, convivendo com absoluta tranquilidade e inteligência com a singularidade estrutural, autenticidade de materiais. São projetos de linhas essenciais à estrutura, que é aparente, criando formas serenas e equilibradas, funcionais, de



Escola do Lido, lado da Av. Copacabana, a ser iniciada na mês próximo

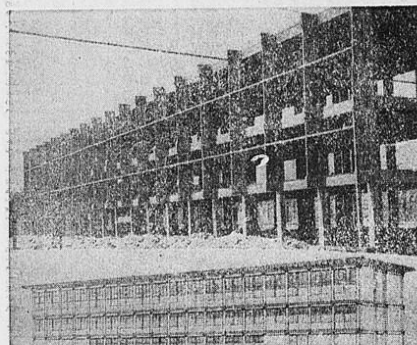
uma beleza simétrica que recusa o superfluo para ganhar austeridade e força, organicidade e estruturação quase construtivista. Bolonha vai passando para um universo arquitetônico "racionalista" por assim dizer. Um exame rápido mostra, desde logo, certas características fundamentais nos projetos: estrutura aparente, quase que ostensivamente aparente, tijolos também aparentes — ausência de revestimento — clareza de soluções — êxito central com os espaços modulados, tanto para um lado como para o outro — telhado com telhas de barro com

grande beiral — disposição de proteção do prédio contra o envelhecimento natural da ação do tempo. — E preciso olhar a Renascença, diz o arquiteto, enquanto vai mostrando o andamento das obras. Arquitetura para mim é a arte de construir um espaço. Faço o que sinto e não o que está na moda. Penso sempre numa arquitetura filosoficamente universal, porém, essencialmente nacional, e olho sempre a lição do nosso próprio passado. Creio numa ar-

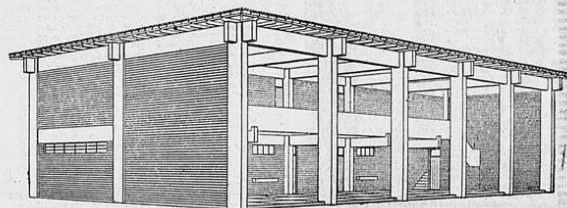
quitetura com características nacionais, mas que esteja atenta ao clima e aos fatores sociais. Estas escolas precisam durar, e são mais de 400 alunos por turno, alunos que estão na idade da depreciação quase total, e nem sempre se pode contar com a conservação que as diretoras poderiam zelar. Além das 140 escolas, já construídas pela Secretaria de Educação e Cultura, o professor Flexa Ribeiro assinou contrato para mais 15 com a colaboração da Aliança para o Progresso, as quais serão inaugura-

em agosto do ano próximo. E não esqueça de citar, o engenheiro Aloysio de Andrade que fiscaliza a construção das escolas com um zelo e probidade profissionais exemplares.

E aí estão alguns flashes da nova arquitetura que Francisco Bolonha projeta, com o seu talento, ética profissional e compreensão dos problemas — e das limitações — de um gênero em si mesmo difícil, austero e alheio à sutileza e a extravagância.



Escola Pacheco Leão, na Visconde de Albuquerque, em acabamento



Escola de cinco salas, modulada, e com estrutura quase ostensiva

Ilustração 10 - Jornal Correio da Manhã 29/11/1964. Imagens do projeto arquitetônico das escolas de alvenaria do Governo Lacerda, conhecidas como Escolas de Tijolino.

Segundo Coutinho (2007), as escolas de alvenaria eram financiadas com recursos da secretaria de educação da Guanabara. Contudo, nas reportagens do período analisadas, a propaganda do governo Lacerda incluía também algumas escolas de alvenaria no cronograma de construções da FOM. Entre os anos de 1961 e 1965 ela foi responsável pela construção de 42 escolas²⁶.

²⁶ O site da Secretaria Municipal de Educação informa que atualmente existem 35 escolas FOM em funcionamento. Algumas escolas, cujo projeto deveria durar cinco anos, preservam o mesmo modelo arquitetônico de estruturas em alumínio com poucas alterações do projeto original. http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_fom/escolas_fom.htm acessado em 07/01/2015.

A concepção arquitetônica das escolas FOM propiciou ou acelerou a entrada da televisão na escola. O uso de recursos tecnológicos, como a televisão, no âmbito escolar foi condicionado por questões de natureza econômica, política e ideológica. A democratização do ensino com certificação interessava a diferentes grupos, mas era no ambiente escolar, no cotidiano da escola que várias questões emergiram sobre perdas e ganhos pedagógicos no processo de democratização do ensino, tendo a televisão como ferramenta estratégica.

No Estado da Guanabara a política educacional focou na ampliação de vagas escolares. A construção rápida de escolas foi um plano que deu visibilidade política, mas expôs os problemas pedagógicos como a inadequação dessas escolas para abrigar uma infraestrutura básica com recursos didáticos necessários para formação no ensino fundamental. As escolas eram pensadas considerando apenas o número de salas de aulas, os espaços de socialização eram negligenciados. E a organização em três turnos diurnos diminuía a convivência de alunos e professores no espaço da escola, implicando na necessidade de se “instaurar” uma nova cultura dentro das escolas. Porém, não se muda uma instituição como a escola como a mesma rapidez das construções das escolas FOM. A cultura escolar, construída historicamente, implica em uma série de fatores, cujos componentes humanos, sociais e estruturais assumem função importante no processo de ensino e aprendizagem. Julia (2001) define cultura escolar como:

A cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (Julia, 2001, p.10)

A partir dessa definição, observamos que o conjunto de práticas pedagógicas de uma escola FOM, durante o governo Lacerda, imprimia novas formas de pensar o cotidiano escolar. A arquitetura das escolas não foi pensada para abrigar bibliotecas, laboratórios de ciências, quadras para atividade física,

espaços adequados para a recreação. Parte do planejamento pedagógico apoiado nesses espaços precisou ser adaptada. Seguindo projeto de demandas sociais, políticas e econômicas da época, o espaço escolar começou a ser identificado como espaço de preparação para as instituições da vida moderna como: o mercado de trabalho, os meios de comunicação de massa, a transformação dos espaços urbanos, o consumo.

A atuação dos professores foi fundamental para discutir esses processos de mudança porque eles eram os responsáveis pela viabilização de velhas ou novas práticas didáticas dentro da escola. A teleducação, por exemplo, entrou na escola para suprir carências de atividades culturais e não formais que eram realizadas nas escolas. A falta de uma biblioteca, por exemplo, diminuía o contato com a literatura, com a narrativa de histórias. E a programação educativa obrigatória nas emissoras de televisão deveria apresentar alternativas complementares para crianças, jovens e adultos estudantes do ensino fundamental. Vidal (2009) remete ao conceito de hibridação para pensar a maneira como algumas tecnologias entram no cotidiano das escolas em um movimento de diálogo com os diferentes atores escolares.

A perspectiva é eficaz para o entendimento das práticas escolares inicialmente porque permite ressaltar a produtividade e o caráter inovador das misturas interculturais, destacando que a hibridação surge da criatividade individual e coletiva na reconversão de um patrimônio cultural. O procedimento, assim, confere positividade às maneiras como os sujeitos escolares se apropriam das políticas educativas, deslocando a análise da crítica ao caráter “incompleto” ou “contraditório” destas apropriações para o entendimento das razões, ou melhor, como diria Bourdieu (1996) da razoabilidade, que as propiciaram. Em seguida, porque convida a perscrutar as diversas culturas que convivem no interior da escola, como as culturas familiares, infantis, docentes, administrativas, percebendo-as não como isoladas ou puras, mas como mestiças; ao mesmo tempo, reconhecendo a escola como um lugar de fronteira cultural, de zona de contato, e a cultura escolar como uma cultura híbrida. (Vidal, 2009, p.30).

A televisão educativa em suas diferentes definições (TV Utilitária, TV Pública, TV Funcional, TV Cultural, TV Didática, TV Escola e TV Instrutiva), apesar de uma política educacional favorável à teleducação, a prática, dentro da sala de aula das escolas regulares, não era de cooperação com a televisão. Segundo Leitão (1973), curiosamente a televisão no Brasil gozava de mais

prestígio nos setores leigos da sociedade e que não adiantava a classe docente ignorar a influência dela porque sua presença era irreversível (p.3). A televisão ficou marcada pela capacidade de superação das dificuldades de democratização do ensino e de atuar na complementação da educação formal, mesmo tendo uma ação bastante limitada dentro da sala de aula.



Ilustração 11 - Jornal Diário de Notícias 16/07/1963. Fundação Otávio Mangabeira coordenando a construção de escolas na gestão Lacerda / Jornal Correio da Manhã 23/08/1961 - Doações de empresas para a Fundação.

Estimava-se que cerca de 100 mil crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. E a esse número deveria se somar cerca de 40 mil alunos excedentes que por falta de vagas no ensino público estavam matriculados na rede privada com mensalidades mantidas pelo governo estadual. O empenho do governo da Guanabara, quanto à escolarização, era direcionado a faixa etária de 7 a 14 anos visando cumprir a lei da obrigatoriedade da escola, que neste período funcionava em três turnos: 7h -11h, 11h -15h e 15h-18h: 30m. Os recursos para realização destas metas resultaram de verbas federais e de órgãos internacionais e a trajetória política de Lacerda seguiu corroborando com as propostas internacionais de desenvolvimento praticadas principalmente pelos Estados Unidos.

O anticomunismo de Lacerda favoreceu o acesso aos empréstimos externos das agências internacionais de financiamento, a maioria delas controladas pelos Estados Unidos. A vitória da revolução socialista em Cuba, em 1959, implicou uma mudança na política externa norte-americana com relação à América Latina. Em agosto de 1961, durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi criado um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina chamado *Aliança para o Progresso*. A ascensão de João Goulart, considerado de esquerda, à Presidência da República, em setembro de 1961, reforçou a posição do governador carioca como receptor de recursos oferecidos pelos norte-americanos (Motta, 2001).

Na década de 1960 houve uma aceleração do crescimento da demanda social por educação, agravando a crise no sistema educacional brasileiro que sempre teve dificuldade para atender na totalidade os cidadãos em busca de formação nos diferentes níveis de ensino: fundamental, médio e superior. Tais problemas educacionais serviram de justificativa para uma série de convênios entre o MEC e a *Agency for International Development* (AID) para assistência técnica e cooperação financeira internacional para a organização do sistema educacional no Brasil. Acordos que ficaram conhecidos como MEC-Usaid. A assistência técnica oferecida por esses acordos apontavam a necessidade de adequar o sistema educacional ao modelo econômico e cultural²⁷ previsto para países de Terceiro Mundo como o Brasil.

²⁷ Um dos aspectos que atualmente mais avultam nas definições dos rumos e das estratégias de desenvolvimento das sociedades periféricas é o tipo de atuação que sobre estas vêm exercendo as

Durante o governo de Carlos Lacerda, ao optar por um modelo administrativo e ideológico alinhado aos interesses internacionais de desenvolvimento do sistema capitalista, a Secretaria Estadual de Educação investiu no desenvolvimento de plano piloto em regiões de baixa renda, nos subúrbios e nas periferias da cidade. O plano recebeu recursos da AID. Foi feito um amplo levantamento da situação escolar²⁸ da Guanabara, sinalizando as deficiências rede de ensino e apontando possíveis caminhos para solução das questões. Contudo, o plano não se concretizou em toda rede e representou apenas uma propaganda para a gestão Lacerda, promovendo sua imagem no cenário internacional. Motta (2001), em levantamento sobre verbas internacionais recebidas no governo Lacerda aponta convênios feitos com o BID e a AID.

O plano nacional de educação foi elaborado pelo conselho federal em 1962 e revisto em 1965 reorientado pela influência política dos defensores do ensino privado que se fortaleceram com o golpe de 1964. Neste período, o governador da Guanabara era Francisco Negrão de Lima (1965 -1970), candidato de oposição à ditadura civil-militar, que foi eleito pelo direto. Sua eleição foi vista como um “golpe” nas pretensões políticas dos militares. Negrão de Lima foi perseguido pelos militares e alvo de investigações que o relacionavam ao regime comunista e a setores subversivos.

Na pesquisa sobre a atuação de Negrão de Lima em projetos de educação da Guanabara encontramos poucas informações nos jornais da época pesquisados. Entre os projetos de educação se destacam a construção do campus Maracanã da Universidade do Estado da Guanabara, na antiga favela do Esqueleto, e

agências internacionais de cooperação, pertençam ou não à Organização das Nações Unidas. É possível identificar, na maioria dessas agências do mundo capitalista, não só os aspectos ideológicos, mas também objetivos e formas de atuação semelhantes nos países de Terceiro Mundo. (...) Em todas é possível identificar um determinado conceito de subdesenvolvimento que o define de forma insuficiente, parcial, na maioria dos casos partindo de pressupostos que o consideram como uma fase anterior ao desenvolvimento, estando portanto, os países nele imersos apenas “em atraso” em relação aos países desenvolvidos (Romanelli, 2012, p.204)

²⁸ O modelo administrativo de Lacerda elegeu como prioridades a transformação do espaço urbano e a educação do Estado da Guanabara. Contudo a trajetória política dele se configura pela contradição. Ao mesmo tempo em que comandou a construção de dezenas de escolas públicas no Estado da Guanabara, Lacerda foi também defensor da privatização da educação. Se apropriando dos ideais democráticos da Constituição de 1946, Lacerda criticou a política educacional no Brasil porque ela seguia um modelo que determinava pela formação escolar quem seriam os trabalhadores manuais e os trabalhadores intelectuais. Ele condenava a educação totalitária e aristocrática do Estado coincidindo com os renovadores da educação que repudiavam o dualismo reproduzido no ensino.

continuidade da construção de escolas. Também houve promessa de investimento na ampliação do ensino secundário para facilitar o ingresso à universidade, além de melhorias no curso primário.

estamos construindo mais escolas para a Guanabara...

Está em marcha o "Plano Educação 67", do Governo Negrão de Lima. Mais salas de aula para a crescente população infantil. Mais e mais escolas. Com a inauguração do novo prédio do Colégio Estadual Antônio Prado Júnior e de seis novas escolas primárias (nos meses de abril e maio), entram em funcionamento mais 79 salas de aula.

DISTRIBUIÇÃO DAS 79 NOVAS SALAS

- 25 Colégio Estadual Antônio Prado Júnior, em convênio com o Ministério da Educação
- 12 Escola Jurema Paçanha Giraud
- 12 Escola Almirante Frontin
- 5 Escola Cônego Fernandes Pinheiro
- 9 Escola Evaristo de Moraes
- 5 Escola Hildegarde de Noronha
- 8 Escola Viriato Corrêa
- 3 Doação do Círculo de Pais, no Ginásio Irã

Mas não é só. Como o objetivo do Governo é proporcionar mais e melhor educação às crianças da Guanabara, a Secretaria de Educação e Cultura tem em construção 1.100 salas de aula até o fim de 1967, das quais 215 já entregues à população, com capacidade para matricular 17.200 alunos.

As firmas construtoras abaixo sentem-se honradas por haver participado do esforço do Governador Francisco Negrão de Lima nos planos de educação e cultura.

**CONSTRUTORA GOMES FILHO LTDA.
EMPRESA DE ENGENHARIA CEIP LTDA.
HADAN ENGENHARIA INDÚSTRIA S.A.
PENTÁGONO ENGENHARIA LTDA.
SECIL - SOC. de ENGENHARIA, COM. e IND. LTDA.**



ESCOLA JUREMA PAÇANHA GIRAUD
Campo Grande

ESCOLA ALMIRANTE FRONTIN
Campo Grande

ESCOLA HILDEGARDE DE NORONHA
Anchieta

ESCOLA EVARISTO DE MORAES
Santíssimo



COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO PRADO JÚNIOR - na Rua Mariz e Barros



ESCOLA VIRIATO CORRÊA
Turiapu

ESC. CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO
Jardim América

Ilustração 12 - Jornal Diário de Notícias 30/05/1967. Propaganda do Governo Negrão de Lima - Estado da Guanabara

O sucessor de Negrão de Lima foi Antonio Chagas Freitas, eleito indiretamente como governador da Guanabara. Ambos eram do mesmo partido, contudo Chagas Freitas tinha o apoio dos setores mais conservadores. Ele adotou uma política clientelista para fortalecer o seu projeto político de construir um ambiente político e partidário estável na Guanabara. Entre as estratégias

utilizadas, estava o fortalecimento de uma política local demarcada por bairros e por alianças feitas com políticos líderes nestes bairros.

Formava-se, assim, uma complexa rede clientelista, na qual o deputado, articulando um sistema com base em uma teia de obrigações recíprocas, tornava-se o mediador dos moradores de bairros, dos membros de corporações e de grupos religiosos junto à máquina governamental. Pode-se, pois, perceber que a montagem do chaguismo não estava ligada apenas aos espaços formais de atuação e de representação política. (Motta, 2000, p.15)

2.9.

A Fusão e a Política Educacional

Após o governo de Chagas Freitas houve a fusão entre a Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. O Almirante Floriano Peixoto Faria Lima ocupou o cargo de governador. A fusão expôs os problemas educacionais do Estado do Rio de Janeiro, evidenciando as dificuldades no ensino de 1º grau. O Rio de Janeiro teria que cumprir as determinações da Lei nº 5.692/71, que prolongou até 14 anos a escolaridade obrigatória. Esta obrigatoriedade provocou uma reorganização no ensino que agora precisava atender a um número maior de matrículas e trazer para a realidade escolar alunos procedentes de várias camadas sociais. A nova unidade federativa tinha altos índices de evasão escolar, de reprovação nas séries iniciais, além de déficit de oito mil professores. Estimava-se que 320 mil crianças estavam sem escolas e havia muitas críticas sobre a inadequação da formação dos professores para atender o novo público escolar (Lobo & Faria, 2005). A reportagem do Diário de Notícias, de 16 de julho de 1975, anunciava a exoneração de diretores da Secretaria de Educação após quatro meses de fusão. Segundo o jornal, diretora do Departamento de Ensino de Pré-Escolar e 1º grau do Estado, Maria Helena Silveira, após levantamento sobre a situação educacional nos 63 municípios no antigo Estado do Rio constatou que 500 mil crianças em idade escolar estavam sem estudar e denunciou que um número expressivo de professores nomeados sem ato oficial ocupava funções gratificadas, direção de escolas e inspetorias de ensino.

Exonerados diretores da Secretaria de Educação

Exatamente quatro meses depois de instituído o governo da fusão e exatamente depois de quatro meses de trabalho iniciado às 7 horas e nunca concluído antes das 22 horas e onde não faltaram visitas às escolas dos municípios do interior — os de localização mais difícil — ou levantamentos diversos a respeito da situação educacional de 63 municípios que constituíam o antigo Estado do Rio de Janeiro, foi exonerada ontem de suas funções a diretora do Departamento de Ensino de Pré-Escolar e de 1º Grau do Estado, professora Maria Helena Silveira.

A Secretaria de Educação e Cultura alegou como motivo principal a divergência de filosofia entre a professora Maria Helena Silveira e o diretor do Departamento de Educação, professor Nilson Nascimento, também demitido do cargo, e com publicações previstas no DIÁRIO OFICIAL prevista ainda para esta semana. No Boletim de Pessoal do Estado foi divulgada ontem a exoneração do coordenador de ensino de 2º Grau do Estado, professor Ayrton Gonçalves.

REALIDADE

Nos quatro meses de trabalho junto ao Departamento de Ensino de 1º Grau a professora Maria Helena Silveira, além dos levantamentos realizados para tomar contato com a realidade da educação do antigo Estado do Rio de Janeiro a respeito do número de colégios, falta de pro-

fessores e relação daqueles licenciados e afastados e por quais motivos verificou que 500 mil crianças estavam fora das escolas, apesar de estarem na faixa etária prevista pela lei de Reforma de Ensino. Este problema ela expôs entre aplausos aos 21 conselheiros que formam o Conselho Estadual de Educação do Estado.

O seu último trabalho referia-se ao número de professores nomeados sem ato oficial ou publicação em Diário Oficial no antigo Estado do Rio depois do dia 15 de agosto de 1974 pelo Governador Raimundo Padilha — um número bastante expressivo de professores que ocupavam funções gratificadas, direção de escolas e Inspetorias de Ensino.

A Secretária de Educação e Cultura, professora Myrtilles de Lucca Wenzell ao ser interrogada sobre as demissões limitou-se a afirmar que a orientação educacional da Secretaria não sofrerá nenhuma mudança com as exonerações da diretora do Departamento de 1º Grau, do Coordenador de ensino de 2º Grau e do Departamento de Educação.

Extra-oficialmente dizia-se ontem que responderá interinamente pelo Departamento de 1º Grau o professor Ronaldo Legey, atual diretor do Serviço de Supervisão Educacional da Secretaria de Educação e Cultura. O 2º Grau ficará entregue ao professor Nilson de Oliveira.

Ilustração 13 - Diário de Notícias 16/07/1975. Problemas na Educação na transição da fusão

Com a fusão, a estrutura da Secretaria de Educação mudou agregando um Departamento de Educação, um Laboratório de Currículos, um Centro de Tecnologias Educacionais e um Instituto de Informática. O Laboratório de Currículos foi um órgão de pesquisa especialmente criado para orientar ações políticas no campo da educação do novo Estado do Rio de Janeiro. No início, quando a Secretária de Educação era a professora Mirtes Wenzel, o Laboratório tinha como prioridade a pré-escola e o ensino de 1º grau e era formado por uma equipe com educadores, psicólogos e economistas responsáveis pela elaboração de um levantamento sobre a situação educacional do Estado considerando as especificidades de cada região. Em 1979, Arnaldo Niskier assumiu o cargo de secretário e deu mais destaque ao Centro de Tecnologias Educacionais investindo em projetos com uso de rádio e TV, além de cursos de formação de professores com material audiovisual produzido pelo próprio Centro. Niskier também iniciou

campanha *Um Rádio e uma Televisão em cada Escola* em prol da utilização de filmes didáticos ou não em sala de aula.

Os três governos da Guanabara investiram na ampliação da escolarização da população tendo como justificativa o *progresso* que deveria chegar com crescimento da urbanização e da industrialização do Estado. Lacerda almejava a presidência da República e fez de sua atuação na Guanabara uma vitrine do seu estilo de governar. Havia urgência para solucionar os problemas do Estado e criar ícones de identificação da gestão Lacerda, como as *escolas de alumino* e as *escolas de tijolinho*, ambas ainda em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro. Apesar do alto investimento na construção de escolas públicas na Guanabara; do apoio a expansão do ensino privado; e das diferentes estratégias de multiplicação de vagas nas escolas públicas (três turnos) e da concessão de bolsas de estudos pelo salário educação, o governo não conseguiu satisfazer a demanda por escolarização. Principalmente na educação de jovens e adultos. A verba destinada a esse grupo específico era pequena e os modelos pedagógicos seguiam as orientações internacionais. Apesar da presença da Fundação João Batista do Amaral e dos cursos do Artigo 99, o movimento em prol da teleducação também não foi suficiente para acabar com o problema. Outra questão foi a escolha de um modelo de TV educativa adequado ao perfil e necessidade da sociedade brasileira, destacando os moradores da Guanabara.

3

TV Educativa: as primeiras ideias

O trabalho desenvolvido por profissionais pioneiros na radiodifusão educativa nos dá pistas sobre o pensamento político e pedagógico defendido por eles. A televisão educativa, com seus diferentes modelos, representou um desafio para educação nos de 1960 e 1970. Foi um período de expansão da educação em consonância com ideais democráticos liberais para a construção de um Brasil “moderno”, em desenvolvimento. Atacar as mazelas, que classificavam o país como subdesenvolvido, foi o projeto político e ideológico de vários intelectuais da época, que elegeram a educação como a estratégia salvadora da nação. A falta de uma política de educação capaz de oferecer a toda a população, em idade escolar ou não, a possibilidade de frequentar a escola, seja no horário diurno ou em turmas de supletivo a noite, deu visibilidade ao trabalho de intelectuais e educadores que apostavam na radiodifusão educativa como possibilidade de erradicação do problema educacional no país, sobretudo com a chegada da televisão.

Na literatura acadêmica existem poucos trabalhos que discutem a participação ativa de intelectuais no período da ditadura civil-militar sem a relação direta com a censura. No campo da educação, os intelectuais que aderiram às políticas educacionais do período foram criticados porque os ideais educacionais da ditadura civil-militar estavam seguindo parâmetros internacionais de democratização de ensino que visavam o desenvolvimento econômico em uma atmosfera que não privilegiava a liberdade política e de pensamento. Segundo Ridenti (2007), neste período, artistas e intelectuais viveram o dilema entre persistir em sua ocupação específica ou participar do processo de transformação social cujo marco decisivo foi a revolução cubana, em 1959.

No Brasil, em especial, esse dilema ganhou tal vulto que já se falou em relativa “hegemonia cultural” de esquerda na década de 1960. Florescia um sentimento de brasilidade ao mesmo tempo romântico e revolucionário. Buscava-se, no passado, uma cultura popular cujas raízes dariam sustentação

a uma nação moderna, que acabasse com o subdesenvolvimento e as desigualdades. Combatia-se o latifúndio; propunha-se a reforma agrária; o “povo brasileiro” era glorificado e conclamado a realizar sua revolução, afinada com as lutas dos pobres da América Latina e do Terceiro Mundo (p.186/187).

Porém com a ditadura civil-militar instaurada em 1964, a “hegemonia cultural de esquerda” foi combatida e o sentimento de brasilidade deu lugar à construção de um nacionalismo baseado no desenvolvimento industrial, no crescimento da influência internacional nos rumos sociais, políticos e culturais do país e no fortalecimento da ideologia capitalista. As políticas de educação da época, direcionadas ao público jovem e adulto seguiam esses ideais e tinham objetivo de formar mão de obra qualificada para atuar nesse cenário desenvolvimentista. Conforme já citado antes, a televisão, veículo de massa em plena expansão, foi utilizada como instrumento de divulgação desses ideais.

Vamos analisar a concepção de audiovisual educativo de três intelectuais que participaram da elaboração da TV Educativa no Estado da Guanabara: Tude de Souza, Gilson Amado e Alfredina de Paiva e Souza. Tais intelectuais e educadores se valeram de propostas pedagógicas diferentes tendo como orientação modelos de televisão educativa que já eram praticados em outros países. O esforço deles se concentrou em adaptar suas concepções de educação e ensino à realidade da radiodifusão nacional e às necessidades educacionais do estudante brasileiro.

3.1. Modelos de TV Educativa

Ao analisarmos a televisão educativa, encontramos várias definições sobre modelos de TVE. Podemos pensar, por exemplo, em TV Utilitária, TV Pública, TV Funcional, TV Cultural, TV Didática, TV Escola e TV Instrutiva. Entretanto, tais modelos não formam um sistema de classificação preciso, mas mostra a diversidade de usos que a TV não comercial poderia ter.

Quando a FCBTVE foi criada a definição de televisão educativa era o resultado da aplicação dos recursos e técnicas da TV às atividades educacionais

(LEITÃO, 1973). Seria uma vertente da Tecnologia Educacional²⁹ capaz de atuar como um sistema autônomo ou como sistema de multimeios. Os sistemas de TV educativa funcionavam em duas modalidades: *Circuito Fechado* ou *Ensino a Distância*. No circuito fechado as transmissões eram feitas por cabos para um local específico, a área de abrangência era pequena, às vezes restrita a apenas uma instituição. Na categoria ensino à distância a transmissão era feita por radioeletricidade com capacidade de transmissão do sinal a longa distância. Cabia à FCBTVE organizar e planejar os rumos da televisão educativa brasileira, considerando os diferentes tipos de modalidade de ensino e de ação pedagógica; e os problemas educacionais peculiares a cada região do país. A TV educativa em *Circuito Fechado* funcionava principalmente como ensino escolar; já a categoria *Ensino a Distância* poderia atuar de diferentes formas como:

Instrucional Escolar – um sistema de aprendizagem com a televisão dirigido a recepções organizadas em telesalas. O modelo de aprendizagem é sistemático e o professor poderia ser substituído por um monitor com menos qualificação.

Instrucional Auxiliar – sistema de aprendizagem que unia a televisão ao ensino sistemático de sala. O telensino funcionava como ferramenta de apoio ao método didático desenvolvido pelo professor em sala de aula.

Instrucional Supletivo – sistema de aprendizagem com televisão visando substituir sistemas de educação regulares (escolas). Esse sistema era destinado às massas populacionais e o público alvo deveria ser formado por pessoas que deixaram a escola. O método de ensino era sistematizado com estrutura didática própria.

Telensino Complementar – produção e emissão de programas de duração variável, cujo objetivo era melhorar o currículo dos sistemas instrucionais. Eram cursos de temas variados.

Teleducação Cultural – era o uso da televisão como extensão cultural com programas de conteúdo sem sistematização didática, mas com valores culturais e artísticos. Era a modalidade mais utilizada pelas emissoras comerciais.

²⁹ Tecnologia Educacional é “a maneira sistemática de planejar, desenvolver e avaliar o processo total do ensino-aprendizagem em termos de objetivos específicos, baseada em pesquisa sobre aprendizagem humana e comunicação e empregando uma combinação de recursos humanos e não humanos a fim de realizar instrução mais efetiva”; publicado pela Comissão de Tecnologia Instrucional da AECT, 1970.

A divisão da TV educativa no Brasil em dois sistemas: aberto e fechado está relacionada a necessidade de manter o controle pedagógico. Se por um lado havia interesse em uma TV educativa direcionada à alta cultura e a divulgação científica, por outro clamava-se por modelo didático, sistematizado pedagogicamente para suprir o currículo escolar, e ainda havia pressões para um modelo que agregasse a cultura popular, a instrução, o conteúdo supletivo e o entretenimento. Neste período, duas concepções de TV educativa serviram de parâmetros para os educadores brasileiros: a proposta da BBC, europeia que sinalizava para um perfil independente financiado pela população e com programação definida por diferentes setores da sociedade (universidades, museus, bibliotecas), geralmente identificados com a alta cultura; e a proposta da UNESCO que congregava valores populares a um ideal educativo globalizado que deveria estar de acordo com princípios internacionais de alfabetização de adultos, de formação de professores, de modos de uso das tecnologias de comunicação disponíveis. Os intelectuais pesquisados orientaram seus projetos seguindo estes parâmetros, defendendo perfis alinhados ao que consideravam essencial para suprir as carências educativas brasileiras e de acordo com a política da época.

Nossa discussão pretende explorar a atividade intelectual de personagens que foram fundamentais para a concepção da televisão educativa no Brasil, não vamos destacar a trajetória acadêmica, mas a relação deles com questões relativas à sociedade, que se preparava para entrar em um novo ciclo de transmissão cultural. Um ciclo marcado pelo desenvolvimento tecnológico dos veículos de comunicação. Segundo Sirinelli (2003) podemos identificar duas concepções de intelectuais: uma ampla e sociocultural que abrange criadores e mediadores culturais; e outra mais restrita relacionada à noção de engajamento. O primeiro grupo comporta jornalistas, escritores, professores e eruditos. O segundo grupo se difere pela participação na vida da cidade em modalidades específicas como assinatura de manifestos e especialização, reconhecida pela sociedade em que vive, em determinados assuntos legitimando a intervenção dele nas discussões sobre a cidade. O grupo que destacamos para a pesquisa sobre TV educativa se encaixa no perfil de intelectuais engajados por notoriedade eventual, como a aquisição de cargos públicos de prestígio, ou especialização reconhecida pela sociedade. Eles pertenciam à vida pública da cidade participando diretamente, como produtores e mediadores, no debate sobre a democratização do acesso a

educação e a cultura com a utilização dos meios de comunicação. Sirinelli (2003) segue explicando que meio intelectual se forma a partir de redes de sociabilidade que acionam os mesmos assuntos ou problemas – no nosso caso educação e televisão – mobilizando diferentes recursos e atores com objetivos específicos que resultam de processos culturais e sociais herdados por um legado anterior. Seja no sentido da manutenção ou da ruptura desse legado.

As “redes” secretam na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular. (Sirinelli, 2003, p.252/253)

A relação entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política da época vivenciada por eles dão pistas sobre o pensamento pedagógico que circulava no momento em que propuseram modelos de televisão educativa.. A forma de ação dos intelectuais pesquisados está vinculada a características de participação social e política que também nos remetem ao conceito de intelectual orgânico de Gramsci (1982) que diz:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da econômica política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (...) Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (p.3/4)

Segundo Gramsci (1982), a organização da cultura é “organicamente” relacionada ao poder dominante. Os intelectuais não devem ser definidos pelo trabalho que realizam, mas pela função que representa na sociedade. Os intelectuais têm a obrigação de liderar um grupo, seja pela técnica ou pela participação política. Desta forma, Semeraro (2006) destaca que a originalidade

de Gramsci estava em captar a centralidade dos intelectuais no mundo contemporâneo como militantes de uma causa social. A visão de intelectual descolado da realidade social deu lugar a uma intelectualidade que defendia o saber popular e democratização do conhecimento, além de estar presente na luta por políticas públicas para as massas populares. Os três intelectuais pesquisados eram “militantes” da educação alinhados às transformações sociais e culturais que se desenhavam com o avanço das tecnologias de comunicação. Eles percebiam, cada um a sua maneira, modelos de democratização do conhecimento e da educação que estariam a serviço da construção de um país mais moderno.

3.2. Intelectuais e Comunicadores

Os três intelectuais analisados se enquadram também na categoria de comunicadores porque atuaram se beneficiando dos avanços tecnológicos na transmissão de informações. Eles cresceram intelectualmente em uma era em que rádio e televisão se consolidavam também como esfera pública. Habermas, ao definir o conceito de esfera pública, reconhece nela o sentido de rede como a melhor definição. É um espaço público onde prevalece a comunicação de conteúdos e de tomadas de decisões. Uma esfera pública se constitui através da atividade comunicativa, quando diferentes públicos ou indivíduos se organizam em redes de comunicação articuladas; é essa interação que possibilita que a sociedade civil organizada discuta e arbitre sobre os problemas. A esfera pública é uma estrutura de comunicação no cotidiano da sociedade civil que tem a função de capturar e gerar debates públicos sobre questões sociais e de problematizar essas questões de uma maneira que influencie as decisões tomadas no núcleo do sistema político. A esfera pública é normativamente identificada com a pluralidade de grupos interagindo a partir de uma racionalidade comunicativa.

Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunitárias e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; esta rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou

menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos (por exemplo, em esferas literárias, eclesiásticas, artísticas, feministas, ou ainda esferas públicas “alternativas” da política da saúde, da ciência e de outras); além disso, ela se diferencia por níveis, de acordo com a densidade, da complexidade organizacional (Habermas, 2003 a p.107).

Tomando como partida o período do Estado Novo³⁰, a participação dos intelectuais brasileiros ocorreu a partir da adesão ao projeto de reconstrução do país. Sob a liderança de Florestan Fernandes e grupo de sociólogos da USP, o perfil de intelectual passou para um padrão de profissionalização baseado na ideia de autonomia da comunidade científica e na constituição de uma agenda político-intelectual dedicada à transformação do indivíduo em cidadão. A dicotomia atraso-moderno deveria ocorrer no plano social sem tanta dependência do Estado (Carvalho, 2007). Nos anos de 1950 o embate sobre a democratização do sistema educacional (LDB) estava diretamente relacionado à ideia de aperfeiçoamento intelectual e moral do povo brasileiro. Contudo, a atividade intelectual em São Paulo não era a mesma em outros estados brasileiros, principalmente por causa dos diferentes processos de modernização. No Rio de Janeiro os debates sobre a modernização estavam distantes dos centros universitários. A universidade não era acesso a vida pública. A então, capital do Estado Novo, vivia a expansão do setor público e o surgimento da carreira no funcionalismo público, que criou um campo de trabalho político para intelectuais e escritores.

Ademais, a experiência universitária na capital da República não se caracterizava pela afirmação da ciência e pela constituição de uma comunidade científica. Sua história teve início nos anos de 1920, quando foram reunidas as escolas superiores existentes na cidade, sob a denominação de Universidade do Rio de Janeiro. Em 1931, Francisco Campos, à frente do Ministério da Educação, consagra aquele formato e, em 1935, sob a gestão ministerial de Capanema, é instituída uma comissão encarregada da ampliação daquele conglomerado de cursos, ensejando o aparecimento, dois anos depois, da Universidade do Brasil, composta por quinze escolas ou faculdades e dezesseis institutos, alguns deles já existentes, além do Museu Nacional. (Carvalho, 2007, p.5)

³⁰ O ponto de partida escolhido foi o Estado Novo (1937 -1945) porque compreende o período de formação e inserção na vida pública dos intelectuais pesquisados.

Gomes (2014) sinaliza que a primeira metade do século XX, no Brasil, é “uma espécie de tempo da memória e da história nacionais” porque foi o momento em que se formou o que chamamos de pensamento social brasileiro, reunindo vários intelectuais de áreas diversas que com o objetivo de diagnosticar as mazelas do país, mapear e apontar possíveis soluções. Havia esforços para divulgar conhecimentos como as campanhas de alfabetização até a preocupação em oferecer saberes mais sofisticados ao um público maior e diversificado porque os diagnósticos do país apontavam um atraso que poderia ser sanado com a valorização da cultura pela educação e pela ciência. Era consenso entre os intelectuais que a leitura e o acesso aos livros eram fundamentais para o desenvolvimento do país. Contudo, também existia muita dificuldade de acessar a população.

Exatamente por avaliarem a centralidade e a dificuldade de execução de um projeto político-cultural tão complexo, os intelectuais nele engajados o elegeram como uma verdadeira “missão”, não importando se o fizeram por considerar tal opção a melhor possível ou se por falta de qualquer outra opção mais compatível com seus recursos de poder. Ou seja, o que quero afirmar, é que esses intelectuais se propuseram a ser “pedagogos da nacionalidade” em sentido lato, não se restringindo a intervenções na esfera da educação formal, embora também ocupasse cargos públicos ligados ao ensino, escrevessem manuais escolares e livros para crianças etc. Desejo destacar que, em geral, eles ultrapassaram largamente o espaço escolar, desejando que suas idéias ganhassem um público amplo, inclusive, o que não tinha mais lugar nas escolas. (Gomes, 2014, p.8)

Segundo Carvalho (2007), a intelectualidade estava a serviço de uma reforma social e havia necessidade de comunicação entre a comunidade científica e os interesses da sociedade. Neste período a participação na edição de periódicos, jornais e revistas foi um recurso utilizado para ampliar a comunicação. Mas, a precariedade da alfabetização no país implicou na utilização de novos caminhos. A linguagem do rádio e da televisão, mas acessível aos com pouca instrução, foi também utilizada nesse projeto de desenvolvimento do Brasil. Com o advento da ditadura civil-militar, alguns intelectuais foram perseguidos e outros se adaptaram ao novo regime ocupando espaços no debate sobre produtos culturais. Jornais,

rádios e televisão absorveram profissionais qualificados para assumir esse debate, priorizando aqueles que defendiam questões populares e comunitárias.

3.3.

TUDE DE SOUZA – TV Educativa em prol da Alta Cultura

Fernando Tude de Souza nasceu na Bahia, era filho de fazendeiros, e concluiu os estudos no Colégio Nossa Senhora da Vitória, dos Maristas, em Salvador. Formou-se, em 1933, em Ciências Médicas Cirúrgicas pela Faculdade de Medicina da Bahia e defendeu uma tese de doutoramento intitulada *O Problema Social do Aborto*.

Trabalhou como médico em Salvador, atendendo a população pobre da cidade. Entrou para política em 1935 após receber convite do Interventor da Bahia, Tenente Juracy Magalhães para chefiar o gabinete dele. Em 1936 foi para o Teachers College Columbia University, em Nova York, com o objetivo de ampliar os conhecimentos na área de educação para conduzir uma reforma educacional na Bahia. Obteve o apoio de Anísio Texeira para a viagem e lá teve contato com o pensamento pedagógico de John Dewey.

Quando voltou de Nova York no ano seguinte, Juracy Magalhães tinha sido destituído do cargo de interventor. Tude de Souza foi alvo de perseguição política e com a ajuda de amigos foi para o Rio de Janeiro atuar como jornalista. Em 1939, ele fez concurso para Técnico de Educação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e ao ingressar no quadro de profissionais do Ministério, se aproximou de Roquette-Pinto, de quem se tornou discípulo.

Para compreender a trajetória de Tude de Souza é fundamental um breve retorno ao trabalho desenvolvido por Edgar Roquette-Pinto que nasceu em 25 de setembro de 1884, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro e foi criado pelo avô materno João Roquette Carneiro de Mendonça que era fazendeiro em uma região próxima a Juiz de Fora, em Minas Gerais. Em 1905, ele concluiu o curso de medicina e, no ano seguinte, foi para o Rio Grande do Sul para estudar os

sambaquis³¹. Casou-se em 1908 e iniciou carreira como médico-legista no Rio de Janeiro até se tornar professor da cadeira de antropologia e etnografia do Museu Histórico Nacional, na Quinta da Boa Vista. Em 1911, ele conheceu Cândido Rondon e no ano seguinte, viajou com destino a Mato Grosso para unir-se à equipe de Rondon. Permaneceu durante quatro meses na expedição, atuando em diversas áreas como: etnógrafo, sociólogo, geógrafo, arqueólogo, botânico, lingüista, médico, farmacêutico, fotógrafo, cineasta e folclorista. Aos 27 anos, tornou-se uma lenda ao resistir ao ambiente inóspito da selva. Poucos acreditavam que um homem com hábitos tão refinados seria capaz de tal experiência.

Roquette-Pinto foi membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia e da Academia Nacional de Medicina. Também foi diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1935. Ele sempre se mostrou um homem fascinado pelo conhecimento e pela cultura. Sabia falar em francês, italiano, espanhol, inglês, alemão e tupi. Também tocava piano, escrevia poemas e desenhava. A aproximação com a radiodifusão surgiu do desejo pela divulgação da cultura no Brasil. Roquette-Pinto conseguiu o apoio da Academia Brasileira de Ciências e, juntamente com outros intelectuais, criou a Rádio Sociedade, em abril de 1923, a primeira rádio do país, dedicada a divulgação da ciência e da cultura, em um momento em que poucos tinham rádio e a programação era restrita a pequenos grupos. A filha de Roquette-Pinto, Beatriz Roquette-Pinto Bojunga, que trabalhou na rádio disse, em entrevista³² em homenagem ao pai, que a rádio no Brasil não poderia ter começado em lugar melhor porque nasceu dentro da

³¹ Sambaquis, palavra de origem Tupi que significa monte de conchas, são sítios arqueológicos distribuídos em quase toda costa brasileira, apresentando grande concentração em regiões lagunares e estuarinas. Existem registros deles desde o litoral do Rio Grande do Sul até a costa do Pará. Os sambaquis são compostos por conchas ou sedimentos associados a elas. Nessas áreas, que variam de tamanho, pode-se encontrar vestígios de atividade humana como restos de alimentos (ossos de peixe, mamíferos, aves, anfíbios, répteis e crustáceos), resquícios de fogueiras antigas e utensílios de feitos de ossos, conchas ou pedras. Também é possível encontrar vestígios de sepultamento humanos e rituais funerários. (ASSUNÇÃO, 2010)

³² Entrevista concedida ao radialista Renato Rocha, em 1990. A entrevista pode ser encontrada transcrita na íntegra no site da Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC: <http://www.soarmec.com.br/beatriz5.html>

Academia de Ciência. “Eu acho que foi o único país no mundo em que o rádio começou tão alto, na Academia de Ciências! Alto, que eu digo, na parte cultural. Bem entendido, não é?”, ela segue lembrando a frase de fechamento da programação que representava a ideologia da rádio: "Acabaram de ouvir a PRA2, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que acabou de irradiar, pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil".



Ilustração 14 – Fernando Tude de Souza³³.

Os fundadores da Rádio Sociedade foram também os precursores da rádio educativa no país com uma programação direcionada a cultura e a educação. Mais tarde, Roquette- Pinto esteve à frente da primeira rádio do sistema educacional: Rádio Escola Municipal, inaugurada oficialmente em janeiro de 1934, com o

³³ Fonte: <http://fernandotudesouza.webnode.com.br/album/galeria-de-fotos-pagina-inicial/fernandotudesouza-jpg1/>

prefixo PRD5. Ele responsável por vários empreendimentos no Brasil, como: a Revista Nacional de Educação, o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) e o Serviço de Censura Cinematográfica. No INCE, colaborou com várias produções cinematográficas, numa parceria realizada com Humberto Mauro, durante os anos do Estado Novo (1937-1945). Morreu outubro de 1954.

Este breve perfil de Roquette-Pinto, uma referência no campo cultural, científico e político brasileiro, orienta a compreensão da proposta educativa defendida por Tude de Souza que foi convidado pelo Ministro Gustavo Capanema para assumir, em 1943, o cargo de diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE). Permaneceu no cargo entre 1943 a 1951, retornando em 1953 até sair em 1956. Na direção do SRE, ele optou por projetos que resgatavam a idéia dos pioneiros da educação no rádio incentivando a proposta de levar educação e cultura aos lugares carentes de escolas. Nas décadas de 1940 e 1950, houve grande investimento em novas instalações e equipamentos para a rádio, que chegou a ser comprada com a BBC de Londres. Nesse período, Tude de Souza participou de vários encontros e conferências organizadas pela UNESCO, instituição que também o influenciou na busca por um perfil ideal de rádio e televisão educativa para a população brasileira.

Contudo, a influência dos ideais de educação propagados por Roquette-Pinto é a baliza da concepção de *TV Roquette-Pinto*, que seria financiada pela prefeitura da Guanabara, então Distrito Federal. Os intelectuais educadores do período concebiam a educação como salvadora, e única capaz de promover uma mudança social a partir do sentimento de nacionalidade e de civilização. A radiodifusão assumia o papel de mediadora que auxiliava os educadores a superar os problemas de divulgação de educação e cultura em toda extensão territorial do país.

- Conhecendo todos esses acontecimentos, não apenas nos Estados Unidos, mas em outras partes do mundo – afirmou o senhor Tude de Souza – e também as possibilidades miraculosas da TV para a solução do problema básico da humanidade, a educação, sonhei sempre com uma oportunidade de tentar algo que já lucrasses com os ensinamentos custosos dos pioneiros. Ainda como diretor da Rádio Ministério da Educação, cargo do qual fui demitido em março de 1951, dei passos para realizar a TV educacional. Conheço por experiência própria no estrangeiro, o que significa a utilização de um material áudio-visual para o

ensino e para educação. No Brasil ainda estamos começando a engatinhar nesse terreno e enquanto não contarmos com dirigentes que saibam o que estão dirigindo, teremos que pagar o pesado tributo que as ambições políticas cobram de todo o serviço público. (O Globo, 11/01/1952)

Seguindo a mesma orientação do rádio, a *TV Roquette-Pinto* foi idealizada para ser um veículo de comunicação capaz de promover a alta cultura exibindo conteúdo audiovisual considerado de relevância. Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 04/11/1952, Tude de Souza falou sobre a programação prevista para a TV, que seria resultado do intercâmbio com diversas organizações dos Estados Unidos que contribuiriam com filmes e documentários educacionais. Também haveria uma parceria com as embaixadas da França e da Holanda. Os profissionais que trabalhariam nessa emissora seriam treinados no Brasil por técnicos estrangeiros. Na mesma reportagem, Tude de Souza falava sobre a necessidade de autonomia administrativa para o desenvolvimento de programas “*de envergadura, com maiores facilidades, chegando mesmo a corresponder a uma BBC de Londres. Sobre o êxito não alimentamos dúvida*”. A *TV Roquette-Pinto* foi pensada a partir de parâmetros técnicos internacionais, com equipamentos considerados de última geração e com tecnologia de transmissão extremamente avançada para época.



SERÁ A MAIS POTENTE ESTAÇÃO DE TELEVISÃO DO BRASIL — Embarcou para os Estados Unidos, onde vai participar de uma reunião de educadores da UNESCO, o professor Fernando Tude de Souza, chefe do Serviço de Divulgação da Prefeitura e diretor da Radio Roquete Pinto. Depois dos trabalhos da citada reunião, o professor Tude de Souza tratará, por delegação do prefeito João Carlos Vital, dos detalhes da operação de compra, pela Prefeitura, da estação de televisão, cujo contrato foi assinado há dias e que deverá ser entregue à Municipalidade em fevereiro de 1953. O transmissor da TV—Roquete Pinto, segundo o que nos adiantou S. S., será instalado na cota 763 da Serra do Carioca e terá cinco vezes a potencia das estações já conhecidas pelos brasileiros. No mesmo avião, seguiu para Nova York o presidente da Comissão Técnica de Televisão da Prefeitura, coronel Lauro Medeiros que aparece, juntamente com o professor Tude de Souza, na fotografia acima, tomada no aeroporto do Galeão momentos antes do seu embarque.

Ilustração 15- Foto –legenda do Jornal O Globo, 08/09/1952

A preocupação com o custeio desse modelo de TV esteve presente em artigo do jornal *Correio da Manhã*, publicado na coluna *Música*, em 18 de março de 1952, que aponta questões relativas ao caráter comercial da TV no Brasil fazendo uma comparação com a dificuldade financeira das rádios educativas. A propaganda e a relação telespectador audiência) e consumo prevista para a *TV Roquette-Pinto* seria de alto padrão aquisitivo e como consequência, dentro de critérios considerados de alta qualidade cultural, como declarado no seguinte trecho de uma entrevista com Tude de Souza:

- O excesso de comercialização que é condenável a subordinação de todos os interesses aos interesses do anunciante. O anunciante inteligente, porém é que vai cada dia contribuindo para a melhoria da programação, pois compreende que o público que adora certos tipos de xanxadas radiofônicas não é positivamente o que tem poder aquisitivo,

fracassando assim a finalidade primacial da propaganda que é vender. (O Globo, 11/01/1952)

A *TV Roquette-Pinto*, apesar do trabalho de intelectuais e educadores, e do investimento financeiro da prefeitura do Distrito Federal, nunca se concretizou de fato. O projeto foi abandonado e mais de uma década depois, a articulação para o primeiro canal educativo foi retomada por Gilson Amado.



Ilustração 16 - Jornal O Globo - 04/11/1952. Anúncio da TVE no Brasil

O pensamento pedagógico de Tude de Souza para a televisão educativa estava atrelado a um projeto de investimento na formação cultural que incluía a educação do povo, a instrução pública, a reforma do ensino como parte das preocupações do cotidiano para a formulação de políticas visando modernização econômica e política da nação. A idéia de modernidade de Tude de Souza tem como pressuposto o pensamento liberal da crença na igualdade de oportunidade

para todos e a radiodifusão educativa atuaria provendo desenvolvimento moral, social e cultural (Rangel, 1998). Assim, a proposta seria por modelos como: telensino complementar e a teleducação cultural. Modelos capazes de oferecer uma programação cultural ampla, sem finalidades instrutivas didáticas para a formação escolar. Acreditamos que tal entendimento da televisão educativa está vinculado ao potencial de entretenimento, vivenciado por ele na experiência com a rádio educativa. O objetivo seria oferecer entretenimento de qualidade, com conteúdos de formação moral, social e cultural. Havia o interesse na divulgação de conhecimentos científicos e culturais, na perspectiva de se criar na televisão um cenário educativo que atendesse aos mais altos padrões de qualidade.

A atuação de Tude de Souza não compreende o período político destacado nesta pesquisa, o da ditadura civil-militar, contudo é fundamental para introduzir o cenário de desafios previstos para a concretização da televisão educativa no país. O custo dos equipamentos e a manutenção da televisão representavam entraves para as finalidades educativas e culturais da época. A presença do governo financiando os custos de produção era uma necessidade, visto que a dependência dos reclames comerciais implicava na falta de autonomia na produção.

3.4.

GILSON AMADO – TV Educativa em prol de uma Educação sem Paredes

Gilson Amado nasceu em 1908, na cidade de Itaporanga d'Ajuda, em Sergipe. Ainda criança, com dois anos de idade mudou-se com a família para Aracaju e estudou as séries iniciais do primário no Colégio Salesiano Maria Auxiliadora. Pouco tempo depois, a família foi morar na Bahia e ele continuou os estudos no Colégio Antônio Vieira, dos jesuítas, até seguir para o Rio de Janeiro para graduar-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, no bairro do Catete. Foi chefe de gabinete e assessor do Ministério de Educação.

Nascido em uma família influente, seu irmão mais velho Gilbeto, era um profissional de sucesso em várias áreas: literatura, direito, jornalismo e político. Foi um dos fundadores da Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), além de ter ocupado o cargo de

Embaixador e de Senador da República. O outro irmão, Genolino optou pela carreira jornalística e trabalhou com Cesar Ladeira. Ele era o escritor das *Crônicas da Cidade*, programa muito popular nos anos 1930. Por fim, o irmão, Gildásio cursou medicina e foi professor e diretor do Colégio Pedro II. A participação ativa de familiares na política abriu caminhos para Gilson Amado expor suas idéias e trilhar os primeiros passos no rádio e na televisão.



Ilustração 17 – Gilson Amado ³⁴

Gilson Amado trabalhou como produtor e apresentador na rádio Mayrink Veiga em programas de cultura política entrevistando políticos e artistas no programa *Mesas Redondas*, que mais tarde passou a ser exibido na TV Continental, com o mesmo nome. Lá surgiu a proposta de uma “universidade sem

³⁴ <http://iconografiaamado.blogspot.com.br/2009/01/gilson-amado.html>

paredes” que acolheria com o mesmo grau de relevância a cultura popular. Em entrevista para a Revista do Radio, nº 685, de novembro de 1962, ele disse:

Meus programas são relativos à cultura, focalizando matéria jamais debatida em veículos populares. Revelam que o povo está mais amadurecido como povo, do que as elites como elites. Por mais estranho que pareça, os programas técnicos de sentido social e econômicos alcançam maior repercussão do que os debates políticos. (Gilson Amado, 1962)

Foi presidente da FCBTVE no período 1967 a 1979, adotando um perfil de TV educativa que deveria também servir ao modelo didático com teleaulas e possibilidade de certificação de conclusão de ensino regular para milhares de brasileiros, além de ser um veículo de informações úteis para o exercício da cidadania.

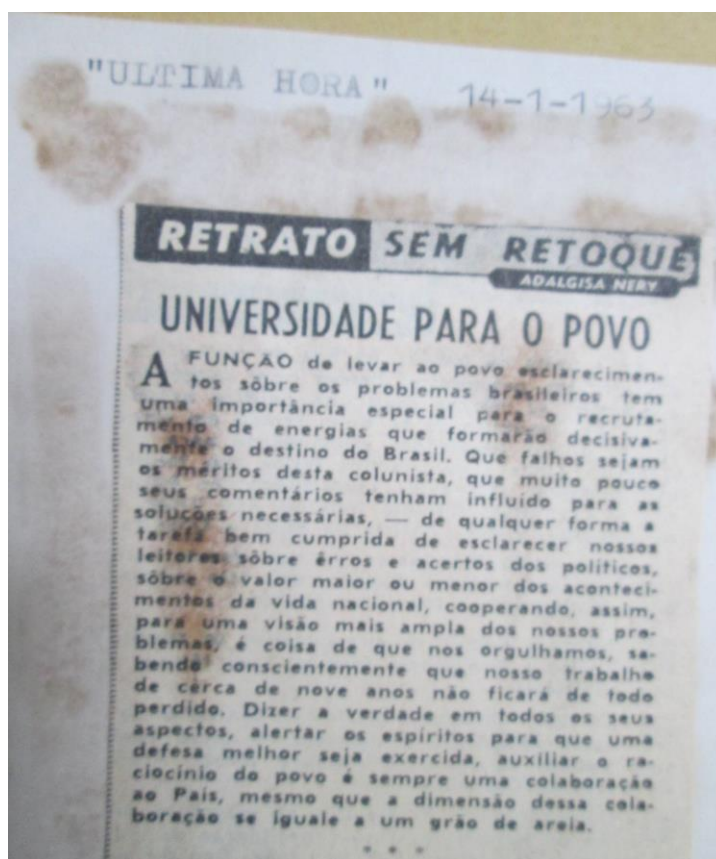


Ilustração 18 - Arquivo pessoal Camila Amado - Ultima Hora 14/01/1963

A partir do trabalho desenvolvido por Gilson Amado, a idéia de tecnologia educacional para compreender as diferentes concepções de televisão educativa passou a servir de referência para alguns projetos de audiovisual educativo.

A tecnologia educacional era definida a partir de quatro características: aplicação sistemática em educação, ensino e treinamento de princípios científicos de outros ramos de conhecimento como psicologia da aprendizagem, teorias da comunicação e análise de sistemas; o conjunto de materiais e equipamentos utilizados para fins educacionais como projetores, gravadores, transparências e laboratórios de línguas; ensino para grande número de pessoas com utilização de veículos de comunicação de massa como rádio e televisão; e a relação sistemática entre o homem e a máquina. No Brasil, a relação do uso de tecnologia com a educação está diretamente relacionada ao cumprimento de metas estabelecidas pelo governo. Mais tarde, em 1970, o termo tecnologia educacional foi definido como *“uma maneira sistemática de planejar, utilizar e avaliar o processo total de aprendizagem e ensino em termos de objetivos específicos baseada em resultados de pesquisa sobre aprendizagem humana e comunicação humana, e empregando uma combinação de recursos humanos e não humanos para conseguir uma instrução mais eficiente”* pela Task Force in Instructional Technology (Associated Organizations for Teacher Education) (p.44).

Nessa perspectiva, Gilson Amado investe na televisão como ferramenta de ensino capaz de reduzir significativamente os índices de analfabetismo no Brasil. Em relatório que compõe o arquivo da família, escrito nos anos de 1960, ele escreveu *“o fenômeno mais representativo da realidade brasileira, nos últimos anos, foi, sem dúvida, o relevo que assumiu no elenco de problemas prioritários do País a Educação”*. Foi um momento em que a população se conscientizou da importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico do país. A educação passou a ser um projeto para a valorização nacional, e o foco de Gilson era a educação de adultos, considerada por ele, como ideal para ser realizada a partir de projetos de teleducação. Era uma proposta diferente das TVs educativas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, cuja TV educativa desempenhava funções complementares ao ensino convencional, no Brasil ela adotaria uma perspectiva didática capaz de atender jovens e adultos que não tiveram oportunidade de fazer ou completar o ensino regular.

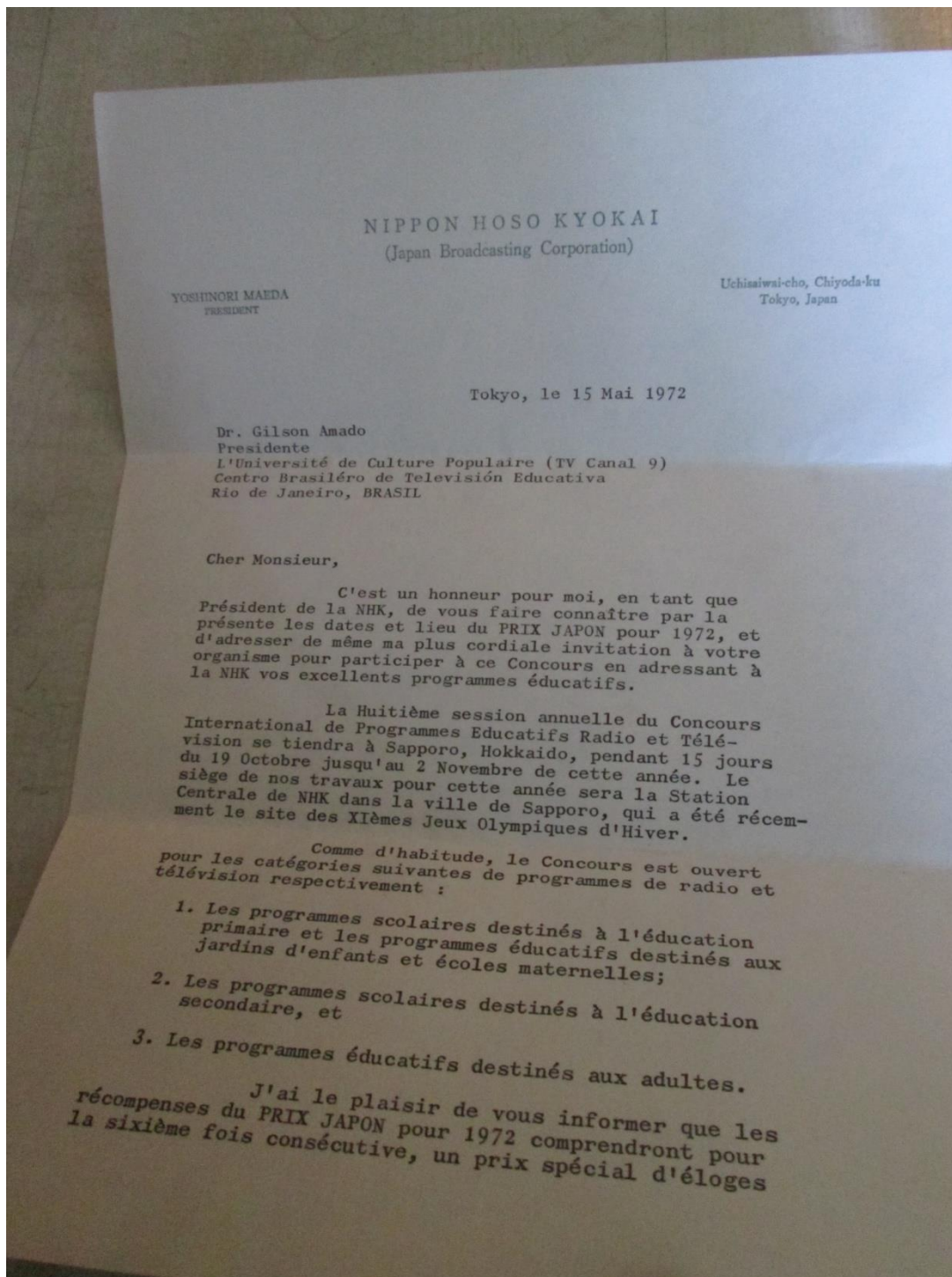


Ilustração 19 – Arquivo Pessoal Camila Amado – Trecho carta prêmio no Japão

O modelo de televisão estava encaixado nas perspectivas da televisão educativa: instrucional supletiva, telensino complementar e teleducação cultural. Não bastava oferecer conteúdo de qualidade, a população teria que ter o mínimo de formação para usufruir e interagir com o conhecimento veiculado pela televisão. A alfabetização e o aumento da escolaridade era um projeto político de modernização social e cultural, que ganhou força com a pressão econômica e dos

órgãos internacionais. A televisão idealizada por Gilson Amado não foi pensada apenas para a expansão da educação, mas para a melhoria global do sistema educacional do país. O sistema de televisão regulado por concessão pública precisava atender a legislação, oferecendo conteúdos educativos.



Ilustração 20 - Arquivo Pessoal Camila Amado - cartaz com programação das aulas

Durante o período em que ficou na direção da FCBTVE, Gilson desenvolveu vários projetos e nos arquivos disponibilizados para pesquisa, composto de documentos, reportagens e cartas escritas por ele, percebemos que em vários momentos ele destaca a importância dos profissionais da TV educativa obter conhecimentos pedagógicos, teóricos e técnicos sobre a linguagem da televisão. Por esse caminho, encontramos a professora Alfredina de Paiva e Souza, pioneira na coordenação de programas educativos e de alfabetização pela televisão.

3.5.

ALFREDINA DE PAIVA E SOUZA – TV Educativa em prol da formação de professores/ formação técnica

Alfredina de Paiva e Souza nasceu em Bom Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1905. Seus pais eram Alfredo Gomes de Souza e Maria de Paiva e Souza. Em 1923, aos 18 anos de idade, ela concluiu o ensino normal na Escola Normal do Distrito Federal³⁵. Em 1932, ela ingressou, por meio de concurso, como professora de Prática de Ensino e Cálculo em Matérias de Ensino no Instituto de Educação do Estado da Guanabara e iniciou sua trajetória como educadora seguindo os ideais escolanovistas³⁶.

O Instituto de Educação do Rio de Janeiro representou a consolidação da influência dos educadores que se intitulavam renovadores da educação e tinham como referência o Manifesto dos Pioneiros da Educação³⁷. Alfredina foi professora chefe da seção Prática de Ensino. Neste período Lourenço Filho era o diretor geral do Instituto e a filosofia empregada no Manifesto passou a fazer parte da formação dos alunos.

A formação de Alfredina como profissional da educação foi influenciada pelos ideais do Manifesto e pela necessidade de reformas escolares que implicava na produção de um novo entendimento sobre educação na formação dos professores. Oriunda de uma família proprietária de uma escola tradicional, do

³⁵ Escola Normal do Distrito Federal era o nome do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, no período em que Alfredina de Paiva e Souza estudou na instituição.

³⁶ O ideal da Escola Nova está ligado às concepções de John Dewey, que acreditava ser a educação o meio efetivo para a formação de uma sociedade democrática.

³⁷ Trecho do Manifesto: *“se a educação está intimamente vinculada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. Desprendendo-se dos interesses de classes, a que ela tem servido, a educação perde o “sentido aristológico”, para usar a expressão de Ernesto Nelson, deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”, de acordo com uma certa concepção do mundo”* (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932).

bairro da Tijuca, sabia que mentalidade sobre as práticas de ensino e a concepção de escola e de aluno deveriam mudar. Em 1941, ela concluiu o bacharelado em Pedagogia e seu diploma foi emitido em 1942.

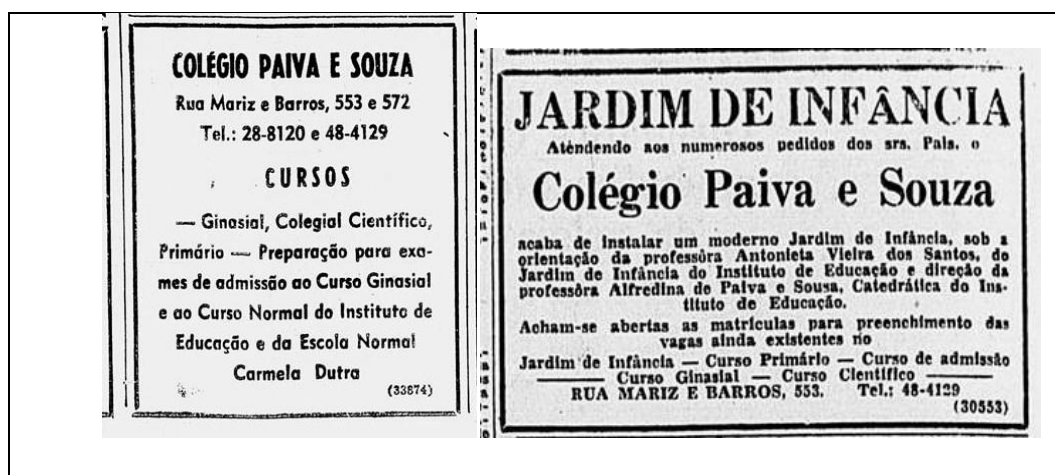


Ilustração 21 - Jornal Correio da Manhã 3/07/1951 - Correio da Manhã 04/03/1952 – Propagandas do Colégio Paiva e Souza.

Foi para os Estados Unidos em 1952 para estudar Metodologia da Matemática. No Instituto de Educação, Alfredina dedicou parte de seu trabalho à produção e divulgação de pesquisas sobre educação, além de atuar como professora e catedrática da instituição. Ela produziu manuais de ensino e livros didáticos. Também publicou artigos sobre pesquisas sobre o ensino de cálculo e aritmética desenvolvido dentro do Instituto.

Contudo a aproximação com os veículos de comunicação pode ser conferida em nota publicada no Correio da Manhã, em 1950. O Colégio Paiva e Souza irradiava programas de rádio educativo para os alunos.

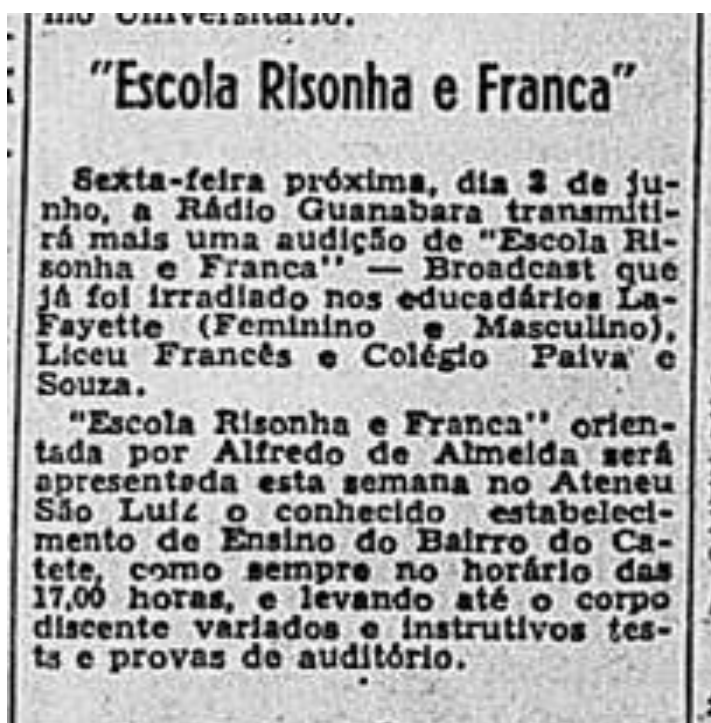


Ilustração 22 - Jornal Correio da Manhã - 31/05/1950

No início dos anos 1960, Alfredina de Paiva Souza foi uma das responsáveis pela formação artística e ideológica da TV educativa do período, bem como dos rumos que a formação escolar deveria seguir para lidar com o novo veículo de comunicação de massa: a televisão. Ela participou como idealizadora e diretora do curso de alfabetização pela TV, promovido pela Fundação João Baptista do Amaral, TV Rio e mais tarde atuou na formação de profissionais para trabalhar com televisão educativa. Apesar de direcionar a formação ao professor, os cursos coordenados ou ministrados por ela, não eram restritos aos docentes. Existia o propósito de formar profissionais especializados em linguagem audiovisual educativa para televisão, ou seja, capazes de unir as técnicas e formatos da televisão comercial às finalidades educacionais diversas.



Ilustração 23- Arquivo CEMI -ISERJ - Inauguração da TV Educativa do Instituto de Educação, em 1967.

Alfredina também foi diretora da TV Educativa do Instituto de Educação, após de aposentar do cargo de professora catedrática e retornar Instituto para trabalhar na emissora. Ela participou no movimento de criação da FCBTVE e de vários projetos de audiovisual educativo como diretora ou coordenadora, além de ministrar aulas em cursos de formação audiovisual. Apesar de ter sido uma mulher influente, existe pouca memória sobre ela, que era identificada nos jornais da época como especialista em TV educativa. Na pesquisa nos jornais observamos que ela esteve à frente de várias palestras sobre comunicação e educação em universidades no Brasil e no exterior. Ela participou de várias comissões para definição de políticas públicas promovidas durante a ditadura civil- militar e foi responsável pela coordenação do livro *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, que era dirigida a alunos e professores. A responsabilidade pela enciclopédia ficou a cargo do sociólogo Padre Fernando Bastos de Ávila, professor da PUC-Rio.

“O presente trabalho foi concebido no objetivo de contribuir para formação cívica do povo brasileiro. Baseia-se na premissa, agir bem é conhecer bem, de onde se infere que, para ser um bom cidadão, é indispensável conhecer os deveres morais e cívicos de um cidadão. (...) Os critérios e juízos de valor adotados se inspiram numa ética natural, aconfessional, cujos preceitos possam oferecer uma base comum de entendimento e ação, independentemente de

conotações ideológicas ou motivações religiosas.” (Trecho da apresentação da enciclopédia, escrito por Fernando Bastos de Ávila, S.J)

A enciclopédia, financiada pelo MEC, fazia parte da Campanha Nacional de Material de Ensino, e além da coordenação, Alfredina colaborou com os temas de educação e ensino.

Nos fragmentos de memória encontrados sobre a atuação de Alfredina como intelectual e educadora, percebe-se que a rede de sociabilidade que ela pertencia estava diretamente ligada ao funcionalismo público e a igreja católica. A sua especialização em educação legitimava a participação dela nas decisões sobre as políticas públicas para erradicação do analfabetismo e da importância da comunicação de massa no processo de constituição do indivíduo, que em tempos de ditadura civil-militar, deveria estar alinhando as concepções de civismo e cidadania impostas pelo governo. Junto a essa questão, acrescentamos o ideal de “formatação” do indivíduo que está presente na educação, mesmo com ideais democráticos pregados pelos escolanovistas.

Podemos dizer que Alfredina ousou ao trazer o seu conhecimento e prática educativa para dialogar com os veículos de comunicação de massa, apresentando propostas para se definir uma linguagem de TV educativa que atendesse ao público brasileiro, ou melhor, a audiência nacional. Ela influenciou a televisão brasileira na criação de atividades educativas instrucionais e didáticas, aproximando o conteúdo curricular escolar da linguagem televisiva. Foi uma defensora dos modelos instrucional escolar, instrucional auxiliar e instrucional supletivo, porém, associando-os a linguagem do entretenimento da televisão.

No início, Alfredina de Paiva e Souza foi pioneira com aulas na televisão, que eram exatamente com a mesma linguagem da sala de aula. Mas, a experiência com televisão mostrou a necessidade de uma didática própria para o audiovisual educativo. A televisão como veículo de instrução supletiva exige a montagem de um sistema completo de aprendizagem. Sistema que deve estar adequado a linguagem televisiva, mas precisa conter situações de ensino tradicionais como: planejamento do ensino, execução do ensino, avaliação do ensino e agentes humanos (professores e alunos). Todos esses elementos deveriam atuar em diálogo com a linguagem do audiovisual.



Ilustração 24 - Arquivo CEMI –ISERJ – Prof.^a Alfredina de Paiva e Souza Gilson Amado e Prof. Gonzaga da Gama Filho (1968)

A televisão, um produto comercial que deveria dialogar com a audiência, vista, sobretudo como consumidora em potencial de produtos e serviços, deveria, na concepção de Alfredina estar de acordo com valores morais e culturais do período. Ela percebia a facilidade da TV ditar comportamentos e se apropriou disso em seus trabalhos. Na TV, a educação, como um serviço público garantido na constituição, era caracterizada também como produto de consumo fácil, leve e divertido, exatamente como deveria ser a programação televisiva da época, sob o olhar de Alfredina.

Seguindo observando o público alvo dessa programação, o jovem adulto em idade de entrar para o mercado de trabalho ou já empregado, percebemos que Alfredina inovou ao decidir investir em produtos específicos para adultos, como a telenovela, audiovisual de maior sucesso no país. Contudo, o momento político marcado pela ditadura civil-militar e a sua atuação no serviço público destaca o paradoxo visto em sua trajetória: ela era inovadora na programação educativa e ao mesmo tempo censora ao seguir a proposta ideológica do governo. As possibilidades artísticas da programação educativa, idealizada por ela, estavam

atreladas a ideologia do governo, ditando comportamentos alinhados aos padrões morais e cidadãos da ditadura civil-militar.

3.6. Controle pedagógico

A TV educativa no Brasil funcionava em duas modalidades: *Circuito Fechado* ou *Circuito Aberto*, também definido como *Ensino a Distancia*. Cada modalidade tem suas especificidades que serão avaliadas a partir do controle pedagógico inerente a elas. A televisão como meio de comunicação de massa está intrinsecamente vinculada às características de um produto que visa o sucesso comercial, que em outras palavras quer dizer: sucesso de audiência. Mesmo quando falamos de uma televisão educativa, não comercial, o sucesso de sua programação será avaliado pela audiência. Logo, pensar o direcionamento da programação educativa é também uma forma de manter o controle sobre o público escolhido.

Diante dos diferentes tipos de direcionamento das emissoras educativas, destacando a experiência do Brasil, percebemos a existência de três modelos principais em disputa pela criação e manutenção de um perfil de televisão não comercial que atenderia os anseios da população por educação. Neste contexto, também não se pode perder a dimensão do problema educacional do país e das diferentes audiências, todas na mira da TV, que compõe o quadro dos telespectadores brasileiros.

O aparecimento da televisão educativa e o incentivo para sua difusão através das áreas subdesenvolvidas faz parte da premência que a sociedade industrial tem de difundir, através da escolaridade obrigatória, o estilo urbano de vida, único que convém completamente à sua expansão e funcionamento integrado. Responde, pois, a dupla pressão. Por um lado os economistas, planejadores, *itelligentizia* do desenvolvimento, e em entidades internacionais instam para que o sistema escolar produza pessoas aptas a funcionarem como insumo da produção, e, por outro, os pedagogos, humanistas, políticos e a população em geral encaram a educação como um bem de consumo a que todos têm direito, a medida que o desenvolvimento pode produzi-lo em maiores e melhores quantidades. (Quirino, 1971, p.81)

A noção de educação como um bem de consumo aliada a necessidade de atender a um público consumidor, obriga a observação das demandas de audiências da TV educativa. Inicialmente identificamos grupos como: os interessados na escolarização e certificação do ensino primário e secundário, os preocupados com formação continuada (em geral professores), os motivados pela formação técnica, os interessados por cultura geral e os entusiasmados pela divulgação da alta cultura. A variedade de motivações tende a criar perfis de programas que podem ser veiculados em circuito fechado ou aberto de televisão. O circuito fechado atua com audiências que buscam a teleducção tendo como referência o ensino escolar, já o circuito aberto amplia a noção de educação dispensando a didatização praticada no ambiente escolar.

Tomando como referência os intelectuais destacados na pesquisa, identificamos três propostas diferentes. Tude de Souza idealizou uma televisão educativa voltada para alta cultura e para divulgação científica, nos moldes da Rádio Sociedade. Seria uma TV financiada com o dinheiro público, em circuito aberto. Contudo, o modelo pensado para sua programação está mais relacionado com o perfil de um circuito fechado. No momento em que foi idealizada, ainda nos anos 1950, a quantidade de aparelhos de TV ainda era pequena e o público muito restrito e selecionado. Desta forma, o conteúdo da programação deveria atender as especificidades dessa audiência e poderia ser controlado de acordo com seus idealizadores. Já Gilson Amado projetou uma TV educativa mais alinhada ao caráter comercial inerente a todo meio de comunicação de massa. Para isso, não perdeu a dimensão do entretenimento como fator importante pra garantir o sucesso da TVE. Ele deu à educação televisiva aspectos populares, utilizando uma linguagem de fácil entendimento para época e abordando temas que eram de interesse do povo. Assim consegui reunir conteúdo escolar e diversão. Por outro lado, Alfredina de Paiva e Souza atuou em modelos de TV de circuito fechado, mesmo exibindo programas em circuito aberto. O objetivo da programação tinha fins específicos delineados em uma didática própria para a televisão. Eram cursos de alfabetização e de formação cultural à distância, havia sistematização e controle do conteúdo e do público, que tinha uma estrutura de apoio educacional formada por telesalas e material didático.

Ao conceberem perfis de TV educativa a partir do controle de suas audiências, os três buscaram estratégias pedagógicas para criar “textos” ou

linguagem capazes de gerar empatia com público prevendo de alguma maneira a reação dele. Não é um estudo de recepção, mas das estratégias que apostavam na manutenção ou ruptura de valores sociais e culturais na formação de um novo indivíduo, que poderia ser observado pela necessidade de conhecimento científico e erudição; ou pela necessidade de se inserir em um projeto de nação que aposta no popular como mecanismo de inclusão social, política e cultural; ou ainda na adaptação do conteúdo escolar à linguagem dos veículos de comunicação sem diluir demais a valorização do ensino formal a distancia. As necessidades foram circunscritas de acordo com as redes as quais esse grupo de intelectuais pertencia, imposições da cultura política em que se inseriram.

3.7.

As contribuições dos intelectuais para a concepção do audiovisual educativo no Brasil

Os intelectuais em questão entraram para o cenário político em uma época de mudança da paisagem cultural que pretendia acolher as massas sociais, a coletividade com o uso dos veículos de comunicação de massa (rádio e televisão) trazendo, como consequência de suas formações acadêmicas, o embate entre a cultura pautada no pensamento crítico e na reflexão, e o entretenimento, uma linguagem nova que diluía a rigidez dos padrões acadêmicos vigentes.

Tude de Sousa, Gilson Amado e Alfredina de Paiva e Souza pertenceram ao funcionalismo público no Rio de Janeiro e não se enquadravam no perfil do intelectual acadêmico. Alfredina, especialista em educação e preocupada com formação, exerceu com legitimidade o seu status acadêmico nas discussões políticas sobre educação. Os modelos de televisão pensados por eles estavam atrelados à máquina estatal. Mesmo adotando um perfil popular consciente do poder do entretenimento na conquista da audiência, Gilson Amado precisava de um corpo técnico e artístico de qualidade e de financiadores. O custo de manutenção de canais educativos comprometidos com educação e cultura era alto, e para não sucumbir às pressões do mercado de comunicação com muitas verbas publicitárias para investir em entretenimento, foi necessário dinheiro público. Tude não chegou a vivenciar a TV educativa, mas a experiência trazida do rádio também apontou a necessidade da presença do governo.

Os intelectuais pesquisados pertenciam a uma elite que estava sintonizada às mudanças mundiais, as novas tendências de consumo, às manifestações de cultura popular e ao cenário político nacional. O diferencial era a presença na cena midiática como produtores de programas de rádio e televisão, abrindo-lhes um contato direto com as massas. Vetores de opinião, ao mesmo tempo divulgadores e eventualmente produtores de ideologia, os intelectuais conheceram o poder da mídia, a partir dos anos de 1930 (Sirinelli, 2003). De acordo com Gomes (1996), trabalhar em jornais e revistas era fundamental como estratégia de ascensão intelectual porque os veículos de comunicação eram a base da circulação de ideias.

Analisando a função política e social dos intelectuais escolhidos para a pesquisa, que eram educadores em primeiro plano, percebemos que não houve um comportamento paternalista em relação ao grupo que defendiam. Havia um sentimento de democratização do conhecimento, visto como essencial para o desenvolvimento pleno dos estudantes enquadrados na categoria jovens e adultos. Contudo, a presença do regime ditatorial civil-militar exigia uma atitude servil aos grupos do governo. A orientação educacional seguia um padrão imposto por políticas internacionais.

Podemos também classificá-los como parte orgânica na luta por educação para jovens e adultos porque como educadores eles eram parte de uma ideologia que enxergava a educação como forma de libertação e participação cidadã. Mas ser cidadão, no período pesquisado, era estar de acordo com a política. O trabalho dos intelectuais educadores que se apropriaram da radiodifusão educativa e lideraram propostas pedagógicas para a população foi interpretado por alguns como conivente com o regime ditatorial. Porém, segundo Gramsci (1982) para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar suas atitudes relacionadas às classes que eles mobilizam nos seus universos de atuação. É necessário investigar se eles tinham uma atitude paternalista para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes. Tude de Souza, Gilson Amado e Alfredina de Paiva e Souza eram parte orgânica do processo, não eram submissos ao governo. Atuavam junto porque a educação é de responsabilidade do governo e a televisão também é uma concessão pública, ou seja, o impacto social da programação educativa é também reflexo das ideologias dos grupos que ocupam o poder.

Nos anos de 1950, a televisão chegou ao Brasil, em pouco tempo se popularizou e se tornou uma espécie de esfera pública. *O impacto social da televisão funciona no modo binário: estar ou não estar. Desde que uma mensagem esteja na televisão, ela poderá ser modificada, transformada ou mesmo subvertida.* (Castells, 1999, p.421). Castells (2009) destaca que nas sociedades organizadas em torno da grande mídia, as mensagens que não circulam nela estão restritas ao interpessoal e não alcançam o inconsciente coletivo. O crescimento da utilização dos veículos de comunicação de massa aumentou o reconhecimento da influência deles no cotidiano das pessoas. A formulação de McLuhan – *o meio é a mensagem* – dá as pistas de como se estruturou o relacionamento o meio. No caso da relação televisão e educação como meio, o caráter comercial e popular concretizou a linguagem do entretenimento.

Ao determinarem modelos de televisão educativa úteis ao povo brasileiro, os intelectuais contribuíram para a criação de um perfil pedagógico televisivo híbrido. Por serem pioneiros e terem a oportunidade de por em prática suas concepções de educação no ar, pelo rádio ou televisão, eles construíram estratégias pedagógicas híbridas porque não desprezaram a dimensão do entretenimento em seus projetos. Eles defenderam pontos de vista diferentes sem menosprezar o audiovisual ou a televisão como um recurso cultural menor. Eles deram à televisão a mesma importância dispensada aos impressos. O que não significa dizer que não havia diferença de status entre impressos e TV. Porém, ao estudarem e promoverem a linguagem televisiva, eles puderam observar a importância deste veículo como instância de socialização da população brasileira.

A sociedade que tem acesso a informação amplia as possibilidades de comunicação e, assim, interfere nos processos de ensino e aprendizagem. O conhecimento passou a ser construído a partir de diferentes formas. A tecnologia expressa relações sociais das quais depende, mas que também são influenciadas por ela em uma esfera que reúne interesses diversos e relações de poder. Assim, em um cenário que visualiza a educação pelo seu viés transformador, esses intelectuais assumiram a televisão como recurso pedagógico defendendo um compromisso para superar as relações de desigualdade e exclusão social.

4

Aprendendo a fazer televisão educativa no Estado da Guanabara

A formação de professores e técnicos para a TV sinalizou a concepção do educativo na televisão nacional, destacando o pioneirismo desses profissionais na idealização de uma linguagem didática apropriada ao perfil do brasileiro. Os anos de 1960 e 1970 representaram um momento chave para a consolidação de uma linguagem própria da televisão brasileira, apesar da influência do rádio, do teatro e do cinema nas produções televisivas. Esse perfil híbrido também estava presente nos primeiros programas educativos, que mesmo com o compromisso de atuar no campo da educação formal e não formal, seguiam as regras de mercado e buscavam agradar os telespectadores valorizando a linguagem do entretenimento para manter a audiência. Neste período, houve muitos cursos de formação para a televisão educativa, bem como congressos e seminários com o objetivo de discutir o audiovisual educativo. A fase inicial marcada pelas aulas televisadas, começou a ser substituída pela compreensão da necessidade de uma linguagem própria para audiovisual educativo, ainda em construção nesse período. A formação para a televisão educativa mostrou caminhos para a criação de uma nova didática que se alimentou da experiência de professores e profissionais de televisão.

4.1.

Um curso para professores no Estado da Guanabara

Em 1962, no Instituto de Educação do Estado da Guanabara foi ministrado o seminário *Televisão Educativa*, por Armand Hunter, pedagogo, catedrático, diretor do Departamento de Rádio e TV da Michigan State University e consultor do Departamento de Educação dos Estados Unidos para assuntos sobre televisão educacional. O seminário ocorreu nos dias 28, 29 e 30 de agosto, fruto de uma parceria entre a coordenação dos cursos de aperfeiçoamento do Instituto e representantes dos programas Ponto IV.

O *Programa Ponto IV* foi um projeto norte- americano iniciado em 1949, na gestão de Harry Truman, de natureza civil, de âmbito internacional. O objetivo era ajudar áreas economicamente subdesenvolvidas. Truman elencou quatro pontos norteadores da política externa dos Estados Unidos com o propósito de conter a ideologia comunista. O primeiro era o apoio às Nações Unidas para fortalecer a democracia no mundo; o segundo era a continuação dos programas de reconstrução econômica na Europa pós-guerra; o terceiro era o fortalecimento das nações amantes da paz contra possíveis invasores; e o quarto ponto foi ajudar a melhorar as condições de trabalho e vida em países subdesenvolvidos mediante troca de conhecimento técnico e assistência financeira, atuando em ações para promoção da saúde, ampliação da produtividade e aumento do poder aquisitivo³⁸.



Ilustração 25 - Jornal Diário de Notícias – 1962

O seminário e os cursos foram divulgados em jornais de grande circulação, e não havia exigência de formação específica ou filiação com o Instituto de Educação, qualquer pessoa podia participar, mediante inscrição prévia. Em sua visita ao Brasil, Hunter ministrou cursos sobre televisão educativa e participou de seminários em outros estados, abordando temas como administração e finanças da televisão educativa e os aspectos pedagógicos da programação. O seminário que ocorreu no Instituto de Educação do Estado da Guanabara, durante três dias, foi um curso de aperfeiçoamento para profissionais da educação e pessoas

³⁸ As ações da televisão educativa assumiram grande importância no âmbito do quarto ponto nos anos de 1950.

interessadas no tema, e foi uma iniciativa que serviu para expandir o debate sobre a necessidade de formação de pessoal especializado para atuar com televisão educativa.

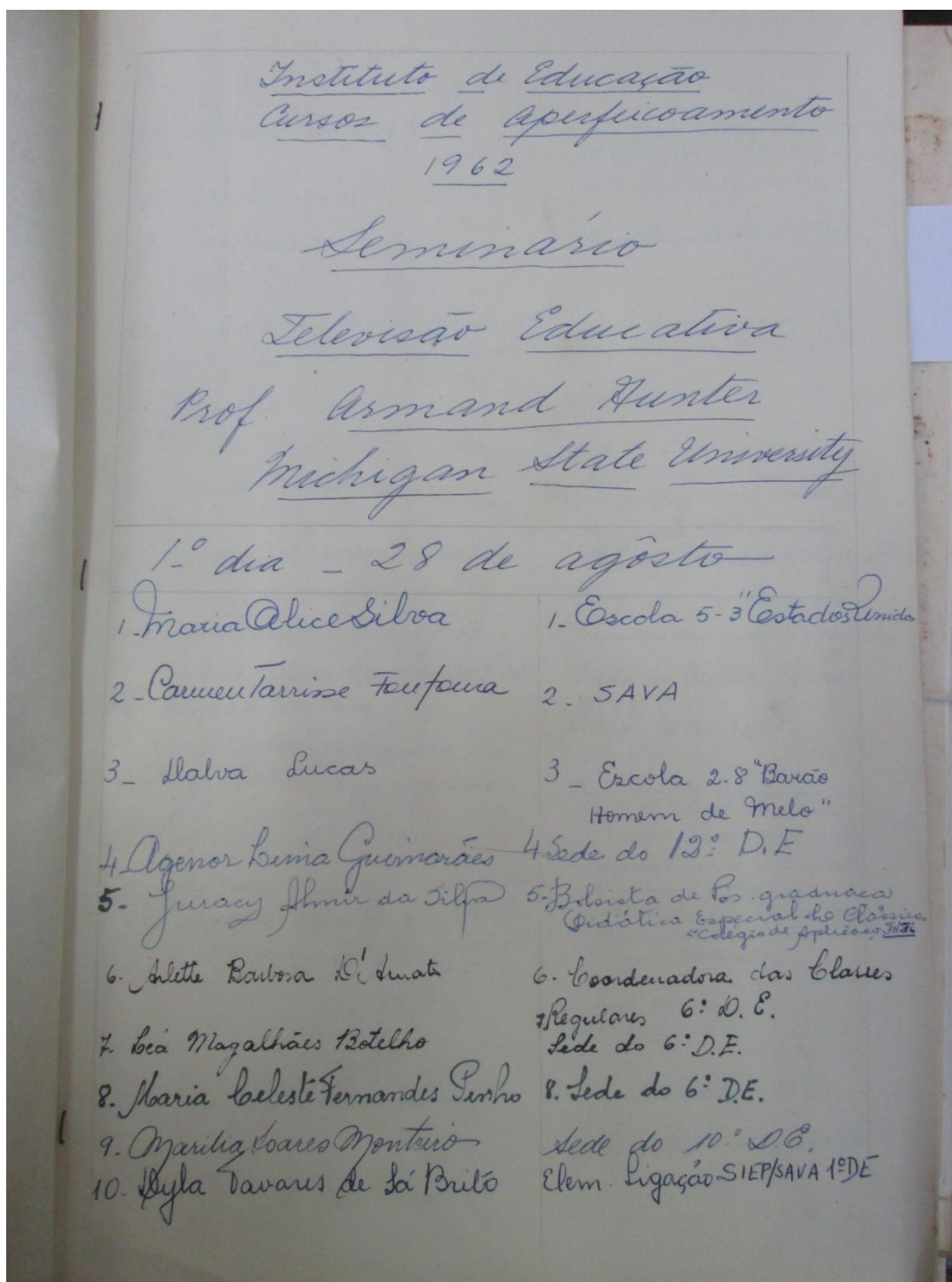


Ilustração 26 - Parte da lista de presença do seminário/ curso de 1962 no Instituto de Educação da Guanabara.

Alguns jornais³⁹ da época já tratavam sobre o tema a partir da experiência da teleducação em outros países, destacando os programas educacionais dos Estados Unidos e da Inglaterra. Existia apoio a uma política na área da educação, sobretudo na radiodifusão educativa, de incentivo ao intercâmbio e a cooperação com grupos estrangeiros que já apresentavam as primeiras análises e resultados do uso da televisão em diferentes programas de ensino. No Brasil, as primeiras experiências com televisão educativa apontavam para a necessidade de se pensar um sistema global de ensino que agregasse a televisão ao ensino formal. A iniciativa na Guanabara estava diretamente relacionada à insuficiência do sistema educacional no atendimento ao cidadão em idade produtiva, que precisava iniciar ou retornar aos estudos para se adaptar as exigências do mercado fabril e não encontrava vagas na rede regular de ensino. Assim, era imprescindível investir em um formato de audiovisual educativo com linguagem pedagógica, que atraísse a audiência brasileira.

A radiodifusão comercial visa às grandes audiências, e, na competição que se estabelece para conquistá-las, muitas vezes se faz a nivelação dos indivíduos pelos interesses da massa. Daí decorrem freqüentemente programas vazios de conteúdos formativo, expostos em linguagem destituída de beleza quanto a forma e ao fundo, sensacionalismo em focalizar falhas e fraquezas humanas, falta de equilíbrio no destaque de valores reais.

Patentemente, a radiodifusão educativa precisa evitar essa atitude competitiva. Ela deve inserir-se nos interesses e vivências daqueles aos quais pretende atingir, deve falar linguagem que penetre nos ouvidos e sentimentos, levando-a a pressentir novos mundos além da realidade imediata de seu cotidiano, trazendo a seu alcance, gradativamente, os valores culturais e morais que são herança e o apanágio da espécie humana. Toda e qualquer radiodifusão educativa precisa oferecer programas em linguagem sonora ou visual simples, mas bela, onde os valores positivos ensinem a ouvir e a ver, e desperte o desejo de contribuir, semear, de criar e distribuir, de cooperar e servir. (Alfredina Paiva Souza – Cadernos de Jornalismo e Comunicação, 1969)

O caminho escolhido para a radiodifusão educativa no Estado da Guanabara foi aprovar a criação de circuito fechado de televisão educativa no

³⁹ Na pesquisa em jornais a primeira iniciativa na formação de professores na Guanabara foi o Seminário do professor Armand Hunter. Antes, estendo a pesquisa até os anos de 1950, encontramos reportagens sobre a experiência estrangeira com televisão educativa. Alguns exemplos de títulos das reportagens: Correio da Manhã – Temporada de Televisão nos Estados Unidos Importância dos Programas Educativos (20/10/1954)/ Influência da Televisão sobre as Crianças Norte Americanas (12/02/1955)/ Televisão Educativa Programas Transmítidos para as Escolas (Londres) (16/06/1957); Jornal do Brasil – Presos de Illinois Farão Ginásio pela Televisão (15/03/1957).

Instituto de Educação do Estado da Guanabara, com a finalidade de atuar na formação de professores e técnicos para produção, operação e direção em programas educativos.

4.2.

Circuito Fechado de TV Educativa do Instituto de Educação da Guanabara

A primeira experiência com televisão educativa no Instituto de Educação do Estado da Guanabara, utilizando uma estrutura completa de equipamentos para televisão, em circuito fechado, ocorreu em 1967. Os equipamentos foram instalados durante o 1º Congresso Brasileiro de Audiovisuais, que foi realizado entre os dias 23 e 29 de julho de 1967⁴⁰, patrocinado pelo MEC e pelo governo da Guanabara e organizado pela Associação Brasileira de Educação. Alfredina de Paiva e Souza foi coordenadora geral do congresso que reuniu cerca de dois mil professores de todo o país. O congresso tinha o objetivo de discutir as múltiplas possibilidades de inserção do audiovisual nos diferentes níveis de ensino.



Ilustração 27 - Jornal Correio da Manhã 26/07/67. Trecho de reportagem sobre congresso de audiovisuais.

⁴⁰ O congresso foi amplamente divulgado na mídia impressa do período. Foram mais de 30 reportagens e notas publicadas contabilizadas em três periódicos: Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal do Brasil. Nos impressos o objetivo do congresso foi definido como uma tomada de decisão dos educadores brasileiros sobre o crescimento dos audiovisuais.

Congresso de Audiovisuais será no Rio

O I Congresso Brasileiro de Audiovisuais vai ser instalado no Rio, no Instituto de Educação, entre 23 e 29 de julho, numa promoção da Associação Brasileira de Educação, que terá o patrocínio do MEC e do Governo do Estado da Guanabara.

A professora Alfredina Paiva e Souza, assessora da ABE, situou o rádio e a televisão como os meios importantes meios de comunicação de massa, explicando que 22 milhões de brasileiros analfabetos podem ser atingidos pelos recursos educativos audiovisuais.

O INSTRUMENTO

Difundir a cultura através do instrumento adequado, atuar nas emissoras visando modificar qualitativamente os valores do público e fornecer educação a 45% das crianças brasileiras que permanecem sem escolas, constituem-se em alguns dos objetivos do primeiro encontro de audiovisuais, segundo a sra. Alfredina Paiva e Souza, que pediu, para o êxito do encontro, a ajuda do Conselho Estadual de Cultura.

Simultaneamente ao I Congresso Brasileiro de Audiovisuais, se realizará no Instituto de Educação uma exposição do equipamento "sensório-educativo". As professoras apresentarão material de classe, enquanto produtores e firmas, igualmente, exibirão o trabalho em sua fase comercializado. A mostra objetiva familiarizar os congressistas às modernas técnicas de difusão audiovisual.

CONGRESSO REUNIRÁ 350 ESPECIALISTAS EM AUDIOVISUAL

Mais ensino e melhor ensino em menos tempo é o slogan do I Congresso Brasileiro de Audiovisuais que se realizará de 23 a 29 de julho, com o objetivo de fazer o levantamento de todos os recursos audiovisuais empregados para a educação no Brasil.

O conclave — promovido pela ABE e Secretaria de Educação da GB — terá 350 participantes, educadores e técnicos em audiovisuais, que atuarão em debates, pesquisas, organizando ainda uma exposição dos materiais em uso internacionalmente.

QUEM PODE

O congresso está aberto a todos os interessados, que dele poderão participar mediante inscrição na secretária da Associação Brasileira de Educação, Avenida Rio Branco n.º 91, 10.º andar. Durante os trabalhos os congressistas se reunirão no Instituto de Educação, onde também terá lugar a exposição de materiais.

A professora Alfredina de Paiva e Sousa, coordenadora geral do Congresso, esteve ontem reunida com a equipe de Comunicação de Massas, oportunidade em que traçou o programa geral do encontro o qual constará de cinco comissões: Audiovisuais nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

Audiovisuais nas práticas educativas e em atividades específicas; Audiovisuais, técnica de produção, uso e distribuição; Audiovisuais na educação popular e Audiovisuais para ensino de qualidade.

CIRCUITO

Um circuito fechado de televisão funcionará no IE durante o Congresso, para facilitar a experimentação das várias técnicas e métodos no emprego da televisão em campanhas de educação popular.

Conclusões e pesquisas alcançadas no Congresso servirão de base para a divulgação de novas técnicas de audiovisuais na educação incorporando-se em todos os aspectos do ensino tanto para crianças quanto para adultos.

Ilustração 28 - Jornal Correio da Manhã 19/05/1967 e 24/05/1967.

Após o congresso o Instituto de Educação do Estado da Guanabara assumiu o pioneirismo no debate pela formatação de um perfil de audiovisual educativo que dialogasse com o público brasileiro. O anuário de 1968, do Instituto de Educação do Estado da Guanabara, registra que o Conselho Técnico do Instituto aprovou por unanimidade a compra de um equipamento de televisão educativa no valor de cinquenta mil cruzeiros, que deveria ser pago em dois anos e estar instalado definitivamente até 31 de dezembro de 1968. Esse contrato foi firmado com um termo aditivo que facultava a opção de compra de um estúdio de melhor condição técnica, objeto de um empréstimo por doze meses, feita pela

empresa britânica Electric and Musical Industries (EMI), caso fosse possível a compra. Esse empréstimo⁴¹ foi para a consulta da direção geral do Instituto e teve autorização dada pelo governo do Estado da Guanabara.

Com a aquisição dos equipamentos houve a consolidação da participação do Instituto de Educação da Guanabara na elaboração de um projeto de televisão educativa que iniciou com pretensões locais, se ampliou e se integrou a proposta teleducação da FCBTVE, no sentido de apoiar a necessidade de iniciativas exclusivamente educativas com a linguagem televisiva. As professoras Alfredina de Paiva e Souza e Judite Brito de Paiva e Souza eram as coordenadoras do projeto que previa uma série de cursos de formação e treinamento em televisão educativa.

4.3.

As atividades do Circuito Fechado de TV Educativa do Instituto de Educação do Estado da Guanabara

O Instituto de Educação do Estado da Guanabara constituiu, em 1967, um circuito fechado de televisão educativa com quatro objetivos fundamentais⁴²: preparação e treinamento de pessoal para a televisão educativa, atendendo a expectativa do governo em aproveitar o potencial dos veículos de comunicação de massa na educação; uso da televisão como auxiliar no trabalho dos professores nas atividades de sala de aula em todos os níveis de ensino, desde o jardim de infância ao Curso Superior de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN); ampliação da área de influência pedagógica do Instituto, dando destaque na atualização das técnicas de didática, na divulgação científica e cultural, na orientação vocacional e na promoção socioeconômica e cultural do povo; e participação direta na reformulação dos padrões de televisão comercial da Guanabara, exercendo influência esclarecida e bem orientada na elaboração de programas culturais e artísticos das emissoras comerciais.

⁴¹ Processo 03/16603 de 6-5-68 (ofício EIE nº 113/68 de 30-4-68. A autorização foi publicada no BOE nº 1006 de 4-6-68. Informações retiradas do anuário de 1968 do Instituto de Educação.

⁴² Informações retiradas do anuário de 1968 do Instituto de Educação.



Ilustração 29 - Arquivo do Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI - Reprodução do Anuário do Instituto de Educação do Estado da Guanabara

Além da formação de professores e de pessoal para a televisão educativa, havia o interesse em ocupar a função de protagonista na análise crítica do conteúdo cultural e educativo exibido nas emissoras comerciais. Assumindo, assim, o papel de instituição legítima para definir a formatação adequada e pedagógica da linguagem audiovisual educativa e televisiva que deveria ser adotada pelas emissoras.

Entenda-se por televisão educativa (*Educational TV*) não apenas a televisão didática, escolar (*Instructional TV*), que constituirá o principal objeto de nosso exame, mas aquela que além das aulas formais, apresenta programações de teatro, música, pintura, documentários, eventos de interesse geral etc., visando a um melhor *status* do indivíduo. À sua formação intelectual, cultural e moral, e ao progresso da comunidade. (Judith Brito de Paiva e Souza, 1969, p. 286)

A partir desta idéia, foi criado o Primeiro Centro de Produção e Treinamento de Pessoal para a Televisão Educativa no Brasil, funcionando na Guanabara. Logo após, foi feito o primeiro convênio com FCBTVE, ampliando, de fato, a influência do Instituto em âmbito nacional.

Os equipamentos eram de excelente qualidade, mas os estúdios ainda não estavam completos. Essa estrutura foi utilizada para a realização do 1º Curso de Preparação para a Televisão Educativa, que recebeu inicialmente 106 professores da rede oficial de ensino do Estado da Guanabara⁴³. Foram duas turmas e o conteúdo do curso foi exposto em duas etapas. A primeira foi elaborada com palestras e demonstrações práticas sobre os seguintes assuntos⁴⁴:

1º Curso de Preparação para a Televisão Educativa - palestras e demonstrações práticas
1. Televisão Educativa: problemas de hoje, TVE no mundo e a experiência brasileira;
2. Origem e situação atual da televisão: teatro, rádio e cinema em face da televisão; características específicas da televisão, programações de televisão, estações e redes;
3. Elementos de eletrônica: ondas eletromagnéticas, a imagem, a cor, o som em TV;
4. Como opera a televisão: estrutura de uma emissora, o estúdio, a iluminação, a sala de cortes, os serviços complementares;
5. Produção de programas: a equipe de TV, o setor de artes, operação da câmara, apresentação de programa, importância da fala, técnica de preparação de roteiros;
6. Planejamento da Televisão Educativa: os programas de televisão educativa, os centros de produção, a rede de recepção.

Tabela 1 - Fonte Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI

Após o desenvolvimento de todos esses temas os alunos de dividiram em grupos, e iniciaram a parte prática do curso, produzindo programas de demonstração, empregando o conhecimento adquirido e principalmente manuseando os equipamentos para a produção e realização de programas educativos, que foram roteirizados a partir das seguintes áreas do conhecimento:

⁴³ O diretor geral do Instituto de Educação do Estado da Guanabara, José Teixeira d'Assumpção, e a diretora da Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral, Samira Khury de Andrade, participaram como alunos da primeira turma formada para o curso de Preparação para Televisão Educativa.

⁴⁴ Informações retiradas do anuário da Instituição de 1968.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	ROTEIROS / PROGRAMAS
1. Ciência	<i>Luz é Vida</i>
2. Música	<i>Música no curso primário</i>
3. Sociologia	<i>Liderança</i>
4. Psicologia	<i>Causas sensoriais do mau aprendizado</i>
5. Higiene	<i>Alimentação</i>
6. Educação Comunitária	<i>SOS! Professora (noções de primeiros socorros)</i>
7. Genética	<i>Os cromossomos</i>
8. História	<i>Ciclo do ouro</i>
9. Geografia	<i>O universo esse desconhecido</i>
10. Ciências Sociais	<i>Relações humanas na classe</i>

Tabela 2 - Fonte Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI

Oito desses programas foram gravados na TV Continental e exibidos em circuito aberto para os telespectadores da Guanabara. Mais tarde, seis deles se tornaram cópias em fitas magnéticas de ½ polegada e passaram a fazer parte de uma coleção de programas educativos⁴⁵, com títulos nacionais e internacionais, mantida de pelo Instituto de Educação.

Nessa fase inicial, os primeiros professores do curso foram: Alfredina de Paiva e Souza, diretora da Fundação João Batista do Amaral (FJBA); Judith de Paiva e Souza, assessora da FJBA, Allan Ferreira de Lima Oliva, do setor de comunicações da Embaixada Britânica; Gastão Roberto Coaracy, do setor de audiovisuais da USAID; John Vince, chefe do serviço de televisão da Embaixada Americana; e Sylva Chaves, do departamento de comunicação da Fundação Getúlio Vargas. Todos os escolhidos estavam inseridos em projetos, cujos objetivos ajustavam-se a formatação do perfil de teleeducação no Brasil, que neste momento, apresentava-se sob forte influência do capital internacional que atuava a partir de convênios para compra de equipamentos, no intercâmbio de profissionais e também na disseminação de propostas de alfabetização que atendessem aos

⁴⁵ Entre os títulos conservados: França- Ensino da Língua Francesa; Itália – Alfabetização de Adultos; Brasil – Alfabetização de Adultos: TV Escola FJBA.

interesses do mercado capitalista e beneficiasse a proposta de desenvolvimento social da ditadura civil-militar que ocupava o governo.

Ao lado de qualquer papel, os meios de comunicação de massa exercem uma grande função no controle social. Eles podem nesse sentido, concorrer de forma ponderável para disciplinar atitudes e mentalidades. Dadas essas possibilidades, os meios de comunicação de massa são postos, muitas vezes, a serviço de propósitos políticos, ideológicos ou econômicos. A fixação, nesses casos, das diretrizes, que assumem os instrumentos de comunicação é deliberada, parte de cima pra baixo ou é de identificação menos visível, isto é, mais sutil. No primeiro caso, a orientação dos meios de comunicação de massa é fixada através de leis e regulamentos. No outro caso, a orientação é, em parte, uma decorrência da filosofia de vida de uma coletividade, expressa em suas reações de aplausos e reprovação do público face aos meios de comunicação de massa e pressões, sobretudo de ordem econômica (LAGO, 1971, p.53)

O uso da televisão como veículo também a serviço da educação, não era apenas uma solução para os governos, mas era também uma aspiração social. A popularidade da televisão e as possibilidades técnicas do audiovisual, aliada à crítica sobre a baixa qualidade da programação das emissoras comerciais, propiciou o debate em defesa de programas mais educativos e instrutivos. Isso, de certa maneira, movimentou os profissionais da educação no sentido de reivindicar, apoiados no saber pedagógico e da didática, o pioneirismo nas experiências com teleducação.



Professores vêm ao Rio aprender TV Educativa

Professores dos níveis primários, médio e superior, vindos do Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Estado do Rio, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília estão aproveitando as férias escolares de julho para frequentar, no lado de colegas cariocas, o Curso de Preparação de Professores para a Televisão Educativa, que é dado no Instituto de Educação.

As coordenadoras da parte prática, professoras Judite Brito Fialva e Souza e Alfreddina do Prado e Souza, entregam a cada um dos alunos a tarefa de preparação de um programa e depois os reúnem para uma análise, em conjunto, dos resultados alcançados. Ao final, todos os trabalhos são entregues num só. Ainda na parte prática, os alunos entram em contato com o equipamento e tomam

Cerca de dois mil ex-combatentes da Força

Ilustração 30 - Arquivo do Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI – O Globo 16/07/1969

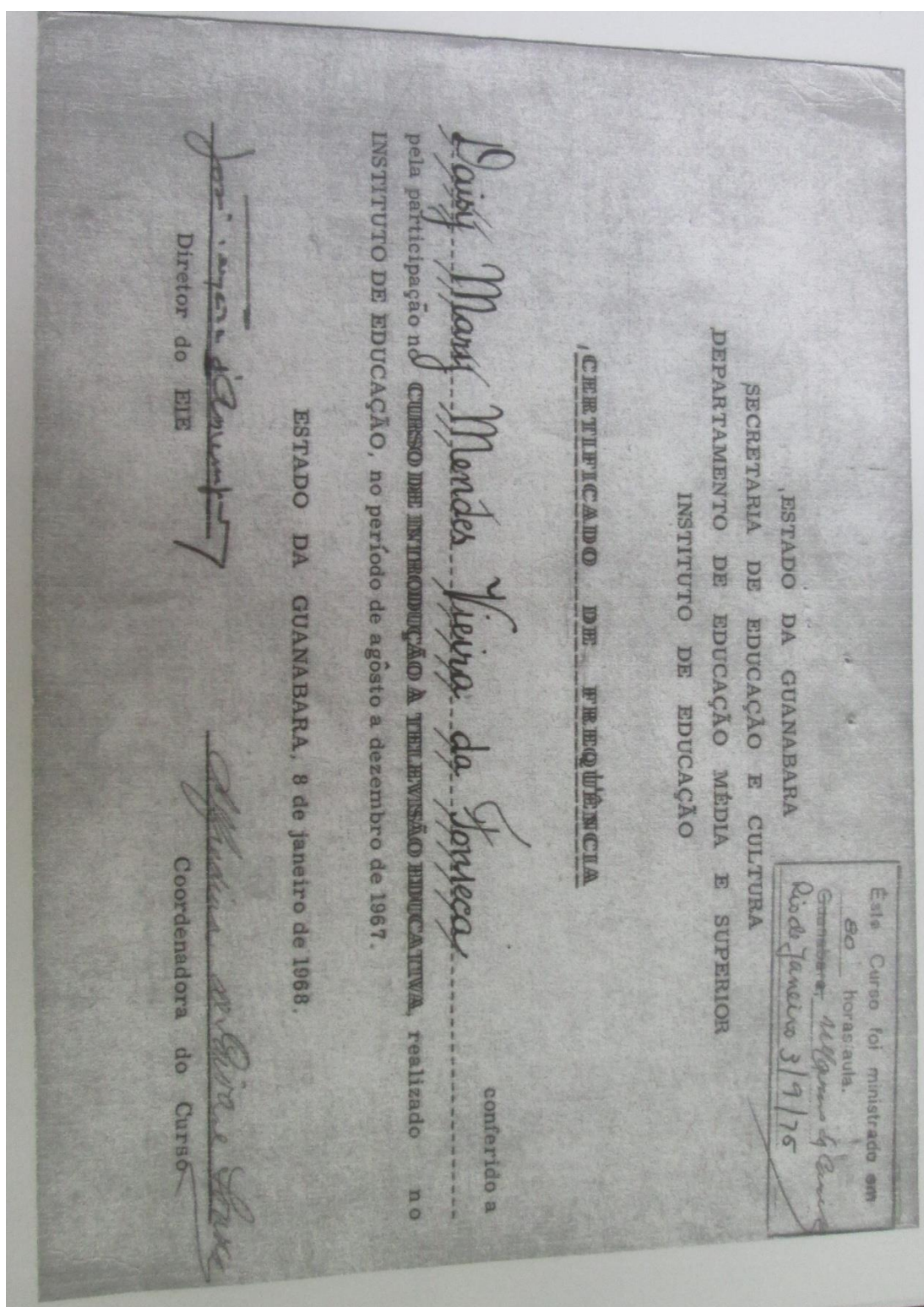


Ilustração 31 - Certificado de conclusão de curso - Arquivo Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI.

No Instituto de Educação da Guanabara a formação de professores seguiu durante o ano de 1968. Nos registros encontrados sobre as atividades do circuito

fechado de televisão educativa do Instituto, podemos destacar a intensidade na produção de materiais audiovisuais. Nesse período houve uma série de aulas sobre aspectos básicos da produção de programas educativos; as aulas práticas eram divididas em uma parte em estúdio e outra no setor de artes. As produções realizadas pelos alunos, nesse ano, evidenciaram uma série de programas televisivos de demonstração dedicados às mães, como os da listagem a seguir:

NOME DO PROGRAMA	TEMA DO PROGRAMA
A doce realidade	Trabalhos Domésticos
Fabricando espaços	Noções de Decoração
Casa para ver ou para viver	Funcionalidade do Lar
De pequenino se torce o pepino	Educação do Bebê
Conversa fiada	Desenvolvimento e Linguagem na Infância
Contando Histórias	Psicologia da Infância
Vou contar ao papai	Psicologia da Infância
O mundo muda	Psicologia da Infância e do Adolescente
Um artista mirim	Desenho e Pintura na Infância
Pais de hoje, filhos de ontem	Choque de Gerações e Psicologia da Infância e do Adolescente
No meu tempo não era assim	Compreensão x Repressão - Psicologia da Infância e do Adolescente
Ele não sabe o que quer	Pré-adolescente - Psicologia da Infância e do Adolescente

Tabela 3 - Fonte Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI

Esses programas demonstrativos foram gravados em magnetoscópio e exibidos no Instituto de Educação. Nos documentos encontrados não é possível afirmar que eles foram veiculados em alguma emissora comercial. Contudo, eles representam o caráter ideológico de programação educativa pregado no Instituto. Esses programas foram feitos em turmas mistas composta por professores e profissionais interessados em trabalhar em televisão educativa, em uma época em

que se discutia a definição do que era ou não educativo na televisão. Pelos títulos dos programas, podemos perceber uma orientação nítida voltada para a preservação dos valores da família, valores morais e afetivos que deveriam prevalecer. Também identificamos a associação com o formato dos programas de informação. Existem dois tipos básicos de programa de informação: os noticiários e os de interesse público. Os programas de interesse público podem assumir o formato de entrevistas, painéis de discussão, documentários; assumem uma linguagem de entretenimento sutil porque escolhe temas sérios respaldados em áreas de conhecimento científico.

4.4.

Televisão: entre o Modelo Comercial e o Educativo

Nos anos de 1960, o modo de fazer televisão se consolidou tendo como alvo principal a família. *A televisão brasileira, e principalmente no Rio de Janeiro, se consolida com base na idéia de que “o fazer televisão” é fazer programas “ajustados à rotina de horários de trabalho e de lazer de uma casa”. Daí que o “público” por excelência da televisão é a “família”* (Bergamo, 2010, p.64). As emissoras comerciais passaram a definir a grade de programação tendo como referência os membros da família. Foi também um período em que a programação recebeu críticas por ser muito popular, ou seja, priorizar demais programas de entretenimento, que eram de fato os mais assistidos da televisão brasileira. Foi criada uma campanha contra o grotesco na televisão liderada pelo colunista do jornal *Última Hora*, Eli Halfoun, em 1968, defendendo uma televisão sadia, sem atrações que apelasse a boa fé da audiência ou optasse pelo sensacionalismo (Ribeiro & Sacramento, 2010, p.112).

Nesse contexto, de crítica ao baixo nível da programação, a formação realizada no Instituto de Educação seguia parâmetros de revitalização da televisão, baseados no conceito de horizontalidade e verticalidade⁴⁶ utilizado pela TV Excelsior, em que as faixas de horário eram definidas da seguinte forma: manhã – programas infantis, tarde – programas femininos e noite – o horário nobre com noticiários, telenovelas e programas de auditório. Apesar de ter o foco na televisão

⁴⁶ Foi um sistema útil para organizar a grade de horário sistematizando e aumentando a venda de espaço publicitário. (Ribeiro & Sacramento, 2010)

educativa e defender a necessidade de uma televisão pública e educativa, o Instituto de Educação apostava em técnicas modernas de fazer televisão e o parâmetro brasileiro que existia era o da televisão comercial. Assim, investir na formação dos alunos, para a preparação de conteúdos femininos de interesse público, era uma maneira de mostrar que o educativo e, principalmente a presença do educador, era fundamental na preparação de temas para a televisão. Segundo Alfredina de Paiva e Souza (1969), os programas de radiodifusão educativa deveriam se inserir nos interesses e vivências das audiências, e por isso os professores precisavam conhecer profundamente a “*linguagem e pontuação*” características da televisão, com o objetivo de oferecer um conteúdo compatível com a audiência. A audiência das famílias estava atrelada a temas domésticos, a ensinamentos morais e cidadãos e a educação infantil.

Uma vez determinada a audiência, é fácil a escolha do conteúdo do programa, o qual terá de forçosamente enquadrar-se nos quatro tipos básicos: recreação, propaganda, informação ou ensino, ou combinar dois ou mais desses tipos. A forma depende, todavia, de elementos especiais, que são condicionados, de um lado, pela madureza do conteúdo, e de outro, pelos recursos disponíveis para a realização do programa. (...) A característica dominante desses programas é o impacto decorrente da realidade imediata. O valor educativo existirá na razão direta da seleção das tomadas ou cenas e nos comentários feitos a respeito das mesmas. (Alfredina de Paiva e Souza, 1969, p.440)

A audiência, nessa perspectiva, também assume o objetivo central da radiodifusão educativa, que tem a pretensão de conciliar a audiência doméstica comum com uma audiência específica formada por *telealunos*. O *telealuno* poderia ser o jovem e adulto em busca de alfabetização e certificação do curso primário; ou os próprios profissionais da educação interessados na complementação e especialização profissional. A formação para o magistério também foi contemplada com um curso de produção para televisão educativa, visando a realização de programas para a “Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário”, que foram elaborados pelos alunos que participaram do curso em 1967. Alguns programas foram gravados, outros só roteirizados e ficaram para avaliação no ano seguinte. Os títulos dos programas eram:

NOME DO PROGRAMA	TEMA DO PROGRAMA
Um retrato	Perfil profissional do professor
É falando que a gente se entende	Psicologia da infância e desenvolvimento da linguagem
Contando Histórias	Didática das ciências sociais

Tabela 4 - Fonte Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI

Outros programas foram elaborados para a experiência piloto de aulas através do circuito fechado do Instituto de Educação do Estado da Guanabara, segundo o anuário da instituição. São eles:

NOME DO PROGRAMA	TEMA DO PROGRAMA
A grande corrida	Ciências Sociais Econômicas: Expansão Demográfica e Ensino
Uma criança é uma criança	Psicologia da Infância
Ouvidos e olhos juntos	Didática Geral – Posição dos Auxiliares Audiovisuais no Ensino
Este mundo maravilhoso	Didática das Ciências
Olhos para ver	Didática das Ciências
Todos juntos podem mais	Valor da Cooperação na Vida Escolar
Para além destas paredes	A Escola e a Comunidade
Noções de radiciação	Matemática- Prof. Paulo Viveiros
Extração de raiz quadrada	Matemática- Prof. Roberto Cato
Ensinando a ver	Artes Plásticas - Prof. Ivaldo Ribeiro Branco

Tabela 5 - Fonte Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI

Esses programas apresentavam conteúdos específicos para os alunos do curso normal e foram idealizados para serem exibidos no circuito interno de televisão educativa da instituição. Porém, no ano seguinte, 1968, alguns jornais⁴⁷ noticiaram a inscrição para um estágio de produção em televisão educativa para a realização de 50 programas de televisão que comporiam o curso **Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário**, feito no Instituto de Educação do Estado da Guanabara. Este curso foi elaborado para ser exibido na televisão. Não encontramos informações que garantam a realização destes programas, como também a exibição deles em sistemas abertos ou fechados.

Os interessados em participar do estágio precisavam ter um certificado de curso de televisão educativa (nacional ou internacional), e seria dada prioridade aos ex-alunos dos cursos de formação em televisão educativa do Instituto de Educação, oferecidos no ano anterior em 1967. O estágio teria duração de três meses e o investimento seria de NCr\$ 50,00. Eram 50 vagas, uma para cada programa. Esse projeto se chamava **S.O.S! Precisa-se de Professor**, que era dividido a partir de fundamentos de psicologia da aprendizagem, de princípios gerais de metodologia e motivação geral. Desta forma, o curso foi elaborado em seis desdobramentos de motivação:

1. Mãos que carregam o mundo – O Mestre
2. Um pesado fardo leve – O Aluno
3. A herança da humanidade – A Matéria / Disciplina escolar
4. Em busca de rumos – O método
5. Dentro de quatro paredes – A Escola
6. O futuro no presente⁴⁸

A seguir, tabelas com os cursos previstos para estágio em televisão educativa do Instituto de Educação da Guanabara. Os cursos eram divididos em módulos temáticos, conforme foi publicado no Jornal Diário de Notícias de 23 abril de 1968.

⁴⁷ Fonte: Jornal do Brasil 23/04/68, Diário de Notícias 24/04/68

⁴⁸ O completo está ilegível na fonte- Diário de Notícias 24/04/68.

MÃOS QUE CARREGAM O MUNDO
<u>Todo homem é um educador</u> - a comunicação
<u>Nem todo educador é professor</u> - a especialização
<u>Viveiro de esperanças</u> - a escola normal
<u>A grande corrida</u> - expansão demográfica e tecnológica x ensino
<u>Mobilização geral</u> - o professor leigo
<u>Armas para a luta</u> - necessidade de preparação do mestre
<u>Meu retrato</u> - perfil profissional do professor

Tabela 6 – Módulo 1- O Mestre

UM PESADO FARDÃO LEVE
<u>Uma criança é uma criança</u> - caracterização da infância
<u>Ganhando corações</u> - psicologia da infância
<u>Choque entre gerações</u> - o adolescente
<u>O mundo está errado</u> - psicologia do adolescente
<u>De mãos vazias</u> – o adulto analfabeto
<u>Nunca é tarde para aprender</u> - psicologia do adulto analfabeto

Tabela 7 – Módulo 2 – O Aluno

A HERANÇA DA HUMANIDADE
<u>Riquezas acumuladas</u> – as matérias de ensino
<u>Ninguém é o que não tem</u> - professor e matéria
<u>Qual é o maior?</u> - organicidade e correlação do ensino
<u>Eu sei que não sei</u> - atualização constante de conhecimentos
<u>Caminhos convergentes</u> – princípios gerais do ensino
<u>É falando que a gente se entende</u> - ensino da linguagem
<u>Ouvidos e olhos juntos</u> - audiovisuais
<u>Devagar se vai ao longe</u> - marcha da aprendizagem
<u>No mundo dos números</u> - ensino da matemática
<u>Vida cheia de problemas</u> - o raciocínio
<u>Subindo a montanha</u> - decomposição de problemas
<u>Eta mundo maravilhoso</u> – ensino de ciências e educação sanitária
<u>Um mundo tão pequeno</u> - ensino de geografia e economia

<u>Nosso Brasil</u> - <i>ensino de geografia e economia</i>
<u>Contando historia</u> – <i>ensino de história e política</i>
<u>O futuro começa hoje</u> - <i>ensino de história e política</i>
<u>Ninguém colhe o que não planta</u> - <i>cidadania</i>
<u>Semeando o Brasil do futuro</u> – <i>cidadania</i>

Tabela 8 – Módulo 3 – A Matéria

EM BUSCA DE RUMOS
<u>Uma corrente sem fim</u> - <i>continuidade das experiências metodológicas</i>
<u>As raízes do passado</u> - <i>crítica da escola tradicional</i>
<u>Os perigos da estrada</u> - <i>crítica da escola renovada</i>
<u>Vigem segura</u> - <i>necessidade e valor dos métodos de ensino</i>
<u>Saber escolher</u> - <i>adequação aos métodos, as necessidades, possibilidades dos educandos</i>
<u>Ensinar e aprender</u> - <i>aplicação dos métodos</i>
<u>Ação e formação</u> - <i>superioridade dos métodos ativos</i>
<u>Só se fala bem o que se quer</u> - <i>valor da motivação</i>
<u>Só interessa o que tem valor</u> - <i>pesquisa sobre motivação</i>

Tabela 9 – Módulo 4 - O Método

DENTRO DE QUATRO PAREDES
<u>Dentro de quatro paredes</u>
<u>Fabricando futuro</u> - <i>a escola</i>
<u>Aprendendo a viver</u> - <i>funcionalidade da escola</i>
<u>Formação ou informação</u> – <i>condições de vida escolar</i>
<u>Todos juntos podem mais</u> – <i>valor da cooperação na vida escolar</i>
<u>Para além destas paredes</u> - <i>a escola e a comunidade</i>

Tabela 10 – Módulo 5 – A Escola

O FUTURO NO PRESENTE
<u>Quando começa o futuro?</u> - <i>bases filosóficas do ensino</i>
<u>A marcha da Humanidade</u> – <i>objetivos da educação</i>

Tabela 11 Módulo 6 – (Ilegível)

Neste período, no Estado da Guanabara, havia grande necessidade de formação de professores e o Instituto de Educação do Estado da Guanabara era a principal escola normal do Estado. Contudo, a áurea dos anos dourados de 1950 não tinha o mesmo brilho. Segundo Lopes (2006) na contra mão do que é admitido no senso comum, os anos de 1950 marcaram a primeira crise no Instituto de Educação. O motivo foi a necessidade de formar um número maior de professores para atender o aumento da demanda no ensino primário e o aumento das vagas por motivos eleitoreiros, que super lotaram as turmas do Instituto de Educação do Estado da Guanabara. O excesso de alunos descaracterizou o espaço físico, salas de trabalho especializado foram transformadas em salas comuns, laboratórios foram desativados, e surgiram os primeiros registros de baixo rendimento em concursos de seleção. Na década seguinte, alguns profissionais da educação ainda desfrutaram do prestígio social da instituição, que no ano de 1968 formou a última turma a ter ingresso automático nos quadros do magistério do Estado da Guanabara. A qualidade e excelência na educação, devido ao caráter de escola-laboratório, ainda estava no imaginário das pessoas, e o Instituto precisava reconstruir de fato a qualidade educacional assumindo o pioneirismo em atividades experimentais e inovadores no setor pedagógico.

Porém, a partir dos anos de 1970, a massificação do ensino, a demanda da população por proteção social e o processo de globalização crescente, colocam-se à frente da educação, mudando toda a organização do trabalho pedagógico e também do trabalho docente. Como Esteve (1995) explica: *“a passagem de um sistema de ensino de elite para um sistema de ensino de massas implica um aumento quantitativo de professores e alunos, mas também o aparecimento de novos problemas qualitativos, que exigem uma reflexão profunda”* p.96. Ensinar para grupos de crianças homogêneas pela seleção social, cultural e econômica, como as tradicionalmente matriculadas nas séries iniciais do Instituto de Educação da Guanabara, não representavam a realidade dos novos quadros de alunos do Estado da Guanabara. A massificação da educação implicou na busca de alternativas para o atendimento dessas novas demandas, e conseqüentemente, na preparação do professores para novos métodos de aprendizagem capazes de suprir e dialogar com as diferenças socioeconômicas e culturais dos alunos. Desta forma, a ampliação da área de influência do Instituto de Educação do Estado da

Guanabara, destacou o trabalho no desenvolvimento de uma linguagem educativa na televisão, como proposta de atualização das técnicas de didática com a intensificação do uso do audiovisual no ensino formal e não formal.

Quando nos grandes centros do País, o ensino direto dispuser de número suficiente de professores para atendimento de todos os alunos, então certamente, podemos ter a televisão numa atuação complementar, integrando e enriquecendo as atividades de classe. É o que ocorre na França, Inglaterra, Estados Unidos e tantos outros países. (...) No Brasil, no entanto, o que atualmente ocorre, no ensino pela TV, é a substituição, na maioria das vezes, de professores por monitores, junto aos alunos, por serem aqueles, ainda, em número deficitário.

De qualquer modo, o que a televisão tem realizado, nos países em desenvolvimento, caracteriza plenamente o seu papel na educação das massas e no aprimoramento do ensino. (Judith Brito de Paiva e Souza, 1969, p.287)

Durante o período pesquisado, cerca de 250 professores se inscreveram nos cursos do Instituto, segundo dados contidos em documentos que podem ser encontrados no Centro de Memória do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Porém, as informações obtidas nos jornais da época, indicam que o número de profissionais formados nos curso do Instituto é maior. Nos primeiros anos, foi oferecido apenas o *Curso Introdução a TV Educativa*. A duração dos cursos podia variar entre 80h ou 112h. Depois, no início dos anos de 1970, os cursos se diversificaram: Preparação para a TV Educativa (54h ou 60h), Comunicação de Massa e Educação pela TV (60h), Comunicação e Expressão através da TVE (60h), Técnica Operacional – manuseio de equipamentos e produção de programas em estúdio e externas (teórico- prático 60h e estágio de 48h). Estes cursos eram compostos com turmas que variavam entre 17 e 115 alunos inscritos.

Em documento sobre a abertura do *Curso de Preparação para Televisão Educativa*, datado de 20 de abril de 1970 e assinado pelo diretor geral do Instituto, José Teixeira de Assumpção, encontramos os critérios de seleção do professores. A prioridade eram para os catedráticos do EIE, depois para os professores lotados no Instituto de Educação e nas escolas normais oficiais, seguido de professores de escolas normais particulares, professores do ensino superior, médio e primário do Estado da Guanabara, professores que exercessem funções no Estado da Guanabara e por último profissionais de áreas diversas interessados em televisão

educativa. Os alunos deveriam pagar uma contribuição de NCr\$ 60,00 correspondente ao material ilustrativo e apostilas. No ano seguinte, outro documento referente ao *Curso de Preparação para Técnicos em Televisão Educativa*, com duração de dois meses, pedia contribuição de Cr\$ 120,00.

Em 1973, o Instituto de Educação ampliou a concepção de ensino para o uso da televisão com a modalidade *Curso de TV Educativa integrada aos Estudos Adicionais*, com atividades cujos temas eram: informações básicas sobre TV e sua utilização no contexto socioeconômico e cultural, e o despertar do interesse do professor em estudos adicionais para o valor da TV educativa como importante meio de comunicação de massa que interfere na capacidade de percepção e assimilação do aprendizado. O conteúdo das aulas era formado por conhecimentos sobre movimentos e planos de câmera para TV, iluminação, técnicas de produção, tipos de programas, roteiros e apresentação. No mesmo ano, iniciou-se o atendimento aos alunos da quinta série, com objetivo de preencher o tempo livre com atividades consideradas construtivas. Eles aprendiam noções básicas de câmera, iluminação, uso do microfone para apresentação em TV, além de aulas de avaliação dos programas educativos das TVs comerciais e dos programas gravados pela TV educativa do Instituto. Nove turmas foram atendidas, totalizando 340 alunos.

O curso de formação para televisão educativa seguiu com objetivo que alocava o professor como produtor de conteúdo, capacitado tecnicamente para trabalhar em estúdio de televisão. A mesma proposta foi apresentada aos alunos da quinta série com o propósito também de ensiná-los, a partir da ótica da TV educativa praticada no Instituto, a avaliar a programação da TV Comercial. Conhecer a técnica televisiva e as possibilidades dela era o caminho para ter uma visão crítica sobre o conteúdo veiculado. E, nesse ponto de vista, só quem conhece os bastidores da televisão é capaz de não se deixar levar apenas pelo encantamento e entretenimento, mas absorver e ampliar as informações “relevantes” que são cunhadas nos ambientes educacionais e científicos.

A modalidade de curso, Comunicação de Massa e Educação pela TV, oferecida nos anos de 1970, indica a preocupação em abordar aspectos sociais, culturais e econômicos da televisão na formação dos professores. Não encontramos as referências bibliográficas do curso na documentação pesquisada. Contudo, em texto publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no

ano de 1971, a professora Judith Brito de Paiva e Souza, uma das coordenadoras do curso do Instituto, escreveu:

“As novas comunicações de massa – cinema, rádio, televisão – são novas linguagens, cujas gramáticas ainda são desconhecidas. Cada uma delas codifica a realidade de um modo diferente.”*

Considerando a televisão como canal em educação, é oportuno advertir que seu uso não deverá consistir apenas numa transmissão de programas educativos ou, mais restritamente, de programas didáticos comuns, através da televisão. Só o conhecimento a combinação de todos os elementos que integram o processo de comunicação de massa, e o domínio dos recursos próprios dêste canal permite a plenitude de sua utilização. (Judith Brito de Paiva e Souza, 1970, p.95).

No trecho anterior, a professora cita Edmundo Carpenter, referenciado no livro *Revolução da Comunicação*, organizado também por Marshall McLuhan. O livro é uma coletânea de artigos de vários estudiosos do tema comunicação de massas, publicado originalmente nos anos de 1950 na revista *Explorations*, da Universidade de Toronto. A revista analisava a gramática dos veículos de comunicação de massa impressos, auditivos e audiovisuais. McLuhan (1974) destacava que é ilusório acreditar que educação e entretenimento são totalmente distintos e afirma que tal ilusão serve apenas para aliviar a responsabilidade dos produtores de conteúdos e de seus financiadores sobre o que é exibido nos canais de televisão, nas emissoras de rádio, e no cinema. Educação e entretenimento estão juntos e é sabido que tudo “*que agrada ensina mais eficientemente*” (p.20). A relação entre entretenimento e veículos de comunicação é inevitável, e os formatos educativos precisam dialogar com essa característica.

Entre as finalidades do circuito fechado de TV do Instituto, destacamos a integração da TV com o trabalho docente como um ponto de partida para uma metodologia voltada para o ensino com o uso da televisão. Foram as primeiras experiências com a teleducação, a partir de um olhar que visava contemplar a operação técnica da TV, a formação pedagógica e as peculiaridades de uma linguagem de comunicação de massa audiovisual. O ambiente do Instituto possibilitava compreender o uso da televisão para os diferentes públicos escolares, reunindo técnicas pedagógicas consideradas adequadas a cada faixa etária e a cada nível de escolarização. Os tipos de programas realizados pelos alunos dos cursos

podem ser identificados pela via da educação formal (cursos específicos de uma determinada disciplina ou supletivos) ou da educação não formal.

Os padrões de televisão educativa propostos pelo Instituto estavam de acordo com prerrogativas culturais e artísticas compatíveis a dos intelectuais do período, bem como ao modelo definido por eles como ideal de entretenimento construtivo na televisão. O professor e ex-diretor do Instituto, José Teixeira de Assunção atuou como docente no curso de formação de professores e escreveu em artigo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1970, o seguinte comentário:

Um professor que deseje produzir uma aula para a TVE deverá antes de tudo conhecer a televisão, seus efeitos, sua linguagem, seus recursos e suas limitações, para que o roteiro resulte numa aula apreciável. Não basta, também, dar o assunto da aula a um roteirista não professor para que uma boa aula seja criada. Só mesmo o professor senhor do assunto e sabendo o que deve ser valorizado, poderá fazê-lo eficientemente, se for conhecedor da técnica da televisão. Por essa razão, devem ser difundidos os cursos que preparam professores para a Televisão Educativa. (...) Imaginemos uma emissora de Televisão Educativa ou um Centro de Produção que dispusesse de pessoal altamente qualificado, onde os operadores de câmara pudessem captar as imagens de um concerto sinfônico, justamente aquelas que se deveriam captar quando um instrumento estivesse fazendo um “solo”, o regente desse uma “entrada” a um naipe de instrumentos, ou um tímpano fizesse um “tremulo” em fortíssimo. (...) E compare-se isso com a situação que oferece uma emissora comercial para a apresentação de programas educativos. p.279/280.

O circuito de TV educativa do Instituto funcionou como um laboratório de experiências audiovisuais com professores, profissionais de televisão, técnicos e profissionais interessados no assunto. Inicialmente o público alvo eram professores, mas em pouco tempo, outros objetivos se tornaram também prioridade como: a formação de mão de obra para o corpo técnico das TVs estatais, a formação dos próprios alunos nos diferentes níveis escolares, a definição de uma linguagem para a televisão educativa no país.

A formação pedagógica, realizada no Instituto de Educação do Estado da Guanabara, para elaboração de programas educativos estava empenhada em desenvolver no professor habilidades sobre produção em televisão. O conteúdo

dos cursos e seminários reunia uma série de conhecimentos específicos sobre o funcionamento da televisão, agrupando informações de teor técnico e sociocultural que tinham como objetivo final criar um modelo de teleducção que agregasse os interesses do Estado da Guanabara, da UNESCO e dos órgãos internacionais aos objetivos e necessidades pedagógicas para o ensino desenvolvido no Estado. O pensamento pedagógico disseminado pelo Instituto de Educação, tendo como figura central a professora Alfredina de Paiva e Souza, foi o modelo seguido para a radiodifusão educativa da época.

A radiodifusão educativa, em uma primeira análise, se apresenta como um conceito amplo de significados abrangendo as múltiplas possibilidades educativas que podem se enquadrar na programação do rádio e da televisão. A definição do termo, na proposta de Alfredina de Paiva e Souza, consistia na presença de algumas características como: intencionalidade na ação formativa; adequação ao nível de audiência; inserção em um planejamento global; previsão dos efeitos a atingir; e condição para avaliar esses efeitos.

A relevância da definição da proposta de televisão educativa praticada no Instituto de Educação parte da premissa que existem dois aspectos básicos e interligados ao formato televisivo quando nos referimos aos conteúdos educativos. O primeiro se configura em um plano geral que visa propagar conhecimentos que promovem práticas sociais, culturais e econômicas, é direcionado às grandes audiências, tem apelo comercial, mas foca em assuntos e temas importantes para o desenvolvimento humano e social das audiências. Já o segundo se estabelece pela necessidade de um planejamento que assegure a intencionalidade do caráter instrutivo do conteúdo apresentado na programação. Pode-se alcançar uma grande audiência, mas tem objetivos sólidos em relação a determinados públicos. O professor deveria estar à frente nesta proposta, guiando cada passo da produção. O professor e diretor do Instituto de Educação, nos anos de 1960, escreveu o seguinte:

Que papéis pode ou deve desempenhar o professor na TVE? Ainda não se fez estudo minucioso a respeito, mas do extremo da não existência de educador qualificado num programa chamado educativo até uma equipe composta toda ela de professores, tanto mais certos estaremos quanto mais próximos desta posição estivermos.

Que extraordinário operador de audição seria um professor de música; que magnífico cortador na encenação de uma peça teatral seria um professor de arte dramática; que perfeita apresentadora seria uma professora de canto desde que, todos, evidentemente, se tivessem preparado para essa atuação. Mas, acima de tais funções, que não seriam desempenhadas obrigatoriamente por professores, parece-nos necessário que sejam realmente professores o diretor da emissora, os diretores de programação e de produção, os produtores, os diretores e o apresentador. (Assunção, 1969, p.279)

O posicionamento revela que a televisão educativa deveria ser gerida por educadores, que com a formação adequada também seriam diretores e produtores dos conteúdos educativos. A chamada programação educativa, em seus dois aspectos básicos, deveria ser produzida por professores. Assim, a formação docente adequada seria transformá-lo em professor-produtor de programas educativos, apto para atuar em qualquer emissora de televisão. Porque era detentor de conhecimentos técnicos, artísticos e pedagógicos, além de ser um intelectual capacitado para discutir a influência dos veículos de comunicação na sociedade. A formação pretendida no Instituto ampliava o espaço de atuação do professor que estava restrito à sala de aula. A tecnologia dos veículos de comunicação de massa e a educação passaram a ser também uma temática relevante de discussão na formação do professor que, nesta perspectiva, entrava na disputa por espaço de trabalho no mercado de radiodifusão educativa.

4.5. Experiências em Circuito Aberto: A TV do Instituto de Educação do Estado da Guanabara

Durante os anos de 1970 e 1971, o Instituto de Educação do Estado da Guanabara ocupou o horário nobre do canal 9, em circuito aberto. A programação exclusivamente educativa era exibida entre as 19h e 21h, de segunda a sexta-feira. Cabe ressaltar que nesse período não existia um canal de TV público, exclusivamente educativo. Essa experiência deixou pouca memória, contudo é um marco para televisão educativa no Estado da Guanabara. Entre os documentos encontrados, destacamos a grade de programação que nos dá pistas sobre os

valores educacionais e pedagógicos do trabalho desenvolvido pela TV do Instituto de Educação. A TV do Instituto foi uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara e por isso alguns jornais da época, como o *Correio da Manhã*, identificavam essa experiência como a TV Educativa da Guanabara.



Ilustração 32 - Jornal Correio da Manhã 13/11/1971

TVE - EIE - CANAL 9					
2a. FEIRA	3a. FEIRA	4a. FEIRA	5a. FEIRA	6a. FEIRA	
19,00 - 19,05 h 1- ABERTURA	19,00 - 19,05 h 1A-ABERTURA	19,00 - 19,05 h 1- ABERTURA	19,00 - 19,05 h 1A-ABERTURA	19,00 - 19,05 h 1- ABERTURA	
19,05 - 19,25 h 2- CONTANDO HISTÓRIAS	19,05 - 19,20 h 12- CANTE TAMBÉM	19,05 - 19,25 h 2- CONTANDO HISTÓRIAS	19,05 - 19,20 h 12- CANTE TAMBÉM	19,05 - 19,25 h 2- CONTANDO HISTÓRIAS	
19,25 - 19,30 h 3- QUE É? QUE É?	19,20 - 19,25 h 13- CARTAS	19,25 - 19,30 h 3- QUE É? QUE É?	19,20 - 19,25 h 13- CARTAS	19,25 - 19,30 h 3- QUE É? QUE É?	
19,30 - 19,40 h 4- NO REINO ENCANTADO	19,25 - 19,40 h 14- BALE	19,30 - 19,40 h 4A- TEATRINHO	19,25 - 19,40 h 14- BALE	19,30 - 19,40 h 4- NO REINO ENCANTADO	
19,40 - 19,50 h 5- CURIOSIDADES	19,40 - 19,50 h 15- DESENHAR É FÁCIL	19,40 - 19,50 h 5- CURIOSIDADES	19,40 - 19,50 h 15- DESENHAR É FÁCIL	19,40 - 19,50 h 5- CURIOSIDADES	
19,50 - 20,00 h 6- SURPRESAS	19,50 - 20,00 h 16- PELO BRASIL	19,50 - 20,00 h 6- SURPRESAS	19,50 - 20,00 h 16- PELO BRASIL	19,50 - 20,00 h 6- SURPRESAS	
20,00 - 20,10 h 7- INFORMATIVO	20,00 - 20,10 h 7A- INFORMATIVO	20,00 - 20,10 h 7- INFORMATIVO	20,00 - 20,10 h 7A- INFORMATIVO	20,00 - 20,10 h 7- INFORMATIVO	
20,10 - 20,20 h 8- EFÊMERIDES	20,10 - 20,25 h 17- GUIDE DE SUA VOZ	20,10 - 20,20 h 8- EFÊMERIDES	20,10 - 20,25 h 17- GUIDE DE SUA VOZ	20,10 - 20,20 h 8A- VARIEDADES	
20,20 - 20,25 h 9- LIVROS	20,25 - 20,30 h 18- QUE É?	20,20 - 20,25 h 9- LIVROS	20,25 - 20,30 h 18- QUEM É?	20,20 - 20,25 h 9- LIVROS	
20,25 - 20,45 h 10- INGLÊS	20,30 - 20,45 h 19- CONSULTÓRIO DIDÁTICO	20,25 - 20,45 h 10- INGLÊS	20,30 - 21,00 h 19A- NOSSOS IRMÃOS PORTUGUESES	20,25 - 20,45 h 10- INGLÊS	
20,45 - 21,00 h 11- GENTE E FATOS	20,45 - 21,00 h 11A- GENTE E FATOS	20,45 - 21,00 h 11- GENTE E FATOS		20,45 - 21,00 h 11A- GENTE E FATOS	

Ilustração 33 - Grade de programação da TVE do Instituto de Educação do Estado da Guanabara - Circuito Aberto, canal 9. Fonte: Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI

A televisão educativa do Instituto de Educação em circuito aberto tem poucos registros. Um deles é a convocação para cursos de aperfeiçoamento de professores em rede de televisão aberta, datado de 1971.

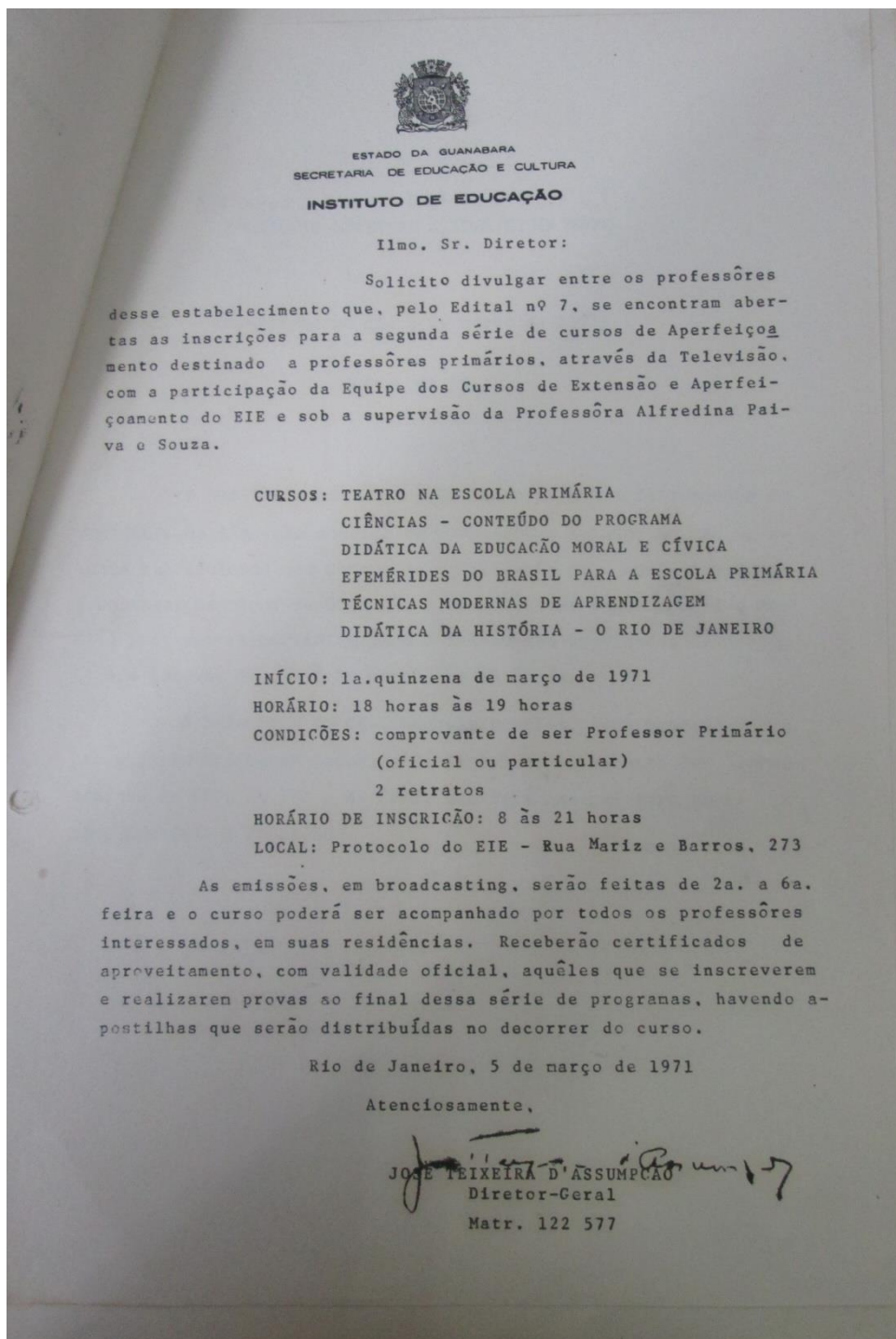


Ilustração 34 - Fonte Centro de Memória do Instituto de Educação – CEMI

Por apenas dois anos a TV Educativa do Instituto de Educação apresentou em canal aberto sua produção e concepção de conteúdos educativos e instrutivos,

bem como sua visão de televisão como utilidade pública. Escolher os conteúdos de emissão e organizá-los em uma grade de horários não é um procedimento neutro, essas decisões contribuem para formar a identidade da emissora. Uma vez definido o estilo, cria-se uma série de fatores que vão dar credibilidade ou não às informações veiculadas. Uma emissora de televisão constrói a sua própria imagem através dos canais de comunicação que ela possui. Nesse caso, parte de sua credibilidade estava na instituição escolar, representada no prestígio do Instituto de Educação.

Percebemos que a grade de programação, apesar de curta, segue o padrão das emissoras comerciais: a primeira parte dedicada ao público infanto-juvenil, o segundo momento traz uma proposta de variedades e informação, e o terceiro momento é direcionado à audiência que busca instrução, cursos, capacitação. Em reportagem do Jornal do Brasil do dia 20 de novembro de 1971, a professora Alfredina de Paiva e Souza define a programação da Televisão Educativa do Instituto como um instrumento de teste de programação, que pode atingir qualquer nível, porque o Instituto reunia alunos do jardim infância até o curso de formação de professores do ensino médio, um público diversificado que poderia ser utilizado nas experiências didáticas da programação. A reportagem não desenvolve o pensamento da educadora, mas pela trajetória de ensino e treinamento para o uso da televisão, percebemos que a importância dessa experiência está na oportunidade de ter um contato direto com a audiência. Nosso objetivo nesta pesquisa, não é abordar a recepção, contudo, a idéia de uma audiência totalmente passiva diante da televisão recebia, dessa forma, novos contornos a partir do momento em que audiência é classificada como letrada e em busca de melhorar o seu conhecimento. A televisão do Instituto de Educação da Guanabara já nasceu visando uma audiência diferenciada, acostumada ou ambientada aos valores de uma cultura letrada, escolarizada e elitizada entre as instituições de educação.

4.6.

Transição da Televisão Educativa do Instituto de Educação do Estado da Guanabara.

No CEMI e nos jornais pesquisados não encontramos registros indicando precisamente o fim das atividades da televisão educativa do Instituto de Educação do Estado da Guanabara. Nos arquivos da Instituição existe partes de um documento intitulado *Projeto TVE – EIE. Formação de Recursos Humanos para a TVE*, assinado por Alfredina de Paiva e Souza, em 1974. O documento apresenta um histórico de atividades do Instituto de Educação com televisão, apontando como situação atual da televisão educativa a existência de um centro de produção de conteúdos educativos, a FCBTVE ligada ao MEC; e a existência de emissoras exclusivamente educativas em diversos estados brasileiros: Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O arquivo destaca que desde 1967 o Instituto de Educação do Estado da Guanabara vem contribuindo para a implementação da televisão educativa no Brasil, afirmando que em todas as emissoras educativas do país existe um antigo aluno dos cursos oferecidos pelo Instituto, colocando-o como o maior provedor de mão de obra qualificada para produção de conteúdos educativos para TVE.

O documento é o registro de um projeto para a manutenção da televisão educativa no Instituto, cujo teor destaca como proposta o uso dos seus estúdios para a produção e transmissão de programas em emissoras comerciais, como ocorreu entre 1970 e 1971, no canal 9; além do uso dos estúdios para a programação do circuito fechado da instituição e para pesquisas sobre as possibilidades de uso da televisão na educação. Para ambas as propostas, a explicação apresentada estava na necessidade de mão obra qualificada e na vantagem que seria manter ativo um curso regular de preparação de pessoal para produção de conteúdo educativo para a televisão.

A meta do projeto era formar, em nove meses, o mínimo de 60 roteiristas e produzir o mínimo de 120 roteiros. Entre os objetivos apresentados no projeto estava integrar a televisão como fator complementar do corpo docente e discente, acelerando a introdução de novas tecnologias educacionais no sistema escolar. A programação educativa, em qualquer suporte tecnológico, deveria estar de acordo com o currículo aprovado para sistema escolar com apoio do MEC e os professores e alunos deveriam estar preparados para utilizar qualquer tipo de recurso tecnológico em sala de aula. A intenção em delimitar um espaço de discussão sobre as novas tecnologias e a educação, no nítido propósito de

transformá-la também como parte do currículo de formação de professores, pode ser vista no trecho a seguir, proferido por Judith Brito de Paiva e Souza, que já em 1969, discutia a influência dos meios de comunicação de massa no processo de formação humano, seja pela via da escola ou da sociedade.

A escola não tem o direito de alhear-se dessas conquistas da inteligência humana, sob pena de marginalizar-se. Ela tem que inserir-se em seu meio social, em sua época, renovando, permanentemente, seu sistema de ensino. Não se trata mais de preparar o indivíduo para o futuro mas de propiciar-lhe condições que o capacitem para a atualização de cada momento.

O mínimo que se lhe pede é que esteja preparada para acompanhar a influência dos novos veículos de comunicação, principalmente sobre a juventude, para orientá-la ante o vultoso e indiscriminado afluxo de informações e sugestões.

Um fato de que tivemos conhecimento ilustra bem a lamentável defasagem que às vezes se verifica entre as duas evoluções: a do meio social e a da escola. Um professor procurava convencer os alunos da redondeza da Terra. Referiu-se, então, às velhas observações da sombra do nosso planeta na lua, por ocasião do eclipses lunares, e ao aparecimento e desaparecimento de navios na linha do horizonte. Não lhe ocorreu, no entanto, outra prova, mais recente e mais acessível, logo lembrada por um dos seus alunos: a imagem da terra transmitida pela televisão.

Incontestavelmente, os mais poderosos meios de comunicação de massa – cinema, rádio e televisão – devem constituir-se os melhores aliados da educação em nossos dias. Sobretudo a televisão. (Judith Brito de Paiva e Souza, 1969, p.285)

A postura adotada pelo Instituto de Educação do Estado da Guanabara já observava a televisão como instância de formação social e cultural, compreendendo esses veículos de comunicação de massa se configuravam como importantes dispositivos técnicos que operam em diferentes esferas do cotidiano, interferindo na nossa percepção da realidade, nas formas de aprendizagem, e também na produção e difusão de informações e conhecimentos. Portanto são ferramentas importantes na vida das novas gerações, que funcionam como instituições de socialização e produtoras de cultura, paralelas à instituição escolar (Bévort&Belloni, 2009). Naquele momento, havia necessidade de pensar no papel da escola em um contexto social que se configurava cada vez mais mediado pelo cinema, rádio e televisão, característica que exigia habilidades específicas dos docentes e dos discentes. Nessa ocasião, na formação de professores, acreditou-se

que ensinar as técnicas que envolviam as etapas de produção de um programa de televisão seria o melhor caminho para o fortalecimento da teleducação.

Não encontramos documentos que confirmassem a execução desse projeto. E também não descobrimos registros sobre o fim das atividades de teleducação utilizando os estúdios no Instituto de Educação. Essa experiência pioneira foi esquecida com o passar dos anos, os equipamentos instalados nos estúdios ficaram obsoletos⁴⁹. A formação de professores para o uso dos veículos de comunicação de massa assumiu novos contornos, em que a figura do professor no centro de controle das produções educativas na televisão, influenciando cada etapa de produção – da criação do roteiro até captura e edição das imagens – deixou de ser tão importante.

Porém, destacamos que as informações e notícias sobre a TVE do Instituto de Educação ou TVE da Guanabara pararam de ser veiculadas nos jornais da época com a consolidação da FCBTVE materializada na construção da nova sede na Av. Gomes Freire. Houve um esvaziamento dos profissionais, professores como Alfredina de Paiva e Souza e Manuel Jairo Bezerra, passaram a integrar também o quadro de funcionários da Fundação e a assumir projetos com interesses de âmbito nacional.

4.7.

FCBTVE e o treinamento de pessoal televisão educativa: professores e técnicos

No ano de 1968, a Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa se fixou em uma sede provisória na Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 928, em um imóvel alugado. Parte dos móveis foi cedida pelo presidente da Fundação, Gilson Amado. Começaram a trabalhar na nova sede o diretor administrativo Antônio Gomes, o assessor do presidente Manoel Jairo Bezerra, a tesoureira Vanilda de Assis e outros funcionários: Neide Nunes, Ferreira de Almeida, Roberval Antunes, Maria das Graças Albuquerque Trigueiro, Otávio Faria e Nilza Abrantes. Pouco tempo depois se juntaram a esse grupo: Franci Silveira Borges,

⁴⁹ Em conversa informal sobre a Televisão Educativa do Instituto de Educação, os profissionais do CEMI acreditam que os equipamentos foram doados para alguma instituição do governo. Lá existe apenas um equipamento, um epidioscópio de 1967.

Maria Helena de Oliveira, Octaviano Miguel Martins e a professora Alfredina de Paiva e Souza.

Neste período, esses colaboradores estiveram envolvidos na revisão do projeto de *Recuperação do Ensino Primário*, iniciado em 1967 e no planejamento de um projeto de curso para professores leigos, elaborado pelo professor Manoel Jairo Bezerra.

Também em 1968, com a realização do 1º Seminário Internacional de Televisão Educativa, a FCBTVE se posicionou como uma referência em televisão educativa na América Latina e acrescentou às pesquisas que estava realizando as observações feitas pelos técnicos internacionais que participaram do evento. O objetivo era verificar as possibilidades de expansão da rede nacional de TVE e para isso convidou os professores Leo Lesch e Ítalo Neri para participação em seminários e congressos sobre informações para a televisão educativa.

Em 1969, a FCBTVE promoveu quatro cursos de formação básica em TVE que receberam mais de 150 alunos de diferentes estados do país, além de enviar funcionários da Fundação para realização de estágios e treinamento especializado junto às entidades internacionais voltadas para a temática da televisão educativa. Também participou ativamente na assistência técnica às instituições nacionais que investiram em treinamento de pessoal para trabalhar na produção e planejamento de conteúdo audiovisual educativo. Nesse período a FCBTVE iniciou a formação de um acervo de material audiovisual educativo e a montagem de um sistema de circuito fechado com equipamentos de boa qualidade técnica; atividades que estimularam a escritora Helena Ferraz e os professores Manoel Jairo Bezerra, Jamil-El-Jaick, Marion Vilas Boas Sá Rego, Mauricio Cardoso Faria e Roberto Zaremba Bezerra a apresentarem um planejamento de curso primário na televisão que mais tarde se tornou o projeto *João da Silva*.

No ano seguinte, em 1970, o circuito fechado foi concluído e destinado especificamente para o treinamento de pessoal docente, técnico e especializado em produção, além de servir de laboratório para realização de programas educativos de curta duração.

Ainda em 1970, a Portaria Interministerial MEC/Minicom Nº 408, de 29/07/1970, que abordava a regulamentação do tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais deviam destinar à transmissão de programas

educacionais, impulsionou os trabalhos da FCBTVE, encarregada pelo MEC de suprir toda essa demanda de programação em âmbito nacional.

Segundo Gilson Amado, a FCBTVE não estava preparada e ao fazer levantamento de todas as emissoras comerciais do país foi verificado que elas não tinham condições de cumprir as determinações legais, com exceção da Rede Globo. Assim, a Fundação teve de realizar em regime de urgência a transformação do seu circuito fechado de televisão em estúdio de produção de material audiovisual educativo gravado em vídeo - tape. Foi necessário investimento para tornar compatível o material que Fundação dispunha ao sistema técnico das emissoras comerciais. Coube a professora Alfredina de Paiva e Souza a tarefa de coordenar estudos e providenciar condições necessárias para a elaboração de programas especiais.

“Para dar idéia da produtividade do trabalho realizado em caráter de urgência, para atender tal objetivo, parece bastante assinalar, que em um estúdio de apenas 14 metros quadrados, a FCBTVE produziu mais de duas centenas de quilômetros de programação gravada em fitas de vídeo-tape. Além disso, foi montado um mecanismo de tráfego dessas fitas de modo a atender a mais de 30 emissoras espalhadas em todo país” (Gilson Amado - Arquivo pessoal Camila Amado)

Para suprir essa tarefa, a Fundação fez convênio com as seguintes entidades: Fundo Estadual de Educação e Cultura da Guanabara, Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão e Fundação Educacional Padre Landell de Moura no Rio Grande do Sul. A parceria com o Estado da Guanabara deu origem a TV do Instituto de Educação ou a TV do Estado da Guanabara que era financiada pelo fundo anteriormente citado. Além de contar com a expertise do Instituto de Educação na preparação de profissionais e docentes para trabalhar em televisão educativa. A FCBTV realizou entre 21/08 e 9/10 de 1970 o primeiro curso de formação de profissionais. Foi o Curso de Introdução à Produção de TV Educativa, realizado no circuito fechado da sede de Copacabana. O curso teve duração de 12 semanas e participaram 31 alunos que já trabalhavam em televisão educativa, destes, 19 eram do Estado da Guanabara e 12 de outros estados selecionados segundos critérios relacionados à necessidade de pessoal especializado nas organizações ligadas à TVE no Brasil. Além dos alunos do curso, algumas instituições: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Para,

Universidade Federal de Minas Gerais, Fundação Cultural do Espírito Santo e Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro enviaram pessoas para participarem do curso como alunos ouvintes. O curso preparou oito produtores, oito roteiristas, seis artistas gráficos, quatro diretores de TV, três operadores de câmera e dois coordenadores de estúdio. Houve uma premiação⁵⁰, o primeiro lugar ficou com a dupla formada por uma professora do Maranhão e a funcionária mais antiga da Fundação.

O curso foi dividido considerando a presença de alunos ouvintes. Os alunos matriculados participavam de aulas práticas e teóricas, especialmente dedicadas à formação de pessoal técnico especializado, já os ouvintes se juntavam aos alunos matriculados nos encontros à noite, que eram formados por uma série de palestras sobre o funcionamento, planejamento, produção e objetivos da televisão educativa. O conteúdo pedagógico do curso focou em propostas que envolvesse a revisão do ensino primário, a orientação a alfabetizadores e o aperfeiçoamento de professores leigos.

A FCBTVE contou com um consultor inglês para assistência permanente durante o curso, que foi planejado para receber novas turmas em um período de dois anos, totalizando nove cursos e 232 docentes e técnicos treinados em TVE pela FCBTVE. Desta forma, neste período foram realizados os seguintes cursos: Introdução a produção da TVE, dois cursos de Produção em TVE, Preparação para a TVE, Produção em TVE com a Fundação Maranhense de TVE, Produção em TVE com a participação do CEDO, Professores de Teleducção com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Introdução a Produção em TV com a OEA e a TV Universitária do Recife e Produção em Teleducção com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O curso oferecido pelo Center for Educational Development Overseas (CEDO), da Inglaterra, contou com a assistência financeira e a cooperação técnica da Fundação Konrad Adenauer. Foi um curso planejado para selecionar a base da primeira equipe de produção específica de TVE. Uma *“conquista de real*

⁵⁰ Na documentação não está claro como foi a premiação. Apenas sinaliza que a funcionária de nome Neide Nunes Ferreira de Almeida recebeu como prêmio o custeio de um ano de seus estudos em uma faculdade. Não há menção sobre o prêmio da professora maranhense.

*significação, pois até então, todo o pessoal técnico necessário a operação de TVE no Brasil era recrutado da TV comercial*⁵¹.

O nome do pedagogo alemão Gunther Gottman e do produtor Frank Scharff também foram citados como especialistas em televisão educativa que vieram trabalhar como consultores dos cursos treinamento, representantes da Fundação Konrad Adenauer, na formatação de um perfil para a televisão educativa no país.



Ilustração 35 - Jornal Correio da Manhã 23/09/1971. Maquete TVE

Para atender a demanda de produção de programas educativos para emissoras de todo país houve um grande número de contratação de profissionais docentes e técnicos entre os anos de 1970 e 1971. Os professores que integraram os quadros de funcionários da FCBTVE foram: Alfredina de Paiva e Sousa, Manoel Jairo Bezerra, Judith Brito de Paiva e Souza, Irene Albuquerque, Dulcie Kanitz Vianna, Marion Vilas-Boas Sá Rego, Jamil-El-Jaick, Maurício Cardoso Faria, Wilma Caruso Carvalho, Roberto Zarembo Bezerra, Marimar Stal, Roberto

⁵¹ Fonte: documento do Arquivo Pessoal de Camila Amado.

Salvador e Roberto de Souza Paulo. Junto a outros profissionais, esses docentes redigiram 426 roteiros, dos quais 317 foram produzidos. Destes, 60 roteiros foram produzidos para série Alfabetização, que utilizou os recursos de produção da Rede Globo.

A programação de urgência da FCBTVE focalizou em dois tipos de produtos audiovisuais educativos; seriam 320 flashes de um minuto e 215 séries de 15 minutos. Porém, só foram gravados 135 flashes e 171 séries. Como os títulos a seguir:

FLASHES DE UM MINUTO	
Utilidade Pública - TVE às suas ordens	46 programas
Pedagogia do Sucesso	44 programas
Tirando Dúvidas	25 programas
Iniciação Artística	11 programas
Assistência Domiciliar	7 programas
Educação Familiar	2 programas

Tabela 12 - Fonte: Arquivo pessoal Camila Amado

SÉRIES DE 15 MINUTOS	
Cadernos MEC – Ciências	80 programas
Cadernos MEC – Português	74 programas
Utilidade Pública	11 programas
Alfabetizadores	3 programas
Meus Alunos e Eu (Professores)	2 programas

Tabela 13 - Fonte: Arquivo pessoal Camila Amado

4.8. O Telecentro da FCBTVE

Um convênio firmado entre o governo brasileiro e o alemão, através da FCBTVE e da Fundação Konrad Adenauer, estabeleceu a doação de

equipamentos de valor superior a dois milhões e meio de dólares para compor a televisão educativa no país com o que havia de mais sofisticado e moderno na produção de audiovisuais educativos. A contra partida do governo brasileiro foi construir um complexo arquitetônico para a instalação dos equipamentos. Com autorização do MEC, a FCBTVE comprou imóvel situado na Av. Gomes Freire⁵², região central da cidade. O governo alemão elaborou um cronograma rigoroso como condição básica para a realização da doação e enviou profissionais para o acompanhamento da obra.

Em documentos que compõem o arquivo pessoal de Camila Amado existem vários escritos de Gilson Amado sobre essa negociação, falando do desafio para honrar o compromisso no período de tempo estipulado pelos alemães, que exigiu mobilização total de todos para as obras. Em um deles, Gilson Amado destaca a presença do Dr. Udo Steputat, profissional de relevo na engenharia eletrônica alemã e responsável pelo projeto técnico. Ele teria vistoriado a obra no dia 20 de novembro e deu seguinte parecer:

“A obra foi toda vistoriada. Deve ser ressaltado que a parte brasileira conseguiu observar de maneira exemplar todos os detalhes do planejamento em comum para a construção dos estúdios e salas técnicas. O progresso da obra no período curto de, até agora, 76 dias é digno de admiração.”

O parecer positivo rendeu congratulações à presidência da FCBTVE, ou seja, a Gilson Amado. Isso facilitou a liberação de recursos financeiros do MEC para ampliar o programa de treinamento de profissionais para trabalhar na televisão educativa. O Telecentro foi inaugurado em 1972 e contava com três estúdios, sendo um com 600m² e com teto metálico com capacidade para 150 projetores de luz. Um dos estúdios, com 220m², foi reservado exclusivamente para o treinamento de professores e técnicos, sendo destinado também um andar inteiro para projetos de aperfeiçoamento de pessoal denominado: Departamento de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal.

A nova sede da FCBTVE foi construída com sete andares com dependências para cenografia, departamento de artes, departamento de pesquisas e documentação, biblioteca, salas preparadas para vídeo-tape, ilhas de edição. Os equipamentos da sede de Copacabana foram aproveitados na matriz.

⁵² Imóvel onde funcionou o Teatro República que foi demolido para a construção da FCBTVE de acordo as especificidades técnicas de centro de produção audiovisual.

4.9.

Parceria com a Alemanha

A Fundação Konrad Adenauer⁵³ (KAS) iniciou suas atividades no Brasil no período da ditadura civil-militar, momento caracterizado pela repressão política, apesar das iniciativas desenvolvimentistas que estimularam o crescimento econômico. As primeiras atividades da Fundação estavam relacionadas à tecnologia educacional e a igreja católica. Essa Fundação está vinculada politicamente à CDU, ou seja, ao partido democrata-cristão⁵⁴. Konrad Adenauer é o nome do chanceler alemão que liderou a reconstrução da Alemanha no pós-guerra, e reconduziu o país à democracia e à construção da União Européia, seguindo uma ideologia de defesa da democracia pautada em princípios de solidariedade e valores cristãos.

A participação da Alemanha em projetos brasileiros, durante esse período, ocorreu porque nos anos de 1960, a América latina foi alvo de preocupação sobre a ascensão comunista devido ao governo cubano. Nesse período as fundações de auxílio vinculadas a partidos políticos intensificaram suas ações em países em desenvolvimento (ROMANELLI, 2012; PEDROTI, 2005) com objetivo central de enfraquecer o comunismo e fortalecendo os ideais democráticos.

Ressaltamos que, diante desse objetivo, investir em educação era um caminho seguro de visibilidade positiva, principalmente atendendo as necessidades de escolarização que o país precisava para manter o crescimento econômico. No Estado da Guanabara, a política de ampliação de vagas nas escolas e de apoio a radiodifusão educativa deu clareza à insuficiência de mão de obra qualificada para atender as demandas de educação. O fortalecimento da teleeducação, atuando tanto na formação de professores quanto na erradicação do

⁵³ Fonte: <http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/35558/>

⁵⁴ Inicialmente, as atividades da Fundação Konrad Adenauer na América Latina tinham como objetivo apoiar a criação de uma rede de partidos Democrata-Cristãos. A importância da região era tal que os Democrata-Cristãos do Chile, em 1961, sediaram a realização de um congresso que estabeleceu a criação da União Mundial dos Democrata- Cristãos (futuramente denominada Internacional Democrata-Cristã). PEDROTI (2005)

analfabetismo e permanência nos estudos, foi uma estratégia importante para a criação de um canal de televisão público e educativo que atendesse a política do governo e também fosse de utilidade pública para a população. Era uma propaganda perfeita que se encaixava também às críticas feitas aos programas populares dos canais comerciais.

A imagem de fundação baseada em valores democráticos e direitos humanos, propagada pela KAS, não foi alterada com a participação durante a ditadura civil-militar porque a ânsia pela democratização do acesso à educação escolar era a pauta do dia nos jornais da época⁵⁵. No Estado da Guanabara as notícias sobre inauguração de escolas, curso de aperfeiçoamento para professores e também denúncias sobre a qualidade da educação e a inclusão de grupos das camadas populares ao ambiente escolar faziam parte do ambiente político-social do período. Outra propaganda positiva era a associação aos grupos católicos, tradicionalmente, relacionados a projetos de inclusão social como ocorria com a TV-Escola, cujos espaços de atendimento aos tele-alunos eram quase todos em instituições ligadas a igreja católica.

A KAS realizou vários eventos de teleducação em âmbito nacional, regional⁵⁶ e local, e para a realização desses eventos, em 1971, foi criada Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT). Ela também pode ser considerada como um ator importante na concepção de televisão educativa porque esteve à frente de vários seminários e congressos indicando caminhos, sob a perspectiva de profissionais alemães, para a teleducação no Brasil.

⁵⁵ Correio da Manhã 17/03/61; 24/07/68; 16/08/69; 24/03/71, Jornal do Brasil 01/09/75; 03/09/75, Jornal de Serviço 26/11/70

⁵⁶ A KAS também colaborou com a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), em Porto Alegre, que promovia atividades educativas em programas de rádio. Esse projeto atendeu, entre 1967 e 1996, quase oitocentas mil pessoas – sendo mais da metade moradores da zona rural. A FEPLAN desenvolveu metodologia de ensino à distância que inicialmente foi denominada Colégio do Ar e Aprenda pela TV, e depois passou a ser chamada teleducação. A KAS também a construiu um centro de treinamento para atividades de capacitação para esses projetos.

4.10.

Televisão Educativa no Estado da Guanabara como Projeto de Teleducação

A criação da televisão educativa no Estado da Guanabara estava relacionada à política de ampliação de vagas escolares no Estado e à pressão de órgãos internacionais que viam na educação e na utilização dos meios de comunicação formas de propagar um ideal de democracia, de solidariedade e de direitos humanos que dialogassem com as práticas econômicas do sistema capitalista. Era uma visão, antes de tudo, de educação para o desenvolvimento das nações, da economia e da indústria. A educação libertária em prol dos direitos humanos era discutida a partir de um ideal de democracia que tinha como objetivo político enfraquecer a influência do comunismo no mundo.

Nesse cenário, as primeiras ações para a criação da televisão educativa são fortalecidas com a participação de educadores e pedagogos disputando espaço com os profissionais das emissoras comerciais pela elaboração de programas educativos ajustados às necessidades didáticas específicas de cada região. No Estado da Guanabara havia necessidade de professores para assumir a quantidade de postos abertos nas dezenas de escolas que foram construídas. Também era interesse do governo investir na erradicação do analfabetismo e, assim, receber apoio financeiro internacional. Os cursos de formação de professores para a utilização da televisão na educação, oferecidos pelo Instituto de Educação do Estado da Guanabara foram estratégicos para os programas de alfabetização de jovens e adultos e para o aumento da escolaridade da população.

A formação desses profissionais foi organizada a partir da necessidade de se conhecer a técnica televisiva nos seus processos de produção para, assim traçar um planejamento didático e pedagógico adequado aos diferentes grupos que poderiam ser atingidos. Essa inserção dos audiovisuais na educação se integra às reformas do ensino básico implementado nos anos de 1970 que privilegiava o modelo “tecnicista” ao considerar a eficiência do ensino como decorrente do uso correto e planejado de métodos técnicos e didáticos. Assim, compreender o funcionamento da televisão em seus aspectos técnicos, econômicos, políticos e culturais era dar ao professor um olhar privilegiado sobre esse meio de comunicação de massa.

Esse olhar privilegiado transformou os possíveis alunos em audiência. E como audiências, eles deveriam estar satisfeitos diante do “produto” que estavam consumindo. Desta forma, a dimensão do entretenimento não podia ser enjeitada, pelo contrário, deveria ser assumida desde que estivesse de acordo com os valores pregados na instituição escolar. As pessoas se formam e se reconhecem em ambientes altamente relacionados aos veículos de comunicação (imprensa rádio e televisão no período pesquisado), a formulação de McLuhan – *o meio é a mensagem* – dá as pistas de como nos relacionamos com os meios, de como é nossa organização social e de como é nossa visão de mundo. Tal perspectiva parece ser determinística, mas não é porque ecologicamente os seres humanos estão sempre em transformação, buscando novas adaptações para as necessidades que surgem em diferentes tempos históricos. Assim, nos anos 1960 e 1970 o “meio” televisão passou a ser também veículo para a mensagem educativa.

A participação efetiva dos professores no processo inicial de formação do quadro de funcionários da televisão educativa e na formação desses profissionais pelo Instituto de Educação do Estado da Guanabara e pela FCBTVE pode ser compreendida como fundamental para a concepção de TVE que se construiu durante o período. A TV Educativa do Instituto nasceu com uma audiência pré-determinada idealizada a partir dos alunos da instituição que atendia desde crianças do jardim de infância até os jovens da formação de professores do ensino médio. Podemos supor que a imagem de infância propagada na programação era a mesma ensinada aos normalistas da instituição, bem como as técnicas de alfabetização e didática, de concepção estética, de valor científico e etc. Também podemos supor, pelos títulos dos programas e roteiros idealizados nos cursos de formação da TV educativa, que a programação era dedicada aos grupos letrados ou que valorizavam o letramento, o ensino formal, a cultura erudita. O desafio era conquistar a audiência não alfabetizada e que não valorizava a educação escolar.

A propaganda desenvolvimentista do governo valorizando a alfabetização e a permanência nos estudos para aquisição de melhores postos de trabalho evidenciou que o Estado, pela via formal das escolas, não teria como atender a demanda de analfabetos. A teleducação foi um recurso com as telesalas e a emissão de cursos em emissoras de canal aberto, mas para conquistar essa audiência específica a linguagem do entretenimento foi determinante para que projetos como a telenovela *João da Silva* fossem ao ar.

5 O Programa Piloto

A primeira telenovela educativa veiculada na televisão foi Meu Pedacinho de Chão, em agosto de 1971. O autor da trama foi Benedito Ruy Barbosa. Esta telenovela apresentou um drama rural que veiculou ensinamentos úteis aos trabalhadores e à população campestre. Os autores utilizavam informações oficiais fornecidas pelas Secretarias Municipais de Agricultura e Saúde para escrever os capítulos. Os temas eram sobre vacinação, desidratação infantil, higiene e técnicas agrícolas. Também fazia propaganda do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), abordando o problema do analfabetismo, principalmente na área rural. A trama era sobre a história de uma professora que foi para uma vila no interior do país ministrar aulas para crianças, lá ela encontrou um coronel arrogante que matinha o povo humilde do local cada vez mais oprimido, sem direito a terra e a cidadania. A maioria dos moradores da vila era analfabeta e desconhecia informações relevantes para vida em áreas rurais. Junto aos ensinamentos, o telespectador acompanhava a história de amor entre a professora e um funcionário analfabeto da fazenda, e também as travessuras de três personagens infantis que movimentam a trama.

Não existia intenção formal em alfabetizar, mas de informar sobre a importância da leitura e da escrita em todas as fases da vida, destacando a necessidade de aumentar os índices de alfabetização nas áreas rurais. A história valorizava a escola e profissão docente. O coronel retratado na trama se revoltou quando outro dono de terras fez uma doação para a construção de uma igreja e de uma escola, instituições formadoras de opinião que podiam mudar a condição de oprimidos dos moradores da vila. A narrativa de Meu Pedacinho de Chão falava sobre educação popular remetendo, assim, aos pressupostos teóricos do Movimento de Educação de Base (MEB) que se concretizou por meio de um convênio entre o presidente Jânio Quadros e a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) da igreja católica, em 1961. O MEB realizou trabalhos no campo da educação popular e da mobilização social de grupos camponeses para combater

a burguesia oligárquica predominante nas áreas rurais, para isso utilizou o rádio como suporte para reunir as classes populares.

Mais tarde, em 1973, foi exibido o curso supletivo *João da Silva* que apresentava um formato que unia a teledramaturgia com curso supletivo para jovens e adultos. *João da Silva* foi o primeiro curso supletivo usado no formato de telenovela direcionada ao ensino primário. A história tinha como personagem principal o jovem João da Silva que deixou sua cidade natal no interior para viver na “cidade grande”. João era semianalfabeto e representava o típico jovem nordestino que queria abandonar a condição de trabalhador rural para viver na capital, seguindo o modelo de vida pregado pela ideologia capitalista. Logo depois a telenovela *A Conquista*, exibida em 1979, surgiu com proposta de dar continuidade à telenovela *João da Silva*, apresentando conhecimentos referentes às quatro últimas séries do primeiro grau. Ela foi veiculada em 15 estados brasileiros, atingindo cerca de 40 mil alunos. Os conteúdos escolares eram mais abrangentes e se relacionavam com a compreensão do mundo físico, dos fenômenos da natureza e da posição do homem em seu contexto sociocultural. Conhecimentos sobre comunicação e expressão, ciências e estudos sociais eram destaque na trama que retratava o cotidiano nas capitais. *A Conquista* foi escrita por Lourival Marques, com supervisão pedagógica de Manoel Jairo Bezerra e direção de Jacy Campos. Mas, sua produção foi interrompida abruptamente em 1983, dando lugar ao Telecurso 1º Grau, organizado pela Fundação Roberto Marinho, que assumiu o compromisso público de investir em teleeducação.

5.1.

A criação do projeto João Silva

A apresentação, em 1951, da primeira telenovela do Brasil chamada *Sua vida me pertence*, a primeira telenovela diária *2-5499 Ocupado* exibida em 1963 e a estreia da novela *Beto Rockfeller*, em 1968, que representou um divisor na linguagem da telenovela brasileira, são marcos da história recente da TV no país. A esse grupo acrescentamos a primeira telenovela educativa com objetivos formais de certificação escolar do país, *João da Silva*, exibida em 1973.

O projeto nasceu em 1969, fruto de um movimento de educação popular via veículos de comunicação de massa como rádio e televisão, liderado por Gilson Amado que popularizou o termo *universidade sem paredes* a partir de uma concepção de televisão educativa que deveria se aproximar da cultura popular, da linguagem de entretenimento da televisão, mas unidas ao telensino ou a teledidática.

- Esquecem-se muitas vezes que o ensino pela TV não é apenas um ensino tradicional transmitido pelas novas técnicas: TVE exige uma nova didática, uma teledidática. O casamento entre a técnica e a pedagogia criou uma forma totalmente nova de didática, de estratégia de ensino. Nós queremos neste curso esta teledidática, queremos implantar a experiência internacional, mas também criar e desenvolver um estilo próprio. Não queremos apenas multiplicar um ensino comum ou lecionar um currículo tradicional pela TV. Queremos fazer pela maneira original da TV: dramatizar e personificar o conteúdo. Queremos transformar a teoria em ação, queremos projetar a substância do ensino em situações da vida real, das quais cada um pode participar. (Amado, Revista Cruzeiro, 03/05/1972)

Com estas ideias, a FCBTVE começou a idealizar a telenovela *João da Silva*, em 1969. A produção começou com a instalação do Telecentro. Os escritores selecionados foram Helena Ferraz, Lourival Marques, e os professores Manoel Jairo Bezerra, Jamil- El-Jaick, Marion Vilas Boas Sá Rego, Maurício Cardoso e Roberto Zarembo Bezerra; direção de Jacy Campos. O professor Jairo Bezerra coordenou o projeto de *João da Silva*, cujo responsável pela produção geral era Fernando Pamplona, com roteiro de Lourival Marques e a direção de Jacy Campos. Foram 125 capítulos de 40 minutos, com aulas de Matemática, Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Educação Moral e Cívica. O programa também ensinava sobre o mundo do trabalho, incluindo informações sobre aposentadoria e previdência social. Os telespectadores/alunos podiam obter os cinco livros de apoio e acompanhamento das aulas, além de se inscreverem em vários telepostos distribuídos em diferentes regiões da cidade. O programa *João da Silva* foi lançado inicialmente em três faixas diferentes, por três emissoras do Rio de Janeiro. A primeira transmissão foi em novembro de 1973, pela TV Rio,

no mês seguinte a TV Tupi também começou a exibir o programa. Por fim a TV Globo, o exibiu na programação do ano seguinte, em 1974.

O enredo da telenovela tinha como personagem principal o jovem João da Silva, vivido pelo ator Nelson Xavier, que deixa sua cidade natal no interior para viver na “cidade grande”. João era semianalfabeto e representava o típico jovem nordestino que abandona sua condição de trabalhador rural para viver na capital enfrentando diferentes desafios: o desemprego, a desqualificação profissional, a falta de moradia, a alfabetização e a escolarização com a conclusão do ensino primário. Ao longo da trama o nordestino João passa por diversas experiências, todas com um pretexto para aplicar ensinamentos escolares e de cidadania. Seguindo o roteiro tradicional folhetinesco da telenovela comercial, a trama de *João da Silva* tem romance, intriga, ação e suspense, adotando um script que já fazia parte do cotidiano do povo brasileiro.

A encenação de fatos e temáticas sociais e políticas remetem às menções feitas sobre o caráter «naturalista» das novelas e as referências explícitas à vida da nação. Avancei a hipótese da novela exercer a função de agenda setting tal é seu poder de pautar uma agenda temática que é acompanhada e discutida pelo País no decorrer de seus oito meses de duração. Questões como a reforma agrária, o «coronelismo», a especulação imobiliária, as companhias multinacionais, a corrupção política, o racismo, as minorias, entre outras, são alguns exemplos dessa vocação das novelas de incorporar temas do âmbito público ao universo privado em suas narrativas. Esses temas são inseparáveis das tramas românticas, dos enredos de família, do amor, do casamento, da separação. É a lógica das relações pessoais e familiares que preside a narrativa dos problemas sociais. É aí que parece residir o poder dessa narrativa, sua capacidade de traduzir o público através das relações afetivas, ao nível do vivido, misturando-se na experiência do dia a dia, vivida ela mesma em múltiplas facetas, subjetiva, emotiva, política, cultural, estética.

A fusão dos domínios do público e do privado realizada pelas novelas lhes permite sintetizar problemáticas amplas em figuras e tramas pontuais e, ao mesmo tempo, sugerir que dramas pessoais e pontuais podem vir a ter significado amplo. (Lopes, 2009, p.27)

A telenovela é uma vitrine que dá visibilidade a certos assuntos e comportamentos; ela tem a capacidade de mediar temas que circulam na vida pública e a na vida privada. No período em que *João da Silva* foi ar, durante a ditadura civil-militar, o sentimento de nacionalismo integrado ao

desenvolvimentismo era a tônica dos movimentos sociais e políticos que visualizavam na educação e na diminuição do analfabetismo o caminho para construção da cidadania plena, que incluía o aumento do consumo de materiais oriundos da indústria brasileira de bens de consumo. A televisão, com seu apelo comercial, era o veículo ideal; mesmo em uma emissora sem fins lucrativos, como a proposta pela FCBTVE. Não se vendia produtos, mas se estimulava o consumo de educação, cultura e informações de cunho sociais, de benefícios do governo; e, sobretudo enaltecia um tipo de brasileiro ideal personificado na figura do protagonista João, que deveria “vencer” pelo acesso à educação e ao trabalho.

Nesse período, entre 1969 e 1984, as telenovelas foram produzidas em um contexto social e político pautado no autoritarismo militar e estava a cargo do Estado a responsabilidade de fiscalizar as redes de televisão, que eram coagidas a apresentarem uma programação que concordasse com os valores pregados pelo governo. Em entrevista concedida para elaboração desse estudo, o ator Nelson Xavier falou, entre outras coisas, sobre a dificuldade de construir um personagem que, segundo ele, não retratava a realidade, que era politicamente articulado com a ideologia do governo, sem uma reflexão crítica sobre o papel dele na sociedade.

Toda linguagem é ideológica porque, ao refletir a realidade, ela necessariamente a refrata. Há sempre, queira-se ou não, uma transfiguração, uma obliquidade da linguagem em relação àquilo a que ela se refere. Por sua própria natureza, de mediadora entre nós e o mundo, a linguagem apresenta sempre, inelutavelmente, um descompasso em relação à realidade. Ela não é, nem pode ser a realidade. A essa diferença substantiva entre a linguagem e o real acrescentam-se as diferenças adjetivas, quer dizer, as variações próprias às posições históricas e sociais dos agentes que a produzem e consomem. (Santaella, 1996, p. 330-331)

Ao mesmo tempo, o modo de os homens se organizarem em sociedade é resultante da maneira como eles organizam sua economia, sua produção. Assim, é a produção, na forma como ela se encontra organizada, que determina as relações que os homens estabelecem entre si. As relações sociais são, pois, em última análise, determinadas pelos fatores que intervêm na produção de mercadorias. Nesta perspectiva, torna-se evidente que as mensagens divulgadas pelos meios da comunicação coletiva, cujas produções se dão de forma empresarial, conseqüentemente mostram uma sociedade de classes hierarquicamente estruturada e revelam, ao mesmo tempo, como estas classes se inter-relacionam ou deveriam se inter-

relacionar. Aqui se evidencia a função dos meios da comunicação coletiva. (Tilburg, 1990, p. 2)

Durante o período da ditadura civil-militar, a “linguagem” utilizada nos meios de comunicação era ufanista, de exaltação da nacionalidade e do progresso, com o crescimento da indústria no país. A fantasia de mundo melhor não necessitava de uma narrativa faraônica, a aproximação com a “realidade” passou a ser o objetivo dos autores de telenovela. Alguns estudos⁵⁷ sobre telenovela, Lopes (2010), Hamburger (2005), Campedelli (1985), apontam que ela pode ser classificada em três momentos⁵⁸: *novelas sentimentais*, *novelas realistas* e *novelas naturalistas*. *João da Silva* foi produzido no período em que as telenovelas foram classificadas como realistas, entre 1969 e 1984, seguindo uma tendência de produção adotada na novela *Beto Rockfeller*, de Bráulio Pedroso e Cassiano Gabus Mendes, exibida em 1968 na TV Tupi, que apresentava uma trama contemporânea ambientada nas grandes cidades brasileiras e com linguagem coloquial. O público se identificava com essas telenovelas realistas, se reconheciam nos personagens e, esperava-se que esse público acolhesse os comportamentos veiculados nas tramas. Como dito anteriormente, *João* era um homem exemplar, em busca de educação, ciente dos seus deveres e direitos de cidadão e que buscava a certificação escolar pela TV. O autor cria uma personagem, seja no teatro, cinema ou televisão para desempenhar uma função, cumprir um destino. *Ela diz e faz coisas coerentes com essas premissas: se veio ao mundo para tomar o trono Inglaterra, mata seus adversários; se deseja limpar a sociedade de seus males ocultos, revela, contra seus próprios interesses, a verdade, se foi criada para amar, ela morre por amor* (Pallottini, 2012, p.123).

⁵⁷ Os autores divergem na nomenclatura; Campedelli (1985) chama de *folhetim exótico* (sentimentais) e *telenovela alternativa* (realista); Hamburger (2005) define como *fase fantasia* (sentimentais) e *nacional popular* (realista).

⁵⁸ O primeiro momento com novelas *sentimentais* corresponde aos anos de 1951 e 1968 e é caracterizado pela produção de narrativas melodramáticas importadas de outros países apoiadas no folhetim clássico e com forte influência da narrativa popularizada no rádio com as radionovelas. O segundo momento, entre 1969 e 1984, as novelas são classificadas como *realistas* porque apresentam temas do cotidiano brasileiro aumentando a identificação dos telespectadores com os personagens apresentados nas tramas. Já o terceiro momento é definido pela produção de novelas naturalistas com tramas engajadas a campanhas sociais dando início ao que chamamos de merchandising social.

João da Silva foi criado para ser uma personagem que valorizava a formação escolar e profissional, e por isso buscava exercer sua cidadania no reconhecimento das leis trabalhistas e assistência social. Por isso deveria ser um homem correto capaz de enfrentar qualquer adversidade que colocasse seu caráter em dúvida.

Historicamente a escola foi identificada como um espaço de reflexão, de saber e conhecimento teórico e a televisão como objeto de entretenimento e diversão. A tradição da escrita se firmou como um diferencial de seleção e exclusão nas instituições escolares, e também como forma de distinção social e cultural entre os grupos. Saber ler e escrever seria uma habilidade básica do cidadão. O desafio da telenovela *João da Silva* era construir uma linguagem televisiva que circulasse com desenvoltura no formato escolar, rígido e com regras claras de distinção sobre “o certo e o errado” na leitura e na escrita; e mantivesse a mesma desenvoltura com recursos de entretenimento da televisão. Estudar pela televisão, usando a linguagem da telenovela como atrativo para público se alfabetizar ou concluir o ensino primário com certificação reconhecida pelo MEC foi algo inovador na época, porque ao longo da história a relação entretenimento e saber formal sempre foi questionada em prol da moral e dos bons costumes.

Os usos da leitura no início da era moderna européia eram tão variados quanto os de hoje, embora não fossem descritos da mesma maneira como os atuais. As principais categorias eram a informação e a instrução moral, e foi só muito lentamente que um terceiro tipo de livro, orientado para a diversão, foi admitido como de uso legítimo para o leitor (...). A importância da instrução moral se revela pelo número de sermões que apareceram impressos e também pelos tratados sobre virtudes necessárias aos principais comportamentos na sociedade (nobre, esposa, comerciante etc.).

Por outro lado, a história das palavras "diversão" e "divertimento" nos mostra algo sobre os obstáculos para a emergência dessa categoria de livros ou panfletos. No início do século XVII, o divertimento era associado com a hospitalidade demonstrada aos visitantes. Somente perto de 1650 o termo adquiriu um sentido adicional de algo interessante ou divertido, e apenas no início do século XVIII certas performances, como peças de teatro, puderam ser descritas como "divertimento" (para o relato mais recente da história da mídia como diversão, ver o Capítulo 5). Livros que podemos descrever como de entretenimento, reunindo de piadas a romances, já se imprimiam no século XV, mas eram muitas vezes supridos com uma moldura ou embalagem moralizante, provavelmente para arrefecer a resistência de clérigos, pais de família ou outros "avaliadores" desse tipo de texto. (Briggs&Burke, 2006, p.72/73)

Segundo Pallottini (2012) a telenovela educa no sentido mais amplo da educação mostrando tipos humanos variados, apresentando hábitos culturais diferentes, falando sobre profissões, introduzindo notícias na trama. Ela acrescenta que para os grupos econômicos menos favorecidos a telenovela esclarece menos porque raramente aborda os problemas como eles são. Sua análise parte da ideia de que as camadas populares não querem ver pobreza na televisão e que não se pode exigir da telenovela que ela dê lições de bom comportamento moral. *A ficção não pode ser angelical, não pode representar apenas ações edificantes e personagens atentas aos bons costumes. Ela se vale sempre de conflitos e esses conflitos necessitam da polarização, ou seja, precisam de lado positivo e um negativo* (Pallottini 2012, p.175).

Porém, a noção de ficção entendida pelo o que não é real é muito ampla, mesmo em uma narrativa de telenovela que siga a tendência realista, como é o caso de *João da Silva* e outras telenovelas produzidas no mesmo período. A ficção é sempre uma fantasia, uma dissimulação do real. A realidade também faz parte da ficção, mas o verdadeiro e o verossímil não precisam caminhar sempre juntos na ficção. Contudo, segundo Jost (2007) é a partir do mundo real que o telespectador interpreta a ficção.

5.2.

João da Silva: entre a telenovela e o curso supletivo

O conteúdo curricular das primeiras séries do ensino primário precisava fazer parte da trama de *João da Silva*, que era acompanhada por uma comissão de professores que regulavam o andamento da história narrada. A proposta de *João da Silva* era arrojada e conservadora ao mesmo tempo porque era a associação da imagem da escola com a televisão; era a união de um homem de rádio como Lourival Marques com o Instituto de Educação do Estado da Guanabara; e era uma aposta no interesse popular pelo conhecimento, pela cultura, pela formação profissional. Não era um produto de televisão comum porque não tinha o compromisso apenas com a audiência consumidora dos produtos e serviços

veiculados nos programas; mas era um produto educativo parte de uma política de educação voltada para a alfabetização e continuação dos estudos de jovens e adultos. A audiência prevista era o aluno jovem e adulto, e também o telespectador comum.

A complexidade do projeto mobilizou várias instituições para erguer uma estrutura inicial, antes da exibição da novela, com 188 telepostos no Estado do Rio e 99 no Estado da Guanabara. Cada teleposto com 40 alunos inscritos. Igrejas, clubes, escolas e sindicatos se organizaram para abrigar postos de telesalas que eram chamados de *Centro de Recepção Organizada para Curso Supletivo João da Silva*⁵⁹. Apesar de ser um produto educativo criado para ser exibido em rede nacional, inicialmente apenas o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara (área teste) recebiam as transmissões, que iam ao ar às 19h⁶⁰.

A concorrência em 1973 era grande: na Rede Globo, a telenovela *O Semideus*, de Janete Clair, protagonizada por Tarcísio Meira e Francisco Cuoco, *O Bem Amado* exibido em cores, *Cavalo de Aço*, de Walter Negrão, *Carinhoso*, estrelado por Regina Duarte e *Ossos do Barão* com Paulo Gracindo e Lima Duarte; na Rede Tupi, *Mulheres de Areia*, de Ivani Ribeiro, protagonizada por Eva Wilma e *Rosa dos Ventos*, de Teixeira Filho; e na Rede Record, *Vidas marcadas* com Laura Cardoso. O desafio era conquistar parte dessas audiências e, principalmente fazer com ela se revertisse em “números de certificados” de conclusão do ensino primário.

No começo poderá haver alguma resistência, mas acredito que depois, com o correr do tempo e à medida que João da Silva for se impondo, todos compreenderão a importância de ter um certificado primário. Uma coisa é certa e é preciso que todos se convençam disso: ninguém vai poder viver no Brasil sem o primário e a lei já é muito clara a esse respeito. Duvido que hoje alguém consiga um emprego, seja ele qual for, se não apresentar um certificado de conclusão do curso primário. Essa é a chance que damos e a única coisa que exigimos, pelo menos por enquanto, é que as pessoas sacrifiquem as novelas românticas por esta, didática, mas igualmente interessante, viva, alegre e útil. (Gilson Amado, 24/11/ 73 – Reportagem de jornal parte do arquivo da família de Lourival Marques).

No arquivo da família de Lourival Marques, encontramos a sinopse da trama que foi distribuída aos diretores e aos atores da telenovela *João da Silva*.

⁵⁹ Diário de Notícias, 01/08/73

⁶⁰ Inicialmente na TV Rio (19h), depois na TV Tupi (16h) e na Rede Globo (11h). Todas essas emissoras exibiam suas programações para a área teste.

Lourival Marques pode ser classificado como um homem de rádio e televisão que contribuiu para programação educativa, com sua experiência com conteúdos populares. Aos cuidados da filha Vânia Maria Landim Previdente, que é ex-aluna e ex-professora do Instituto de Educação, há vasto material sobre a trajetória de Lourival Marques. Ele atuou como redator, locutor, diretor artístico e novelista de rádio. Escreveu várias radionovelas, entre elas: *Quando morre o dia*, *Almas selvagens* e *Frank e Maria* exibidas na Rádio Nacional, e *O homem que fazia milagres*, *Um amor sem esperança* e *A pequenina cruz do teu rosário* exibidas na Rádio Mayrink Veiga. Com esse currículo, pautado na experiência com redação de radiotelenovelas, ele criou a sinopse de *João de Silva* na expectativa de imprimir ao roteiro uma linguagem popular e agradável capaz de ensinar e entreter. O desafio de Lourival Marques era encontrar a harmonia entre o populareSCO e as exigências do currículo escolar.

A telenovela brasileira é um gênero televisivo ficcional cuja estrutura narrativa é apresentada em capítulos e aberta, ou seja, existem brechas ao longo da trama que permitem modificações no rumo da história. Uma obra aberta dialoga com a audiência e isso é possível porque a exibição e a produção dos capítulos são realizadas simultaneamente. Contudo, existem telenovelas fechadas que vão ao ar com todos os capítulos já produzidos. Uma telenovela tem em média 200 capítulos que compõem gradativamente as tramas e subtramas da história. No final de cada capítulo, o recurso geralmente utilizado é o gancho, ou seja, uma suspensão da ação dramática em um momento de tensão e expectativa, criando interesse pelo capítulo seguinte que apresentará o desfecho da tensão narrativa anterior. *João da Silva* foi formatado segundo a maior parte desses critérios. Contudo, por ser também um telecurso, inseriu na edição dos capítulos elementos estratégicos com objetivos explicativos como cartelas e a presença de apresentadores que apareciam durante o capítulo, explicando algum conteúdo.

João da Silva deve ser classificada como uma **telenovela didática**. O seu formato não é igual ao do telecurso que conhecemos na atualidade, que são formados por esquetes que são pequenos episódios cuja ação dramática tem início, meio e fim no mesmo capítulo. O esquete é uma técnica teatral caracterizada por uma apresentação rápida de cenas da vida cotidiana, geralmente com humor. Porém, sobre a estrutura narrativa de *João da Silva*, tratava-se de uma ficção em capítulos com todos os elementos de uma telenovela comum. Não tinha a

pretensão de retratar a realidade dos retirantes do norte e nordeste, e isso ficava explícito nas reviravoltas da trama, como a jovem do curso noturno e empregada doméstica que se torna herdeira do patrão e se envolve em um triângulo amoroso com o amor do passado, João da Silva, e um playboy, mas próximo a sua nova vida de luxo. O conteúdo educativo entrava como elemento da ficção, nas falas e no comportamento dos personagens.

JOÃO DA SILVA

Resumo da novela:

João da Silva é um nordestino de Triunfo que, a exemplo de tantos outros, vem da roça para tentar a sorte na cidade grande. Chega ao Rio de Janeiro mal sabendo ler e escrever. Não traz dinheiro nem documentos e de repente descobre que não basta a coragem: deveria ter-se preparado antes. Não consegue emprego porque não tem papeis nem pode estudar porque lhe faltam meios financeiros para se manter.

A boa vontade de uma professora permite que ele frequente gratuitamente o "Curso Noturno Marly Azevedo", e a amizade de uma jovem estudante, Rosinha, anima o seu espírito abatido, mas não elimina de sua alma a certeza de que cometeu um grande erro ao sair de casa sem estudo e sem uma reserva financeira.

Sem se despedir de Rosinha, João da Silva volta para o interior e vai ter, por acaso, a uma cidadezinha litorânea chamada Esperança onde poderá estudar, adquirir documentos e trabalhar, integrando-se e tornando-se útil à comunidade.

No Rio, qual cinderela, Rosinha é transformada no personagem principal de um conto de fadas: de humilde empregada doméstica vê-se elevada à condição de herdeira do patrão, o dr. Otávio Oliveira e troca o avental de cozinha por um luxuoso escritório.

O plano do dr. Otávio é casar Rosinha com João da Silva. Para isso faz instalar algumas indústrias em Esperança e oferece ao jovem um alto cargo que ele recusa por considerar-se aquém dessa responsabilidade, por estar consciente, agora, de que, para vencer na vida é indispensável ter bons conhecimentos e experiência.

Rosinha está enamorada de João, mas ha um outro em sua vida: Hélio Barsotelli, um "play-boy" que a persegue dia e noite, não vacilando, sequer, em matricular-se no cursinho onde ela estuda.

Enquanto isso ocorre, João da Silva colabora com seu Edson, Prefeito de Esperança e com a professorinha Tuca, uma criaturinha bonita que o

joão da silva
resumo da novela
continuação 2

ajuda no aprendizado e não oculta a atração que sente por ele.

Para João, entretanto, é cedo para amar. Sua obsessão única e imediata é superar as próprias deficiências intelectuais e se afirmar como elemento útil à comunidade. Concentra-se, portanto, no aprendizado escolar e na solução dos problemas locais, que são muitos.

Mas estava escrito que amadureceria bem depressa pois é envolvido numa teia diabólica e se defronta com obstáculos os mais imprevisíveis. Seu caráter e sua coragem são postos à prova e há momentos em que ele se sente um simples brinquedo nas mãos da fatalidade.

A luta é árdua mas, longe de abate-lo, retempera suas energias para superar os desafios. João o consegue tão amplamente que a sua imagem torna-se um símbolo, um exemplo de fé para toda a comunidade.

Quando passa o vendaval e volta a bonança, João se detém e faz um exame do seu passado. O estudo foi fundamental para a sua vitória. Hoje é um homem que confia em suas próprias possibilidades e pode ocupar o posto que lhe foi oferecido pelo dr. Otávio Oliveira. Pode dizer sim ao amor que o espera – será que ainda o espera? Bem, João vai saber agora...

Ilustração 37 - - Sinopse de João da Silva - Arquivo Pessoal Lourival Marques - folha 2

5.3.

João da Silva e o Ensino Formal

A câmara de ensino do 1º e 2º graus do Conselho Federal de Educação aprovou o voto da relatora – conselheira Terezinha Tourinho Saraiva – favorável ao currículo do projeto da telenovela e de curso supletivo *João da Silva*, elaborado pela FCBTVE para proporcionar as séries iniciais do 1º grau. Os objetivos

específicos do curso supletivo eram: avaliar a colaboração da televisão no ensino supletivo; iniciar a montagem de uma infraestrutura de recepção organizada; verificar a receptividade dos cursos que tenham seu conteúdo pedagógico inserido em dramatizações ou novelas; e procurar estabelecer a teledidática que melhor atenda a realidade brasileira.

A intenção da telenovela *João da Silva* era atingir dois grupos de audiência: o grupo objeto – na faixa etária acima de 14 anos que soubesse ler e escrever, mas não tinha terminado o curso primário; e o conjunto da população, interessado em informações gerais educacionais, dentro do contexto da vida cotidiana. Segundo reportagem de jornal, a relatora admitiu que o Brasil tinha capacidade ser um laboratório ideal para a experiência de TV educativa, atendendo clientela egressa dos programas de alfabetização que não eram integradas à rede supletiva estadual, mas que também precisam completar os estudos

“O projeto João da Silva é válido, em sua estrutura, sob o ponto de vista didático-pedagógico. Cabe-nos porem ressaltar que nosso exame se ateve a parte teórica de montagem e conteúdo do projeto e, sobretudo, à análise do currículo. Estamos certos, entretanto, que a excelente equipe de técnicos da FCBTVE, liderada por Gilson Amado, pioneiro da televisão como meio de educação de massa, imprimirá a este projeto uma correta dimensão.” (Jornal do Brasil, 13/06/73).

Apesar de ser um produto de televisão, e por isso dialogando com entretenimento, *João da Silva* passava por uma avaliação, feita em varias etapas, por um grupo de professores e técnicos em TV educativa. As equipes pedagógicas participavam do planejamento dos capítulos junto aos técnicos e roteiristas da telenovela. Cada gravação de programa era acompanhada por um professor. Depois de pronto o programa passava por uma junta pedagógica que poderia fazer alterações no vídeo se achasse necessário. Aprovado, o material gravado era apresentado às turmas experimentais que recebiam o conteúdo das aulas, em circuito fechado, antes da exibição na TV aberta. A fabrica da Klabin⁶¹ abrigou duas turmas testes formadas por funcionários. As dúvidas desses alunos eram avaliadas por professores que a partir delas elaboram um programa de revisão exibido na sexta-feira, com todo o conteúdo da semana. Também era feita uma

⁶¹ Fonte- Jornal do Brasil – 13/06/1973

avaliação com monitores sobre os alunos porque a TVE queria fazer um histórico dos alunos formalmente matriculados no curso *João da Silva*. As provas para obter a certificação do primário foram elaboradas pela Secretaria de Educação do Estado da Guanabara.

Durante cinco meses a telenovela e curso supletivo *João da Silva* foi transmitido em emissoras comerciais e em telepostos do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro. O Jornal do Brasil destacou a seguinte curiosidade sobre alguns telepostos:

Bateria e luz de gás

Em Itaboraí, Estado do Rio, estão os tres postos mais curiosos do Curso Supletivo João da Silva. Um deles instalado numa fazenda, onde não ha luz elétrica, funciona com um televisor a bateria, de propriedade do monitor do curso, que além desse esforço, instalou aparelhos de luz a gás butano no local das aulas. Os outros dois funcionam em um leprosário e em um presídio.

O primeiro relatório feito sobre a vida nos telepostos revelou ainda que mais de 80% deles tem seus próprios times de futebol. Em Paraíba do Sul, um churrasco foi organizado para financiamento dos livros dos tele-alunos que não tinham meios para comprá-los. E no Rio, nas paróquias de Santa Bárbara e Santa Cecília, depois da aula no teleposto, ha um angu patrocinado pela monitora. Mas nem tudo é festa nos telepostos da TVE: em Nova Iguaçu dois telepostos já foram assaltados, sendo que um deles também foi incendiado. (Jornal do Brasil, 07/04/74).

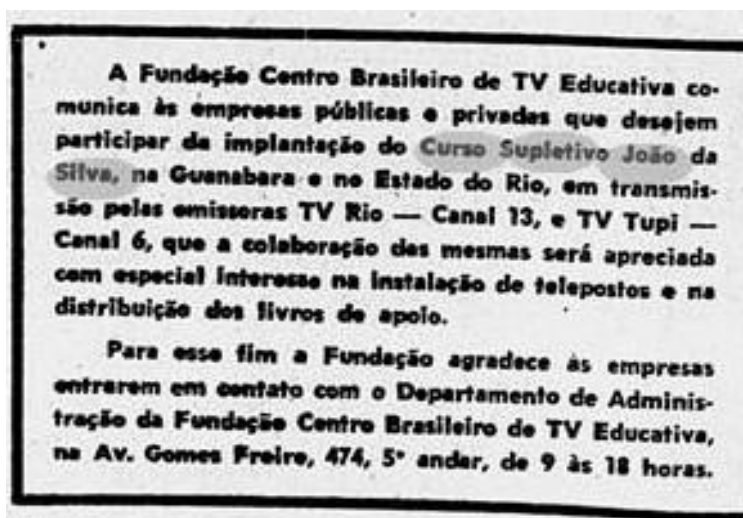


Ilustração 38 - Jornal Diário de Notícias 05/11/1973 - Chamada pública para empresas participarem do Projeto *João da Silva*



Ilustração 39 - Jornal Diário de Notícias 11/02/1974 - Reportagem sobre os exames de certificação

A toda essa infraestrutura, montada para se atingir objetivos pedagógicos e políticos, soma-se a dimensão do entretenimento que estava na utilização do formato telenovela, apesar de nos créditos de abertura ser definida como curso supletivo. Tratava-se de um produto híbrido e experimental que foi o primeiro grande projeto educativo da FCBTVE. Projeto direcionado especificamente para o público jovem e adulto. O caráter híbrido da telenovela *João da Silva* dialogava com a linguagem escolar, mas era um problema para alguns atores, como explica o protagonista Nelson Xavier⁶².

“Eu não podia falar errado, eu não podia falar a linguagem dos imigrantes. Eu não podia pronunciar palavras erradas. Eu não podia ser natural, tinha que falar tudo corretamente, como se escreve. Era asfixiante”.

⁶² O ator e diretor Nelson Xavier, 74 anos, concedeu uma entrevista sobre suas memórias relativas ao trabalho como protagonista de *João da Silva*. A entrevista foi feita por telefone e gravada com autorização dele, com duração de aproximadamente 30 minutos.

“Era como moral e cívica, disciplina imposta pelo governo militar. Todo mundo era patriota, todo mundo sabia o hino nacional. Esse tipo de mentalidade era o da novela”.

A caracterização da personagem do interior não poderia conter traços de prosódia, segundo a orientação dos professores. O objetivo era o ensino funcional, e a inclusão do jovem e adulto semianalfabeto em um universo letrado, que lhe garantiria também a participação cidadã. Não era interessante, do ponto de vista pedagógico, apresentar uma caricatura do homem caipira que vivia no interior, na zona rural. Também, havia a orientação por uma homogeneização do perfil, retratado no caráter ilibado do protagonista *João da Silva* e no jeito simples de falar, porque as palavras precisavam ser bem pronunciadas. Tamanha retidão soava inverossímil diante de personagens realistas como, por exemplo, *Beto Rockfeller*. Mas, para os professores havia necessidade de um novo olhar para a televisão, em que fosse possível ter a participação do professor criando situações novas de acordo com os padrões escolares de escrita, de fala e conduta moral. A proposta era por um trabalho feito em parceria.

Esta claro que, defendendo a realização ou a supervisão dos trabalhos da TVE pelo professor, não estamos admitindo a hipótese de a um indivíduo caber a responsabilidade de todas as atividades. Nem, pensamos, absolutamente, em excluir a participação de profissionais da televisão nesse trabalho. Muito terão que aprender com estes os que ensaiam os primeiros passos na estrada nova da TVE.

No caso, nossa posição é a de considerar imprescindível a assistência de educadores na produção de programas de educação. (Judith Brito de Paiva e Souza, 1969, p.289)

A conciliação entre educadores e profissionais de televisão gerava atritos por causa da audiência e das condições técnicas de produção. Para os educadores, acostumados a uma audiência de alunos com interesses comuns pela formação e pelo conhecimento escolar, abria-se um novo perfil de plateia formada pelas massas com pouco acesso a informação e a cultura elitizada da escola. A democratização do ensino deu visibilidade para a falta de preparo dos professores no diálogo com o aluno oriundo de baixa renda. Por outro lado, os profissionais de televisão acostumados à linguagem popular das massas, se viam mobilizados pelas amarras do conteúdo escolar. Do ponto de vista pedagógico, tinha-se a

pretensão de se criar estratégias tecnicistas⁶³ sistematizadas na trama da telenovela, que seriam capazes suprir o currículo escolar. O trabalho de radiodifusão educativa deveria apresentar algumas características básicas: intencionalidade na ação formativa, adequação ao nível de audiência, inserção em um planejamento global, previsão dos efeitos a atingir, condições para a avaliação desses efeitos. Segundo Alfredina de Paiva e Souza (1969):

A radiodifusão educativa pode desenvolver-se em dois planos básicos, interligados e interdependentes:

O primeiro, de caráter educativo geral, voltado para promoção sócio-econômico-cultural da comunidade, dirige-se às grandes audiências indiscriminadas, através de mensagem que oferece real valor formativo.

O segundo, de caráter instrutivo, obedecendo a uma planificação que acompanha as linhas mestras dos sistemas escolares tradicionais, tem em mira audiências limitadas, selecionadas quanto aos níveis culturais e os interesses profissionais; os programas, ao serem lançados ao ar, ficam em geral, ao alcance de todos os indivíduos e podem captar o interesse das audiências não previstas, desde que o conteúdo, a forma de apresentação e técnica de realização se harmonizem e se equilibrem. (p. 439)

Neste trecho, vemos que a posição dos educadores estava alicerçada na técnica e no planejamento, fatores que supostamente trariam o conhecimento “real” das audiências televisivas. No entanto, os profissionais de televisão (técnicos e atores) percebiam que todo esse controle não seria a garantia de sucesso porque a linguagem da dramaturgia estava também no campo da emoção. A conquista da audiência estava permeada de subjetividades, que iam além da necessidade de obter um certificado do curso primário. Em reportagem da revista *Amiga*⁶⁴, *Lourival Marques* explica que para *João da Silva*, ele criou um tipo que representasse o brasileiro médio para agradar tanto os interessados em aprender quanto o público em geral. Porém, não sabia como seria o fim da novela porque

⁶³ O tecnicismo é uma tendência educacional praticada nos anos 1970, inspirada nas teorias behavioristas da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino. No tecnicismo, a prática pedagógica é controlada e dirigida pelo professor constando de atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida e passível de ser totalmente programada.

⁶⁴ Acervo da família de Lourival Marques - Revista *Amiga*, 1973

tinha muita gente nova e ele precisava observar o desempenho dos atores para poder fazer adaptações nos personagens.

A análise da parceria entre professores e profissionais de televisão confere à definição audiência o ponto de maior questionamento. O entretenimento parece ter sido bem absolvido pelos professores, que já estavam trabalhando os conteúdos educativos dentro da estética televisiva, conscientes de que o telensino e a teledidática não poderiam se resumir a transmissão de uma aula televisada. Já, os profissionais de televisão, acostumados ao sensacionalismo e ao humor fácil, encontravam dificuldade de inserir nesse contexto a seriedade do currículo escolar.

5.4.

O Ensino de Jovens e Adultos na Televisão – Estratégias Pedagógicas

A educação de jovens e adultos pela televisão não se restringe apenas à idade, mas ao contexto cultural em que essas audiências estão inseridas e as representações as quais lhes são atribuídas no âmbito das políticas educacionais. Corroborando com Oliveira (1999), as produções educativas veiculadas na televisão não se destinavam a qualquer jovem ou adulto, mas a um grupo específico.

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo. (Oliveira, 1999, p.59)

O fato de não serem crianças ou adolescentes é uma barreira para utilização das teorias educacionais baseadas na área da psicologia porque elas não foram estruturadas ou observadas a partir de um ser humano adulto. Os processos

de construção de conhecimento e de aprendizagem dos adultos são pouco explorados na literatura de psicologia educacional disponibilizada nos cursos de pedagogia e licenciatura. E isso transparece na concepção do material pedagógico direcionado ao público de *João da Silva*. Mesmo diante de uma junta de educadores e pedagogos, prevaleceram as características cristalizadas por estereótipos comuns às tramas televisivas.

Oliveira (1999) explica que mesmo na educação, o adulto é visto de forma abstrata, universal, ou seja, estereotipada. O correto estereótipo de adulto corresponde para a educação ao *homem ocidental, urbano, branco, pertencente a camadas médias da população, com um nível instrucional relativamente elevado e com uma inserção no mundo do trabalho em uma ocupação razoavelmente qualificada* (p.61). O oposto é a figura do analfabeto, do mestiço, do trabalhador braçal. E o público alvo da telenovela em questão era o jovem adulto a partir dos 14 anos, urbano e que deixou os estudos e precisa de certificação para melhorar suas condições de vida.

Como o adulto anteriormente descrito, ele é também um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo o ensino médio. É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada, escolarizada e urbana. Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de “não-crianças”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais (OLIVEIRA, 1999, p.60)

No âmbito da educação, existe a tendência de tratar a categoria jovens e adultos de modo abstrato, sem identificar as peculiaridades desse grupo. Assim, prevalecem os estereótipos para classificar o estudante que se insere nessa modalidade de educação. Em sua origem, a telenovela está relacionada ao melodrama, a superação de todo tipo de problema para ascender em felicidade no final. Essa característica encontrou respaldo nas produções educativas da época, na representação do personagem do campo que supera os limites da sua condição social, conquistando emprego e cidadania. A figura de *João da Silva* é retratada a partir de estereótipos concedidos aos grupos de baixa renda e principalmente aos

imigrantes do norte e nordeste do país. Os estereótipos mais comuns do nordestino são: a mestiçagem, a força de trabalho para atividades braçais, a violência, a estética rústica, a religiosidade, a pouca escolarização. São estereótipos reforçados na televisão com objetivo de padronizar os diferentes grupos sociais em toda sua diversidade, na tentativa de criar empatia com a audiência.



Ilustração 40 - Jornal Diário de Notícias 03/09/1972

A dramatização ou teatralização da história do nordestino que vence na vida pela via da escolarização criava identificação com público alvo e facilitava o diálogo entre eles. O recurso da teatralização já havia sido utilizado com sucesso nos trabalhos com jovens e adultos realizados pelo MEB. A estratégia pedagógica da telenovela se apoiou no estereótipo do nordestino semialfabetizado para iniciar uma campanha de alfabetização e retorno aos estudos de jovens e adultos integrando o personagem tema a uma série de situações que reforçavam esse modelo e ao mesmo tempo indicava a educação formal, escolar como caminho para superar estereótipo do analfabetismo.

O planejamento didático da narrativa seguia os princípios da alfabetização recomendada pela UNESCO, no final da década de 1960. A alfabetização deveria ter uma funcionalidade capaz de inserir o indivíduo adequadamente no seu meio

social. O alfabetizado funcional teria que ser capaz de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo fossem também importantes para o desenvolvimento individual e da sociedade. Era uma educação para formação da cidadania fundamentada no trabalho, na moral e no respeito à nação; na observação e preservação de direitos trabalhistas e previdenciários.

5.5.

Telenovela em tempos de ditadura civil-militar

O período de ditadura civil-militar impôs uma vigilância constante aos roteiros das telenovelas de todas as emissoras de televisão, que não deveriam passar mensagens consideradas inapropriadas pelo governo. Em *João da Silva*, quanto à influência ideológica⁶⁵ do governo da época destacamos a trilha sonora de abertura:

*Bolsa tiracolo/ Chinelo de couro cru/ Se ela fosse uma estrela
Eu seria o Cruzeiro do Sul
Bolsa tiracolo/ Chinelo de couro cru/ Se ela fosse uma estrela
Eu seria o Cruzeiro do Sul
Palaxipadauera/ Palaxipadauá*

Ao escolher signos como chinelo de couro cru e bolsa tiracolo para traçar um perfil do nordestino analfabeto no Brasil, o autor da música reforçou uma cadeia de significados sobre o nordeste referentes à cultura regional e também ao atraso econômico e social da região. Atraso que deveria ser combatido pela educação e cidadania. A letra da música também menciona o Cruzeiro do Sul, fazendo uma possível referência à medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, criada na época do império por Pedro I, que se tornou uma honraria no governo de Getúlio Vargas dada aos estrangeiros que se destacavam. Ou a própria bandeira nacional cujo Cruzeiro do Sul é representado junto à frase Ordem e Progresso, que representa um ideal de nação.

⁶⁵ Gramsci define a ideologia enquanto característica não de indivíduos, mas de grupos sociais. Ela está relacionada à tomada de consciência dos conflitos de cunho coletivo na formação social.

Segundo Paul (2000), o Cruzeiro do Sul era considerado, devido à sua posição centralizada no céu do sul, como estrela-guia. “Por causa da sua importância náutica, o Cruzeiro do Sul é relacionado de modo inseparável com o descobrimento do Novo Mundo” p. 256. O autor também relaciona o Cruzeiro do Sul como um símbolo de saudade e esperanças de um futuro melhor: “Se mais mundo houver, lá chegará” assim celebra Camões e m “Os Lusíadas” a saudade dos navegadores e daqueles que buscavam novos mundos, novas fronteiras” p.257. O personagem João é retratado como um símbolo de um novo tempo que exige conhecimentos básicos adquiridos em instituições de ensino, e a TV começava a se configurar como um espaço que poderia também garantir acesso a conhecimentos específicos para o telespectador adquirir certificados de conclusão escolar.

No período, entre 1969 e 1984, as telenovelas, consideradas educativas ou não, foram produzidas em um contexto social e político pautado no autoritarismo da ditadura civil- militar. Estava a cargo do Estado a responsabilidade de investir em tecnologias de comunicação e também de fiscalizar as redes de televisão, que eram coagidas a apresentarem uma programação que concordasse com os valores pregados pelo governo. Durante a ditadura civil-militar o governo optou por uma política cultural que visava uma programação com conteúdos poucos reflexivos sobre o país, mas que ao mesmo tempo estivesse dentro de padrões culturais vistos como elevados para garantir uma boa formação cultural dos telespectadores. Era comum encontrarmos músicas que fazem apologia direta ou indiretamente a ditadura civil-militar. Para Alonso (2011), a maioria dos historiadores comete o erro de defender que a MPB em toda sua diversidade sempre se configurou como um instrumento de resistência ao regime militar. A memória social consolidada da ditadura militar e da MPB se refere apenas à resistência e a luta armada. Os vestígios favoráveis ao regime foram descartados isentando a responsabilidade dos diversos setores da sociedade que apoiaram a ditadura.

Independente da classe social, do gênero ou da formação histórica de certos estilos musicais, o que se viu durante os anos do governo ditatorial, sobretudo na época do milagre, foi a sintonia dos ditadores com o meio musical e de grande parte da população com este projeto autoritário. Não se trata, obviamente, de legitimar um projeto ditatorial, mas tentar entender suas

margens de consenso, que quase sempre estavam para além da simples repressão propriamente dita, e incluía diálogos, que, embora desiguais, conseguiram se sintonizar com determinados desejos e aspirações emanados da sociedade. (ALONSO, 2011, p.57)

Hamburguer (2011) destaca como curiosidade o fato do regime militar da época, que era intervencionista, censor e repressor, não ter estatizado o sistema de televisão. Autora sinaliza que conservadorismo autoritário dos militares conseguiu atuar bem, junto às emissoras de televisão que se consolidavam como vitrine de comerciais e merchandisings que divulgavam os produtos da indústria nacional, bens de consumo durável como geladeiras e fogões. A ideia de progresso e desenvolvimento exercido na política desenvolvimentista do governo ignorava a pobreza vivida no campo e a urbanização sem planejamento, em nome do compromisso com o crescimento do capital industrial. Nesta orientação, as vozes do campo e da cidade eram silenciadas pelo governo. A narrativa de *João da Silva*, criada pelo sistema público de TVE estava ancorada nos ideais da ditadura civil-militar de escolarização.

A memória do interprete de *João da Silva*, Nelson Xavier, é atravessada pelo período do regime militar. Na entrevista concedida para a pesquisa, ele falou que estava passando por um momento economicamente delicado quando aceitou participar da telenovela *João da Silva*. Ele recorda que o projeto foi passado como a história de um retirante nordestino, trabalhador, correto. Era um personagem realista aceitando as dificuldades de quem chega analfabeto na cidade do Rio de Janeiro. Que seria uma novela educativa. Contudo, logo no início das gravações o roteiro previsto para o personagem era muito artificial, porque as características dele *eram tão politicamente corretas que ele não poderia existir no mundo real*.

“Foi uma experiência negativa pra mim em todos os sentidos. É uma página negra da minha biografia. Pode escrever isso, se você quiser. Eu realmente me arrependo de como as coisas aconteceram e de como eu me conduzi diante delas”.

Nelson Xavier também comentou sobre desavenças na produção, a ponto de se iniciar um movimento entre os artistas pela troca da direção e adoção de um roteiro mais realista. Segundo ele, a comissão de professores só dava ordens e adotava uma postura conservadora. Ele não tinha contato direto com os

professores, mas as orientações que chegavam até ele eram sempre de censura. Na entrevista ele se declarou como homem de esquerda e que sentiu muito insatisfeito com a produção da telenovela e com a comissão de professores. A associação da telenovela ao período de repressão da ditadura civil-militar e a auto-identificação dele com um homem de esquerda só trouxe memórias negativas.

lores contratuais.

PREVISÃO DO ELENCO CONTRATADO PARA A NOVELA "JOÃO DA SILVA"

<u>PAPEL</u>	<u>ATOR</u>	<u>ATUAL</u>	<u>ANTERIOR</u>	<u>DIFERENÇA</u>
1-JOÃO	NELSON XAVIER	3.000,00	2.000,00	+ 1.000,00
2-ROZINHA	DILMA LOPES	4.000,00	1.500,00	+ 2.500,00
3-PORTUGUEZ	CARLOS DUVAL ?	2.000,00	800,00	+ 1.200,00
4-MÔNICA	PATRICIA BUENO	1.200,00	1.000,00	+ 200,00
5-HELIO		1.000,00	1.000,00	
6-ANTONIO	MAURO BRAGA	1.000,00	1.000,00	
7-MARTHA	JACQUELINE LORENZE	1.200,00	1.500,00	- 300,00
8-PROFESSORA	LOURDES MAYER	2.500,00	2.000,00	+ 500,00
9-JOSÉ	RENATO BARROS	700,00	700,00	
10-D. MARIA	SILVIA MARIA	700,00	700,00	
11-DUDA	4 atores a 800,00 cada	3.200,00	800,00	+ 2.400,00
12-OLÁVIO	URBANO LÓIS	2.500,00	1.000,00	+ 1.500,00
13-Turma do	5 atores			
HELIO	a 800,00 cada	4.000,00	4.800,00	- 800,00
14-ALUNOS	4 a 500,00 cada	3.200,00	6.000,00	- 2.800,00
	4 - 300,00			
	TOTAL	27.800,00	24.800,00	3.000,00
	CACHES EVENTUAIS	3.000,00		
	TOTAL	30.800,00		

Ilustração 41 - Arquivo família de Lourival Marques – Previsão do elenco de João da Silva

5.6.

O Lugar do Entretenimento

O entretenimento na educação assumiu uma característica pedagógica e cultural que foi fortalecida pelo discurso da democratização da cultura a partir da polarização “cultura de elite” e “cultura vulgar ou popular”, que passou a ser discutida destacando o acesso desigual à cultura e aos bens culturais (Mattelart, 1994). Mas, essa polarização era ignorada na televisão comercial que concebia o

entretenimento apenas como distração para as massas de audiências⁶⁶, independente do tipo de consumo cultural. A função de distrair as audiências superava a hierarquização cultural.

A sociedade industrial instituiu o tempo livre, o tempo para a distração (Amaral, 1987), mas ao mesmo tempo inseriu nesse espaço o hábito de consumir produtos produzidos para os meios de comunicação de massa como: radionovela, folhetim, quadrinhos, telenovela. Foram esses os recursos de lazer oferecidos aos trabalhadores.

Por um lado a cultura de massa como um prolongamento de um sistema político concreto, o da democracia liberal, como expressão de um projeto de cooptação social ou modo particular de produzir consenso, cada vez mais dependentes das lógicas de mercado e, enquanto tal, estruturado em torno do “entretenimento”. Por outro, um projeto em que os bens da alta cultura clássica é o sinal de distintivo de uma democratização dos lazeres, um projeto indissociável da idéia da vocação pedagógica dos meios de difusão. (Mattelart, 1994, p.198)

A articulação para a formação da programação da FCBTVE, tendo como figura principal Gilson Amado, conjugou o acesso à cultura a criação de um canal de televisão voltado para educação. Nos anos de 1960 e 1970, a discussão na Europa e nos Estados Unidos passava pela oposição televisão pública e televisão privada, debatendo quais as reais possibilidades de cada uma assumir uma programação independente das pressões de mercado, criando produtos de qualidade e do interesse do público. No Brasil, com a criação da FCBTVE, esboçava-se o desenho de um canal educativo, que era financiado pelo governo, mas tinha metas ousadas de alfabetização popular que exigiam a preocupação com a conquista da audiência. A telenovela, nesse momento, representava a linguagem mais acessível para conquistar a audiência, ditando comportamentos e destacando determinados assuntos que poderiam ou não beneficiar o governo ou outros grupos de influência social, política e econômica.

⁶⁶ O conceito de audiência é aqui definido por Orozco Gómez (2001) segundo o qual ser audiência significa deixar de ser identificado por parâmetros como idade, gênero, classe social, grau de escolaridade, atividade profissional para ser identificado a partir do que consome na programação televisiva ou outros veículos de comunicação. Para o autor, os limites tradicionais de diferenciação entre os grupos são superados em prol de uma segmentação midiática baseada em critérios transversais que enfatizam as subjetividades e modos de percepção para classificarem os sujeitos de acordo com o tipo de programa que vêem na televisão.

A novela dá visibilidade a certos assuntos, comportamento, produtos e não a outros; ela define uma certa pauta que regula as interseções entre a vida pública e a vida privada. Vendo a telenovela a partir dessas categorias, pode-se dizer que durante o período de 1960 a 1980 ela se estruturou em torno de representações que compunham uma matriz imaginária capaz de sintetizar a sociedade brasileira em seu movimento “modernizador”. (Lopes, 2009, p.23-24)

Analisar o entretenimento nos meios de comunicação implica situá-lo como mais um produto da indústria da comunicação. Como abordamos, anteriormente, o entretenimento é parte da linguagem da televisão. Teledidática ou teleducação vão sempre dialogar com o humor, com as emoções, com a diversão. O problema que coloca, é o foco da ação educativa e pedagógica estar na dimensão do entretenimento. Porque, desta forma, fica explícito que é entretenimento o produto central da relação televisão e educação. Cabendo, exatamente, apenas a utilização do modelo de alfabetização funcional, único capaz de assumir a diversão nesse contexto, trazendo leveza para o conteúdo, que já é diluído e simplificado. A suposta democratização do ensino formal pela televisão não se realiza de fato, porque a estrutura comunicativa do veículo se adéqua melhor ao uso não formal da educação.

Gilson Amado acreditou que a telenovela poderia “revolucionar” a televisão e, sobretudo, conscientizar o telespectador semianalfabeto que a teleducação era o melhor caminho para a conclusão dos estudos. Nas reportagens⁶⁷ analisadas, a audiência da telenovela, segundo dados do IBOPE, ficava em torno de 300 a 400 mil pessoas no Estado do Rio de Janeiro e no Estado da Guanabara, áreas teste onde ela foi inicialmente exibida durante cinco meses. O total de inscritos foi de 15 mil (12 mil no Rio e 1.198 na Guanabara). O índice de aprovação foi de 43%.

Os resultados foram considerados positivos, apesar de inexpressivo diante da expectativa gerada movida pelos números do IBOPE e pela televisão ser um veículo de massa. Em termos gerais foi um avanço porque apenas 57% foram reprovados na prova elaborada pela Secretaria de Educação do Estado da Guanabara. No curso supletivo regular as reprovações eram de 73%. O curso foi planejado para ser exibido, em parceria com o Programa Nacional de

⁶⁷ Fonte: Jornal do Brasil 07/04/74; 20/07/74.

Teleducação- Prontel, em outros estados e quando as fitas de videotape chegarem à totalidade da federação, o custo por aluno será de Cr\$ 6,00.

O uso da telenovela na educação de adultos foi um acerto, do ponto de vista pedagógico, apesar do baixo número de inscritos para realização das provas de certificação. A dramatização do cotidiano na narrativa televisiva na perspectiva de educadores e professores trouxe para o circuito aberto de televisão, para uma obra aberta como a telenovela, a possibilidade de diálogo sobre processo de aprendizagem na vida adulta. Acreditamos que a estrutura híbrida de *João da Silva* serviu de apoio para a estruturação dos tele cursos que ainda são produzidos na atualidade. A escolha da telenovela facilitou a utilização da didática escolar pelos professores para que eles conseguissem ter o controle sob a utilização do conteúdo obrigatório dos cursos primário em uma narrativa que também precisava de conteúdos de entretenimento como: romances, intrigas, disputa por herança. Contudo, o êxito pedagógico não se traduziu em melhorias reais para o ensino de jovens e adultos, área da educação geralmente negligenciada na política educacional do país. Apesar da propaganda desenvolvimentista dos governos militares, tendo a educação como alavanca para o crescimento, os índices de aprovação no ensino primário não foram satisfatórios. Uma educação orientada para o desenvolvimento não é garantia de uma sociedade democrática porque o sistema educativo não tem capacidade de suprimir as desigualdades. As oportunidades de escolarização não são iguais para todos, o atendimento do sistema educacional é desigual (Cunha, 1975), e ainda é mais irregular no setor de jovens e adultos. Mesmo onde há melhores condições de acesso, não há igualdade educacional.

O uso da televisão educativa, no período pesquisado evidenciou essas desigualdades porque os propósitos de democratização, mesmo com um aparato de telepostos, não se concretizaram de fato. Como vimos, a formação de professores foi um fator essencial na discussão da teleducação. A necessidade de professores acelerou a formação, super lotou as turmas das escolas normais e a qualidade caiu. Diante da urgência “desenvolvimentista” não se debateu a qualidade da formação e sim a massificação do ensino. A teleducação foi usada para o aperfeiçoamento dos docentes do ensino primário como forma de democratização do ensino, visando, sobretudo o barateamento dos custos de escolarização. A aproximação com a linguagem popular do entretenimento foi

também um movimento de “democratizante”, tendo em vista o despreparo dos professores para dialogar com as classes populares.

A MAIS NOVA TV CARIOCA



Nelson, Jacy e Lourdes, em pé, em “João da Silva”

Quando o Ministério da Educação resolveu criar a TV Educativa, sua primeira intenção era produzir bons programas e, com eles, despertar o interesse do público. O tempo passou e os diretores da TV Educativa decidiram levar seu plano mais longe e disputar com as emissoras comerciais os preciosos pontos do Ibope. Para provar que não estavam brincando, Gilson Amado e Jacy Campos, presidente e assessor da TV Educativa, tomaram suas providências e estão aguardando apenas que o Ministério das Comunicações conceda um canal para entrar na luta da audiência. Quando tudo estiver pronto, o público poderá assistir à primeira arrancada da nova emissora, a novela educativa.

O herói João da Silva

Escrita por Lourival Marques, que contou com a ajuda de professoras do MEC e a coordenação do professor Jairo Bezerra, “João da Silva”, a novela educativa, conta a história de um retirante, que veio tentar a sorte no Rio. Jacy Campos explica:

— Trata-se de um homem do sertão, rude, analfabeto, sem qualquer habilitação profissional, que encontra diversas dificuldades na cidade grande enquanto aprende inúmeras coisas: a ler, o significado da carteira de identidade, identificação policial. Enquanto acompanha a novela, o espectador terá noções de português, matemática, geografia e educação cívica.

Mas não falta o amor

— Mas, como toda novela, “João da Silva” tem sua história de amor. João vai encontrar num Curso Supletivo (primário) Rosinha, empregada doméstica de uma rica família, que mora em Ipanema. Ele se apaixona por ela, mas aparece Gastão, um rapaz rico e mau-caráter, que gosta da moça e entra no curso apenas para encontrar Rosinha. Então a novela vai se desenvolver de maneira simples e romaneada, mas aproveitando todos os momentos para apresentar mensagens educativas ao povo. Nelson Xavier, Maria Fernanda, Lourdes Mayer, Luís Linhares, Patrícia Bueno, Maria Cristina, Carlos Duval, Daisy Lúci e Cecil Thiré estão no elenco, sob a direção de Jacy Campos.

O tape vai funcionar

Mas a programação da emissora não se limita a esta novela. A TV Educativa está gravando uma série de programas sobre assuntos de educação e ensino, como previdência, fundo de garantia e estabilidade. O vídeo-tape também será mandado para diversos Estados e eles esperam a chegada de um caminhão de externas, importado da Alemanha, para transmitir especiais de teatro (a cores). A série “Universidade Popular” continuará e apresentará artistas como Sérgio Mendes, Cláudio Arrau, Clementina de Jesus, Baden Powell, ou orquestras, como a Filarmônica de Berlim, ou a de Câmara da Universidade do Rio de Janeiro. Instalada no prédio do antigo Teatro República, na Av. Gomes Freire (Rio), a TV Educativa vem treinando seus técnicos para que, no dia em que for dada a arrancada, tudo saia perfeito. •

Reportagem de Zildo Guimarães

Ilustração 42 - Reportagem sobre João da Silva 05/10/72 – Arquivo família de Lourival Marques

5.7.

João da Silva em Imagens – O capítulo 5







Ilustração 43- Fotografias em sequência de um capítulo da telenovela João da Silva

A cena de abertura do capítulo é em uma rodoviária. A ação é o desencontro de João e Rosinha. Sob o som da abertura e inicia-se o capítulo. O conteúdo educativo será ortografia, adição, siglas e previdência social. Neste capítulo, o chefe reclama do relatório mal escrito e recebe uma visita indesejável. Ela quer saber onde está o filho desaparecido, o casal discute, enquanto os funcionários estudam matemática. Em uma portaria de um prédio próximo da praia, uma moradora combina uma aula com a mulher do porteiro e é criticada pelo amigo que a convida para ir à praia. O amigo recebe uma lição de moral e ela segue ensinando a mulher do porteiro, que tem dúvidas sobre siglas. A telenovela segue com João chegando a uma cidade do interior. Em uma pensão ele conversa, faz amigos e recebe convite para trabalhar em um posto do INPS. Primeiro dia de trabalho, João tira dúvidas sobre o emprego e a previdência social. Voltamos ao escritório, o chefe conversa com um amigo sobre a visita que recebeu. Clima de tensão: ele sabe onde está o filho desaparecido. Termina o capítulo e há uma revisão dos conteúdos educativos.

O capítulo que encontramos⁶⁸ está localizado no domínio da UOL, foi dividido em três partes: primeira com 15m e 15s, segunda com 07m e 11s e a terceira com 10m. Somando um total de 32m e 26s, incluindo a abertura e o fechamento do programa. O tempo total dedicado ao conteúdo didático com cartelas e apresentadores e de aproximadamente 6m e 72s, distribuídos ao longo do capítulo. Ou seja, menos de 30% é dedicado exclusivamente ao conhecimento destacado no início do capítulo. As cenas mais longas apresentam pouco conteúdo didático. O tempo dado aos créditos de abertura e fechamento (respectivamente 1m16s e 1m 64s) era longo em comparação com as cenas da telenovela.

Ficha técnica da telenovela João da Silva

Créditos de abertura: Coordenação pedagógica – prof. Manuel Jairo Bezerra; Roteiro – Lourival Marques; Música – Jorge Mello; Efeitos especiais – Geraldo Casé ;Assistentes – Mario Franco e Delfin Afonso; Produção geral – Fernando Pamplona, Direção – Jacy Campos; Supervisão – Gilson Amado. **Elenco:** Nelson Xavier, Maria Cristina Nunes, Maria Fernanda, Luís Linhares, Eduardo Tornaghi, Carlos Duval, Lourdes Mayer, Mauro Braga, Patrícia Bueno, Renato Barros, Silvia Maria, Vera Brahim. **Créditos de fechamento:** Produção – Ivan Di Karlo e Armando Corrêa; Continuidade – Yasmine Braihin; Direção de Imagens – Oscar Robles; Edição – Paulo Cerqueira e Thadeu Conde; Contra-regra – Abel Medeiros, Eduardo Santos, Álvaro Rocha; Sonoplastia – Jorge Napoleão; Operado de áudio – Victor Rapozeiro; Coordenação de estúdio – Sebastião Cação; Supervisor de operação – Argemiro Chagas; Operado de telecine – Luciano Maurício e Geraldo Breciani; Operadores de VT – Karlucio Primo, Paulo Raish; Iluminação – Josema Fernandes; Assistente – Waldir Nunes; Câmaras – Lula, Neto, Harrison, Mario Dias, Augusto Fonseca; Cenário – Plínio Cypriano; Assistente – Neiton Rabelo; Operadores de microfone – Wanderley e Maiato; Figurino – Maria Carmen; Maquiagem – Paulo Ferreira; Coordenação técnica – Flavio Moriconi; Diretor técnico – Orestes Polverele.

⁶⁸ Ao longo da pesquisa encontramos dificuldades em localizar documentos sobre a narrativa de *João da Silva*. Nas reportagens de jornais identificamos o cenário político em que ela estava inserida, e também alguns impactos que gerou na ascensão da televisão educativa no Estado da Guanabara. Não temos informações suficientes sobre os personagens para uma análise mais completa, não sabemos quais eram as características principais deles no desenrolar da trama. Temos a sinopse, já apresentada neste documento, que nos apresenta a ideia central da trama. O personagem que mais temos dados é o próprio João da Silva, mas ainda sim escassos para uma compreensão maior sobre a ação dele durante a trama

6

Algumas considerações ...

Ao começar os estudos sobre a telenovela *João da Silva*, iniciei um caminho de pesquisa reunindo os vestígios que essa experiência televisiva deixou. A maioria dos capítulos, dos roteiros, dos scripts, das fotos se perdeu no tempo. E cada fragmento de memória dessa telenovela foi importante para seguir uma trilha que me levou até o Estado da Guanabara, entre os 1960 e 1975, investigando quais eram as propostas para uso da televisão na educação desse período.

O Estado da Guanabara alimentava uma política educacional baseada na construção de escolas, no aumento de vagas escolares na rede pública. Era a época das escolas de alumínio e das escolas de “tijolinho”. Nos jornais toda semana tinha uma nota sobre uma solenidade de inauguração dessas escolas que abrigavam apenas salas de aula, sem uma estrutura complementar de apoio pedagógico. Ao mesmo tempo, o incentivo a escolarização era pauta do dia na UNESCO. A erradicação do analfabetismo em países considerados subdesenvolvidos mobilizava recursos humanos e financeiros em prol de uma alfabetização funcional padrão que deveria, sobretudo, preparar a população para o mercado de trabalho. A televisão surge, então, como recurso para interferir nesses “problemas”. Ela, pela capacidade de absorção das massas, era o veículo ideal para acolher projetos educativos.

Nesse período a televisão estava no auge da popularidade com uma programação estruturada com base no entretenimento dos programas de auditório, das gincanas, das telenovelas. O uso da televisão a serviço da educação, não era apenas uma solução para os governos e para os órgãos internacionais, mas era também uma aspiração social. A popularidade da televisão e as possibilidades técnicas do audiovisual, aliada à crítica sobre a baixa qualidade da programação das emissoras comerciais fomentou a defesa de programas mais educativos e instrutivos.

Os profissionais da educação, então, reivindicaram, apoiados no saber pedagógico, o pioneirismo nas experiências com teleducação. A pesquisa chegou

ao Instituto de Educação do Estado da Guanabara para analisar a participação dos educadores no projeto de construção da televisão educativa. Encontramos registros de seminários e cursos de preparação para televisão educativa, a partir de uma perspectiva que unia a operação técnica da TV e a formação pedagógica. Nos vestígios da formação para atuar com educação e televisão, identificamos o pioneirismo do Instituto de Educação no treinamento de profissionais que, mais tarde, compuseram os quadros de funcionários de emissoras educativas e comerciais em todo o país. Essa experiência deu início a parceria com FCBTVE, com Gilson Amado para a produção do primeiro grande produto educativo para a alfabetização de jovens e adultos no Estado da Guanabara: a telenovela e curso supletivo *João da Silva*.

A televisão educativa deveria servir à educação formal com cursos de alfabetização e também à educação não formal suprindo carências culturais e informativas das audiências que não tinham acesso facilitado ao conhecimento. Ela deveria preencher os espaços culturais deixados pela falta de bibliotecas e laboratórios nas escolas, além de orientar as famílias na condução da casa, na criação dos filhos, nos hábitos de higiene. A memória da experiência com teleducção no Estado da Guanabara faz alusão ao processo de formação da televisão educativa a partir dos cursos de formação e treinamento para televisão educativa do Instituto de Educação e da FCBTVE e a campanha de alfabetização de jovens e adultos que deu início a criação da telenovela *João da Silva*.

Houve uma mudança no conceito de memória que privilegia a dinâmica social que faz com que ela exista, ou seja esquecida, e a mídia tem um papel importante, como técnica de rememoração, nessa dinâmica. Algumas memórias são documentadas pela imprensa ou, mas recentemente, preservadas em acervos audiovisuais. Em *História e Memória*, Le Goff (2003) explica que cada grupo, nas diferentes épocas e culturas, escolhe um sistema de técnicas para construir e reconstruir suas memórias.

Ao trabalharmos com o audiovisual, principalmente com a televisão, nos deparamos com a falta de acervo. Nos anos de 1960, com o crescimento do uso do videotape, o registro da programação “ao vivo” poderia ser preservado ao longo dos anos, mas: *No lançamento do VT, a imprensa não comemorava o fato de os programas poderem ser armazenados, mas de uma fita gravar programas, um sobre o outro* (Elias & Costa, 2005) e a memória da televisão foi apagada porque

não existia o pensamento de registrar o passado da televisão. A cultura do programa “ao vivo” permaneceu, e prevaleceu o pensamento que atribuía à televisão a cultura do descartável. Televisão não era vista como arte, era entretenimento para massas que, nessa perspectiva, queriam apenas novidade, riso fácil.

Os *mass-media* são genealógicos e não tem memória, mesmo que as duas características pareçam incompatíveis uma com a outra. São genealógicos porque neles toda invenção nova produz imitações em cadeia, produz uma espécie de linguagem comum. Não tem memória porque depois de se produzir a cadeia de imitações, ninguém mais pode lembrar quem a iniciou e se confunde facilmente o iniciador... Além do mais, são mais complexas e verossímeis do que o próprio iniciador, que se parece com o seu imitador (Eco, 1984, p. 177).

Durante a pesquisa ficou evidente que houve um apagamento da memória da telenovela *João da Silva*, seja pela falta de acervo ou pela substituição por experiências novas, como o telecurso da Fundação Roberto Marinho. Que hoje, para muitos é identificado como a primeira experiência de teleeducação para jovens e adultos na televisão brasileira. O esquecimento não ficou apenas restrito a telenovela. Os cursos de preparação e treinamento para a televisão educativa, responsáveis pela formação ideológica e técnica da televisão educativa no país, começando pelo Estado da Guanabara, também foram esquecidos. E surgem como novidade nas inúmeras pesquisas sobre educação e tecnologia que indicam a necessidade de formação e treinamento de professores para o uso da tecnologia audiovisual com fins educacionais. A disputa entre pedagogos e profissionais de outras áreas por espaços na criação de materiais educativos como ferramentas educacionais em diferentes suportes de mídia não é uma novidade. Os suportes de tecnologia mudaram, mas as questões educacionais relativas ao uso dessas ferramentas na educação formal ou não formal continuam em debate. Debate que é fomentado pelas políticas educacionais, pela pressão econômica para a manutenção do crescimento da indústria de tecnologia, pela pressão social globalizada ávida por consumir informação e entretenimento.

A presente pesquisa identificou a importância da participação dos professores na construção da linguagem da televisão educativa no Brasil, ao

entrarem na disputa por espaços de trabalho em produções educativas na televisão. Corroborando com a política de ampliação da escolaridade da população, o investimento inicial foi por uma televisão instrutiva com cursos supletivos, ancorados na alfabetização funcional. Esses professores pioneiros criaram, junto com profissionais de televisão, uma linguagem didática unida ao entretenimento que resultou na experiência de *João da Silva*. A preocupação com a educação de jovens e adultos foi também responsável pela concepção da televisão educativa no Estado da Guanabara. A movimentação política da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, com sede na Guanabara, mas com objetivos de distribuição de material audiovisual educativo para todo o país, nos revelou que, inicialmente, a televisão educativa se estruturou a partir de um projeto de educação funcional para jovens e adultos.

A observação dessas experiências, revelam parte da relação da educação ou das instituições escolares com as tecnologias de informação para as massas. Focando o olhar para o audiovisual educativo, como mais um produto da “indústria cultural” que precisa responder adequadamente, a uma demanda que tem como estímulo principal o entretenimento. Nesse sentido, podemos perceber as dificuldades do modelo de gestão da televisão educativa, um negócio público, com concorrência direta com os setores privados de comunicação, porém sem os mesmos recursos. O esforço pela conquista da audiência, concebida inicialmente como escolar, tem sido o desafio da radiodifusão educativa no país. A busca pela audiência, ao longo dos anos, tem sido a responsável pela formação dos diferentes perfis, de “educativo”, apresentados nos canais educativos. Esse perfil foi supletivo nos anos de 1970 e hoje busca identificação com um modelo de televisão educativa capaz de mostrar a diversidade cultural das regiões do Brasil. O mercado de audiovisual educativo no país é amplo e dialoga com diferentes vertentes didáticas e de inclusão política, social e econômica.

Retornando ao questionamento sobre o esquecimento de *João da Silva*, experiência tão importante para a história da televisão, destacamos que o período de sua produção foi durante a ditadura civil-militar. Pollak (1989) aborda a dificuldade de trabalhar com a memória de momentos difíceis do passado, e prevalecendo, assim, o discurso dominante. No caso da ditadura civil-militar no Brasil, momento sombrio de muita perseguição política e silêncio ideológico, a memória de educação do período é conduzida ao pensamento exclusivo de

repressão e opressão militar. As iniciativas educacionais lembradas são aquelas que se opuseram explicitamente ao governo e tiveram seus líderes exilados e censurados publicamente. As iniciativas que tiveram o apoio do governo foram esquecidas. *O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais* (p.5). No discurso oficial do ensino a distância, *João da Silva* foi pouco estudada, e devido a falta de arquivos sobre essa experiência, seja pela degradação física ou pelo silêncio de determinados grupos, o conhecimento sobre esta produção televisiva seguirá na investigando vestígios de memória, recortes de jornais.

7

Referências bibliográficas

ALONSO, Gustavo. “Ame-o ou ame-o: A música popular e as ditaduras brasileiras”. **Revista do Mestrado em História da Universidade Severino Sombra** (USS), v. 13, p. 1, 2012.

ASSUNÇÃO, José T. Pedagogia e Produção para a TVE. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, out./dez.,1970.

BARRETO, Raquel. **Discurso, Tecnologias, Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; THOMAZ, Alice Ângela. Práticas Reformistas na Educação Brasileira: A Contribuição dos Irmãos Gildásio e Gilson Amado. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, n. 46, 2012.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BELLONI, M. L. A televisão como ferramenta pedagógica na formação de professores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, dec. 2003.p.287-301.

_____. Mídia-educação ou comunicação educacional? Campo novo de teoria e de prática. In: Belloni, M.L. (Ed.). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. A formação na sociedade do espetáculo, p.27-45

_____. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, UNICAMP, v. 23, n.78, Abr. 2002, p. 117 a 142.

BRITTO, Luiz Navarro de. *Teleducação – o uso de satélites*: política, poder, direito. São Paulo: T. A. Queiroz; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1981.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, ed. UNESP, 1992.

_____. **Historia e Teoria Social**. São Paulo, ed. UNESP, 2002.

_____. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro, ed. Jorge Zahar, 2003.

CALDAS, Graça. Mídia, escola e leitura crítica do mundo **Educação& Sociedade**. São Paulo, v.27, n. 94, 2006. p. 117-130.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARPENTER, Edmund; MCLUHAN, Marshall. **Revolução na Comunicação**. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1974.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 22, n. 65, p. 17-31, Oct. 2007

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 23, Agosto. 2003.p.36-61.

COSTA, Patrícia Coelho da. **Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. As professoras primárias da Guanabara de Lacerda: a construção do tipo antropológico. **EccoS Revista Científica**, v. 9, n. 1, p. 135-156, 2007.

CUNHA, Luiz. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**.: Editora Francisco Alves, São Paulo, 1975.

DUARTE, Adriana. Roquette-Pinto e a Rádio Sociedade do Rio De Janeiro - Coletâneas de Documentos. (Mestrado), Rio de Janeiro: FGV.

DUARTE, Rosália; **Cinema & Educação**. Belo Horizonte. Ed. Autentica ,2006.

ECO, Umberto. **Viagem à Irrealidade Cotidiana Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 1989.

ESTEVES, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NOVOA, Antonio (org.). Profissão professor. 3. ed. Portugal: Porto Celina 1995. p. 93-124.

FÁVERO, Osmar. MEB–Movimento de Educação de Base-primeiros tempos: 1961–1966. **Paulo Freire: educação e transformação**. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

FEDERICO, Maria Elvira B.. **História da comunicação**. Vozes, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil**. **História Oral**, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**. v.28, n.1 2002. p. 151-162. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11662.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2010

FLORES, Tatiana, M. La emoción y la razón enfrentadas: televisión vs. Escuela. In: PERES, Lúcia.; PORTO, Tânia. **Tecnologias da educação: tecendo relações entre imaginário, corporeidade e emoções**. São Paulo: J.M editora, 2006. p.123-143.

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise de Conteúdo**. 3.ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

FUENZALIDA, Valerio. **Televisión abierta y audiencia en América Latina**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

GOMES, A. M. C.. Educação, ciência e edição: consagração intelectual, dos periódicos às coleções. Revista Brasileira de História da Ciência, v. 7, p. 6-15, 2014.

GABLER, N. Vida – O Filme: como o entretenimento conquistou a realidade. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6 v. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **História & audiovisual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e interpretações do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul/dez,1997. Disponível em: http://www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc.

HOHLFELDT, Antonio. Tecnologias da Comunicação e desenvolvimento: três aspectos vistos desde o Brasil. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 2, p. Pág. 93, 2009.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Alfabetização de crianças, jovens e adultos no município de Diadema. **Estudos Avançados**. São Paulo , v. 15, n. 42, p. 187-200, Aug. 2001

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2002.

JAMBEIRO, Othon, et al. "A radiodifusão sob o regime da Constituição de 1934." *VI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicacion*. 2002.

JOST, François. Para além da imagem, o gênero televisual: proposições metodológicas para uma análise de emissões de televisão. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de. (Org.). **Televisão: entre o mercado e a academia II**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-44, 2001.

JUSTINO, Erika Carolline; CUNHA, Jurema Tussi; CUNHA, Marilza Helena Candi. EAD: a Educação do século XXI. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, v. 4, n. 8, p. 77-90, 2011.

KONDER, Leandro. História dos Intelectuais Nos Anos Cinquenta. In FREITAS, Marcos Cézar: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto – USF, 1998 pp. 335-374

LAGO, Benjamim do. **Comunicação, Educação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1971.

LEITÃO, Yacy de Andrade. Contribuições para o estudo da teledidática a partir de uma experiência de televisão educativa no Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1973. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Flainer Rosa de. Curso de Madureza: matemática pela televisão, décadas de 1960 e 1970. 2011. 218f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) — Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, PUC-SP, São Paulo (SP).

LOPES, Sonia de Castro. Oficina de mestres: História, memória e silêncio sobre a Escola de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939). **Rio de Janeiro: DP&A**, 2006

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo. **MATRIZES**, v. 3, n. 1, p. 21-48, 2009.

LUCA, Tânia Regina. **Historia dos, nos e por meio dos periódicos**. São Paulo: Contexto, 2005

LUIZ DE SOUZA, Rogério. Militância e engajamento católico diante dos processos de mudança político-social no Brasil (1945-1970). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 2, 2013

MACIEL. Leandro Silvio Katzer Rezende. Projeto “João da Silva” – pioneirismo em teleducação matemática. Disponível em: <http://limc.ufrj.br/hitem4/papers/6.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. “A conquista”: uma História da educação à distância pela televisão e o movimento da matemática moderna no Brasil. 2009. 179 f. Dissertação.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **A TV levada a sério**. 2.ed. São Paulo: Senac, 2001.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. 5.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008..

_____; REY, German. **Os exercícios do ver: Hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: SENAC, 2001

_____. **La Educación desde la Comunicación**. Buenos Aires: Norma, 2002.

MATTOS, Sérgio. **Comunicação plural**. EDUFBA, 2007.

_____. **História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política**. 2. ed. Petrópolis:Vozes, 2002.

MENDONÇA Ana Waleska C. P.; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif ; e BONATO, Nailda Marinho da Costa (organizadores). **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói ,RJ: Eduff, 2009.

MILANEZ, Liana (org.). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007a.

_____, Liana (org.). **TVE Brasil: cenas de uma história**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007b.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2001

PALLOTTINI, Renata. **Dramaturgia de televisão**. Editora Moderna, 2012

PAUL, Wolf. Ordem e progresso: origem e significado dos símbolos da bandeira nacional brasileira. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S.l.], v. 95, p. 251-270, jan. 2000. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67468>>. Acesso em: 31 Jan. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PEDROTI, Paula Maciel. A cooperação internacional na terceira onda de democratização: o hibridismo da Fundação Konrad Adenauer e a experiência brasileira. 2005.

PORTO, Elza et al. História e cenários da educação a distância. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 18, n. 2, p. p. 69-81, 2014

PORTO, Tania Maria Esperon. Relações que a TV e a escola propiciam aos educandos: entrevista concedida pelo prof. Francisco Gutiérrez, em outubro de 1995. **Revista da Faculdade de Educação**. v.3, n.1-2, jan /dez, 1997.

QUIRINO, Tarsízio. TV-Educativa, suas intenções e seu público. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.55, n. 121, jan./mar.,1971

RIBEIRO, Ana Paula G.;HERSCHMANN, Micael (org.). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

_____, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **História da televisão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, 2005 .

_____. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, nº 14, p.185-195, jan/jun. 2007.

RINCON, Omar. **Televisión, vídeo y subjetividade**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

SABBAG, Maria Amélia. **A televisão educativa no Brasil : um estudo analítico**. Rio de Janeiro: 1974. 248f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SALES, Mary Valda Souza. Uma reflexão sobre a produção do material didático para EaD. **Universidade do Estado da Bahia**, 2005.

SANTAELLA, L. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Rogério. **Teorias da Comunicação: Leituras e práticas em torno da Comunicação**. 2003. Disponível em: http://teorias-Comunicacao.blogspot.com/2003_10_05_archive.html

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história.**aberto**, v. 1670, p. 17-27, 1996.

_____.Organização e Planejamento para a TVE. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, out./dez.,1970.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento**. Edições Bloch, 1970.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação & Sociedade**, v.26, n. 90, 2005. p.77-105.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. Rémond, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

SOUZA, Judith B. de P. Preparação de Professores para a TV Educativa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, out./dez.,1970

SOUZA, Judith B. de P. Formação de teleducadores em nível superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.55, n. 121, jan./mar.,1971.

VAN TILBURG, João Luis. A Televisão e o Mundo do Trabalho—o poder de barganha do cidadão-telespectador. **São Paulo: Paulinas**, 1990.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009.

_____. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Autores Associados, 2005.

WINOCK, M. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.